



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO *CAMPUS* MATA NORTE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS PROFLETRAS

ACACY FERREIRA DO NASCIMENTO

**CARTA DE SOLICITAÇÃO NO 6º ANO: A PEDAGOGIA DE GÊNEROS PARA
DESENVOLVER A ARGUMENTAÇÃO E OS LETRAMENTOS.**

Nazaré da Mata – PE 2025

ACACY FERREIRA DO NASCIMENTO

**CARTA DE SOLICITAÇÃO NO 6º ANO: A PEDAGOGIA DE GÊNEROS PARA
DESENVOLVER A ARGUMENTAÇÃO E OS LETRAMENTOS.**

Dissertação de Mestrado Profissional em
Letras – PROFLETRAS, da Universidade
de Pernambuco – UPE, Campus Mata
Norte, como um dos requisitos para
obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Jaciara Josefa
Gomes

Nazaré da Mata – PE 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte
Biblioteca Mons. Petronilo Pedrosa, Nazaré da Mata – PE,
Brasil

N244c Nascimento, Acacy Ferreira do
Carta de solicitação no 6º ano: a pedagogia de gêneros
para desenvolver a argumentação e os letramentos. / Acacy
Ferreira do Nascimento – Nazaré da Mata, 2025.
121p. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Jaciara Josefa Gomes

Dissertação (Mestrado) – Universidade de
Pernambuco, Campus Mata Norte, Mestrado Profissional
em Letras, Nazaré da Mata, 2025.

1. Carta de solicitação. 2. Argumentação. 3. Letramentos. 4.
Escola de Sydney. I. Gomes, Jaciara Josefa (orient.). II.

Bibliotecária Responsável: Luciene Aquino – CRB-4/2207

Acacy Ferreira do Nascimento

**CARTA DE SOLICITAÇÃO NO 6º ANO: A PEDAGOGIA DE GÊNEROS PARA
DESENVOLVER A ARGUMENTAÇÃO E OS LETRAMENTOS**

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado Profissional
em Letras- PROFLETRAS da
Universidade de Pernambuco,
Campus Mata Norte, como requisito
para obtenção do título de Mestre em
Letras, em 28/04/2025.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BÂNCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

JACIARA JOSEFA GOMES

Data: 30/04/2025 15:46:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jaciara Josefa Gomes
(UPE/Campus Mata Norte) Orientadora



Documento assinado digitalmente

HERICA KARINA CAVALCANTI DE LIMA

Data: 29/04/2025 11:59:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra..Hérica Karina Cavalcanti de Lima (UFRPE)
Examinadora Externa ao PROFLETRAS



Documento assinado digitalmente

AMANDA CAVALCANTE DE OLIVEIRA LEDO

Data: 29/04/2025 12:52:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Amanda Cavalcante Ledo (UPE/Campus Mata Norte)
Examinadora Interna ao PROFLETRAS

Nazaré da Mata- PE 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha amada e inesquecível MÃE (*in memorian*), assim com letras maiúsculas! Meu exemplo maior de ética e cuidado com o que realmente importa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir a realização de mais uma vitória, fazendo de mim uma pessoa melhor com e na educação.

Aos meus pais, Gilberto do Nascimento e Antonia Ferreira, por me ofertarem uma base sólida de amor e de cuidado.

A minha irmã, Aldecy Ferreira, companheira indispensável nesta vida.

À Professora Doutora Jaciara Gomes, por ter aceitado a orientação deste trabalho e me atender com ética e disponibilidade sempre que necessário.

Às Professoras das Bancas de Qualificação e de Defesa Professora Doutora Amanda Lêdo e Professora Doutora Hérica Karina de C. Lima pela leitura atenta e cuidadosa da dissertação, pelas críticas construtivas e sugestões interessantes que me ajudaram a aprimorar este trabalho.

Aos coordenadores do PROFLETRAS UPE Nazaré da Mata, Professor Doutor José Jacinto dos Santos Filho e Professora Doutora Maria do Rosário Albuquerque pelas aulas e disponibilidade de ajudar sempre que solicitado e aos professores que lecionaram na minha turma: Amanda Lêdo, Anahy Zamblano, Benedito Bezerra, Josivaldo Custódio, Rossana Ramos Henz e Maria do Rosário Albuquerque por nos transmitirem tanto conhecimento com leveza e seriedade.

À secretária Verônica Alves e as estagiárias Vanessa Larissa Pereira e Myllena Roberta da Silva pelo carinho, atenção e diligência com que tratavam os mestrandos e os professores nas demandas do dia-a-dia ao longo do nosso curso de mestrado.

Aos meus colegas da turma 09 – Elba Farias, Eduardo Andrade, Paulo Epaminondas, Anna Carolina Gomes, Ana Luiza Gomes, Renata de Oliveira, Paula Ferreira, Jadson Mardones, Ueudja Germano, Diana Gomes - pessoas íntegras e colaborativas que são e serão amigos de toda a vida.

A Wilson Bezerra e Elisabeth Melo, companheiros que me ajudaram e que pertencem à Rede Municipal de Educação de Jaboatão dos Guararapes.

À Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes e à gestão da escola por viabilizarem minha pesquisa.

Aos meus alunos participantes; graças a eles, sou uma professora pesquisadora.

À CAPES pelo incentivo financeiro dado ao meu trabalho como pesquisadora.

Aos demais amigos, familiares e colegas que torceram por mim, além do agradecimento, um abraço fraterno.

RESUMO

As ações de ensinar e de aprender se dão, em grande medida, com leitura e escrita. Os grandes pesquisadores da língua e os documentos oficiais de educação recomendam o uso dos textos em seus diversos gêneros nas interações de sala de aula. O gênero carta de solicitação é bastante utilizado em situações nas quais é necessário pedir/solicitar algo formalmente e foi explorado neste trabalho. Esta pesquisa-ação situa-se na área de Letras e Letramentos, tendo como *corpus* as produções textuais de cartas de solicitação de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II de uma escola municipal de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. O objetivo geral deste estudo é investigar como o ensino da argumentação e do gênero em tela pode contribuir para a ampliação linguística e o desenvolvimento dos letramentos e a criticidade dos alunos. A fundamentação teórica está embasada na Linguística Sistêmico-Funcional – LSF – Halliday (1985), nos estudos de Neves (2022), Fuzer (2014; 2018), Gouveia (2009) e Vian Jr. (1999; 2009); está também nos estudos sobre gêneros de Bakhtin (2016), Silva (2015) e Marcuschi (2008; 2010); nos trabalhos sobre a EPG – Estrutura Potencial dos Gêneros em Hasan (1989) e, nos estudos sobre letramentos de Street (2014), Kleiman (1995; 2010) e Carboniere (2016); ainda nos baseamos sobre argumentação, nos estudos de Fiorin (1989; 2022) e Koch e Elias (2011; 2016), tendo como basilares as considerações de Ducrot (1988). Neste estudo, analisamos como a modalização e o argumento de autoridade foram utilizados na argumentação geral nas produções textuais e como os letramentos contribuem para uma evolução e maturidade das habilidades leitora e escrita e a criticidade dos alunos. A intervenção didática foi adaptada, mas sua essência está nos moldes teórico-metodológicos da Pedagogia de Gêneros da Escola de Sydney (Martin; Rose 2008), levando também em conta o ESP – English for Specifics Purposes (Bawarshi; Reiff, 2013) ambas, pedagogias explícitas de gênero, com atividades adaptadas à faixa etária dos alunos. Nos resultados, comprovamos que a intervenção didática aplicada foi proveitosa visto que os alunos experienciaram alguns letramentos, argumentaram nas suas produções textuais, reproduziram a EPG do gênero carta de solicitação, mas não tiveram habilidade para usar o argumento de autoridade, o que sugere que este conteúdo deva ser abordado mais adiante.

Palavras-chave: carta de solicitação; argumentação; letramentos; Escola de Sydney.

ABSTRACT

The actions of teaching and learning largely take place through reading and writing. The great researchers of the language and the official education documents recommend the use of texts in their various genres during classroom interactions. The genre of a letter of request is widely used in situations where it is necessary to formally ask/request something and was explored in this work. This action-research is situated in the field of Letters and Literacy, using as its *corpus* the textual productions of request letters by 6th grade students of the Fundamental II in a municipal school in Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. The general objective of this study is to investigate how teaching argumentation and the genre on screen can contribute to linguistic expansion and the development of literacy and critical thinking among students. The theoretical framework is based on Systemic-Functional Linguistics – SFL – Halliday (1985), the studies of Neves (2022), Fuzer (2014; 2018), Gouveia (2009) and Vian Jr. (1999; 2009); it is also grounded in the studies on genres by Bakhtin (2016), Silva (2015) and Marcuschi (2008; 2010); in the works on the EPG – Potential Structure of Genres in Hasan (1989) and, in the studies on literacy by Street (2014), Kleiman (1995; 2010) and Carboniere (2016); we also rely on argumentation, based on the studies of Fiorin (1989; 2022) and Koch and Elias (2011; 2016), with the foundational considerations of Ducrot (1988). In this study, we analyze how modalization and the argument of authority were used in the general argumentation in textual productions and how literacy contributes to an evolution and maturity of reading and writing skills and the critical thinking of students. The didactic intervention was adapted, but its essence lies in the theoretical-methodological frameworks of Genre Pedagogy from the Sydney School (Martin; Rose 2008), also taking into account ESP – English for Specific Purposes (Bawarshi; Reiff, 2013), both explicit genre pedagogies, with activities adapted to the students' age group. In the results, we verified that the applied didactic intervention was beneficial since the students experienced some literacies, argued in their textual productions, reproduced the EPG of the genre request letter, but did not have the skill to use the argument of authority, which suggests that this content should be addressed later.

Keywords: request letter; argumentation; literacies; Sydney School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
SEÇÃO 1: OS LETRAMENTOS, A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E OS GÊNEROS: A AÇÃO PELA LINGUAGEM	15
1.1 LETRAMENTOS VÁRIOS, MÚLTIPLOS.....	15
1.1.1 Letramento crítico	19
1.2 A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E OS GÊNEROS	21
1.3 PEDAGOGIAS EXPLÍCITAS DE GÊNEROS	28
1.3.1 A Escola e Sydney: o ciclo de aprendizagem	28
1.3.2 O English for Specific Purposes	32
1.3.3 LSF e ESP: convergências e divergências	33
1.4 O GÊNERO CARTA DE SOLICITAÇÃO	35
SEÇÃO 2: ALGUMAS NOÇÕES DE ARGUMENTAÇÃO	45
2.1 ALGUNS DOS ENSINAMENTOS DE ARISTÓTELES	45
2.2 A NOVA RETÓRICA DE PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA	47
2.3 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA DE DUCROT	48
2.3.1 A modalização como estratégia de argumentação	50
2.3.2 O argumento de autoridade como estratégia de argumentação	55
SEÇÃO 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS, ANÁLISE E RESULTADOS.....	58
3.1 CONTEXTO DA PESQUISA	58
3.2 PARTICIPANTES	62
3.3 INTERVENÇÃO DIDÁTICA	63
3.4 ANÁLISE DE DADOS: UM DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE	109

INTRODUÇÃO

O trabalho com os gêneros foi prestigiado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997) e prescrito na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017). Nesses documentos, os gêneros figuram como essenciais, sendo nos PCN considerados objeto de ensino e na BNCC suporte para desenvolvimento das competências ao longo da educação básica. Os estudos mais recentes demonstram e reforçam a importância dos gêneros nas atividades cotidianas que envolvem a linguagem, na medida em que são os gêneros que proporcionam a realização de atos na sociedade a ponto de alguns mudarem uma situação social real como é o caso de uma sentença de condenação de um réu, de uma ficha de matrícula em um curso numa universidade, de uma certidão de casamento, de uma carta de solicitação, em especial, se o que se pede for atendido. É, portanto, comprovado que os gêneros importam e o ensino deles ficou bastante justificado e fortalecido nas aulas de Língua Portuguesa.

A BNCC recomenda o conhecimento sobre gêneros, sobre textos em suas várias semioses para que esses conhecimentos sejam mobilizados sempre que necessário para leitura, produção textual e interpretação das manifestações da linguagem possibilitando assim, a participação efetiva nas práticas sociais. (Brasil, 2017).

Sendo os gêneros materializados nos textos – orais ou escritos -, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997) trazem como unidade central de ensino da Língua Portuguesa o texto, e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) evidencia 10 competências que o estudante deve desenvolver ao longo de sua vida escolar na educação básica, dentre elas, destacamos a competência 7 que explicita a argumentação com base em fatos e informações confiáveis, baseada também na ética e nos direitos humanos como uma habilidade indispensável a ser desenvolvida e aprimorada ao longo da vida escolar.

Ao mesmo tempo em que desenvolve as competências elencadas na BNCC, o aluno vai adquirindo autonomia e consciência de si, do outro, dos meios de produção, do meio ambiente, da sociedade à qual pertence. Nesse sentido, o protagonismo do aluno para aprender a aprender, seguindo nos estudos, reivindicar direitos, exercendo assim a sua cidadania, perpassa pelo domínio da língua nas suas modalidades oral e

escrita, em especial com a habilidade de argumentar, conhecer e reconhecer os gêneros e também participar de práticas de letramento.

No Brasil, há estudos sobre a Linguística Sistêmico-Funcional – LSF - (Halliday, 1985) de diversos pesquisadores que comprovam ser uma teoria bastante interessante e aplicável, com adaptações, à realidade brasileira. Dentre os estudiosos da LSF, podemos destacar Cristiane Fuzer (UFSC), Sara Regina Scotta Cabral UFSC), Orlando Vian Jr. (USP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP) e outros.

Nesta pesquisa, temos em vista a importância do conhecimento dos gêneros para o ensino e aprendizagem da língua considerando sempre o uso, os eventos de letramento e o desenvolvimento crítico dos alunos. Da mesma forma, estamos convencidas de que a argumentação é uma competência necessária sobretudo nos dias de hoje. Não se admite a violência. As divergências precisam ser negociadas em prol do bem para o máximo de pessoas e não apenas de alguns. A criticidade dos alunos é outro fator importante a se desenvolver no sentido da avaliação de situações e tomada de atitudes. O aluno deve ter desde cedo a consciência do seu papel como agente de mudança.

Além disso, fizemos neste estudo um percurso que demonstrou o gênero como forma de agir, como instrumento para a realização de atividades humanas que envolvem a linguagem, conciliando com o que recomenda a BNCC, no sentido de desenvolver no aluno competências para aprender a aprender, cuidar, argumentar e agir socialmente desenvolvendo algum nível de criticidade, com cartas de solicitação virtuais e reais (gênero que foi lido, analisado e produzido pelos alunos) como também com o conhecimento e interpretação e alguns textos jurídicos e de outros gêneros.

A pedagogia de gêneros da Escola de Sydney foi utilizada para ensino e exploração do gênero carta de solicitação. Esse gênero é bastante utilizado fora da escola, por isso consideramos pertinente o ensino dele e a partir do gênero, ensinar também especificamente o argumento de autoridade e a modalização tanto no gênero em tela, como também nos outros gêneros que fazem parte da nossa proposta de intervenção.

Nossa fundamentação teórica está embasada na Linguística Sistêmico-Funcional – LSF – Halliday (1985) e nos estudos de Neves (2022), Fuzer (2014, 2018), Gouveia (2009), Vian Jr. (1999, 2009, 2017), Silva (2018) e outros; em gêneros nos estudos de Bakhtin (2016), Marcuschi (2008, 2010), Hasan (1989) e outros; também em letramentos nos estudos de Street (2014), Kleiman (1995, 2010), Sardinha (2018);

e para embasar a argumentação, nos valem dos estudos de Fiorin (1989, 2022) e Koch e Elias (2011, 2016). A nossa proposta de intervenção didática foi adaptada, mas sua essência está nos moldes teórico-metodológicos da Escola de Sydney de Martin e Rose (2008) e em algumas atividades temos a abordagem do ESP – English for Specific Purposes.

A motivação para esta pesquisa se deu pelas exigências de nossa sociedade. Para se tornar um cidadão pleno, é necessário desenvolver habilidades da linguagem em suas várias facetas. O aluno precisa dominar os recursos linguísticos nas modalidades da língua oral e escrita. Da mesma forma, a vida em sociedade exige cada vez mais os diversos letramentos e o conhecimento dos gêneros textuais multimodais para atuar em sociedade.

Nossa pesquisa originou-se quando nos deparamos com a seguinte situação: os alunos do 6º ano reclamavam do calor que faz dentro da sala de aula e muitos não sabiam articular as palavras para formar uma boa argumentação nem conheciam os gêneros adequados a algumas situações, daí surgiu a ideia de trabalhar o gênero carta de solicitação.

Ainda justificando o presente trabalho, verificamos que existem poucas pesquisas sobre o gênero carta de solicitação explorando a argumentação e os letramentos no 6º ano do Ensino Fundamental com a LSF, sobretudo, no município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.

Pesquisando especificamente sobre o gênero carta de solicitação em repositórios de teses e dissertações – Capes, BDTD -, encontramos cinco trabalhos com o referido gênero, os quais passamos a listar:

DAMASCENO, Mariane. O desenvolvimento da escrita argumentativa em francês por meio do gênero carta de protesto e solicitação. USP (Universidade de São Paulo), 2020. Usou sequência didática (SCHNEUWLY-DOLZ, 2013 [2004]) e ISD (BRONCKART, 2003 [1997]). Trabalho realizado com alunos de uma universidade do Brasil, portanto, adultos. Disponível em: <[Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](https://capes.gov.br/)> Acesso em: 13/03/2024.

PIMENTA, Alcilene Aguiar. Operadores argumentativos na continuidade e progressão do gênero carta de solicitação. Profletras UECE (Universidade Estadual do Ceará), 2019. Usou sequência didática baseada em Dolz e Pasquier (1996) e estudos de Koch (2011, 2015) e Koch e Elias (2016) para argumentação. Trabalho realizado no 9º ano do Ensino Fundamental. Disponível em: < [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](https://capes.gov.br/)> Acesso em: 13/03/2024.

OLIVEIRA, Francisca Daniele Paula de. A argumentação na produção das cartas de solicitação dos alunos do 9º ano do ensino fundamental. Profletras

UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte), 2019. Usou sequência didática com base em Dolz, Schneuwly e Noverraz (2004) e Perelman e Tyteca (2005), Perelman (1997), Abreu (2004), Reboul (2004) e Fiorin (2017) para argumentação. Trabalho realizado no 9º ano do Ensino Fundamental. Disponível em: < [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](https://capes.gov.br/plataforma-sucupira) > Acesso em: 13/03/2024.

FREITAS, Flávia Renata Figueira de. Ensino de escrita através da carta de solicitação e carta do leitor na educação básica. Profletras – UFRRJ -Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Seropédica, 2016. Usou sequência didática com base em Dolz, Schneuwly e Noverraz (2004). Disponível em: <[2016 - Flávia Renata Figueira de Freitas.pdf \(ufrj.br\)](#)>. Acesso em 01/08/2024.

AMORIM, Andrezza Soares Espínola de. Produção do gênero Carta de solicitação no 9º ano do ensino fundamental: a escrita como prática social. Profletras UFPB (Universidade Federal da Paraíba), 2016. Usou Sequência Didática com base em Dolz, Schneuwly e Noverraz (2011). Disponível em: [Repositório Institucional da UFPB: Produção do gênero Carta de solicitação no 9º ano do ensino fundamental: a escrita como prática social](#). Acesso em: 01/08/2024.

É possível perceber que a maioria dos trabalhos encontrados utilizam a mesma teoria e linha metodológica da Sequência Didática de Dolz, Schneuwly e Noverraz (2011) e foram aplicados no 9º ano do Ensino Fundamental. Na nossa pesquisa, adotamos uma outra teoria, a LSF, e a intervenção didática tem seus aspectos metodológicos amparados na Pedagogia de gêneros da Escola de Sydney. Além disso, escolhemos uma turma de 6º ano para trabalhar a argumentação e os letramentos logo no início da etapa 2 do ensino fundamental, sendo assim, o presente trabalho soma mais conhecimentos acerca do gênero em tela, com esses diferenciais.

É pela palavra que conseguimos expor ideias e com uma boa argumentação é possível defender opiniões. É com a escrita que se registram compromissos, posses, títulos, documentos importantes da vida em sociedade, se reclama ou solicita algo. Por isso, é válido e profícuo ensinar aos alunos a maneira mais adequada de se expressar de acordo com a situação sociocomunicativa na modalidade escrita, foco desta pesquisa.

Partindo do nosso problema de pesquisa: como ampliar a argumentação dos alunos no gênero carta de solicitação com vistas a um bem ou direito usando uma linguagem formal, desenvolvendo sua criticidade? E tendo como objetivo geral investigar como o ensino do gênero carta de solicitação e da argumentação pode subsidiar os alunos a produzi-lo, ampliando suas competências linguística e crítica.

Para tanto, temos como objetivos específicos: i) caracterizar o gênero carta de solicitação nas suas versões física digitalizada e virtual; ii) ampliar as competências linguísticas e a criticidade dos alunos a partir de leituras, reflexão sobre aspectos sociais e a própria escrita como processo e instrumento facilitador de mudança de situações e realidades sociais; iii) analisar os resultados após a aplicação da intervenção didática a partir das cartas de solicitação produzidas pelos alunos em relação ao argumento de autoridade, à modalização e ao letramento crítico.

Pelo exposto, também considerando as particularidades locais, esta pesquisa tem relevância e pode proporcionar ações motivadoras para discentes desenvolverem a argumentação e o conhecimento necessário para produzir o gênero carta de solicitação até antes de chegar ao final do Ensino Fundamental II. Já para os docentes, é também relevante por trazer uma metodologia e atividades que podem facilitar o ensino-aprendizagem do gênero carta de solicitação e da argumentação, esta última tão necessária nos dias de hoje.

Neste estudo, os alunos da turma do 6º ano do Ensino Fundamental são participantes e as suas produções textuais do gênero carta de solicitação são o corpus da análise. Fizemos uma intervenção com a metodologia da Escola de Sydney de Martin e Rose (2008), uma pedagogia explícita de gêneros. Devido a nossas peculiaridades e nossa realidade ser bastante diferente da Austrália, berço da teoria da Escola de Sydney, criamos uma versão adaptada.

Esta dissertação está organizada em 3 seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção 1, na qual discorremos sobre letramentos e o letramento crítico, a Linguística Sistêmico-Funcional e os gêneros, as pedagogias explícitas de gêneros, quais sejam: a Escola de Sydney e o ESP e o gênero carta de solicitação. Em seguida temos a seção 2, na qual discorremos sobre algumas noções de argumentação e destacamos o argumento de autoridade e a modalização. Na seção 3, dissertamos sobre a intervenção didática nos seus aspectos metodológicos; fazemos a análise das cartas de solicitação produzidas pelos alunos nas categorias de análise, sejam elas: argumento de autoridade e EPG – Estrutura Potencial do Gênero (Hasan, 1989) e tratamos dos resultados obtidos.

Como resultados, em resumo, confirmamos que a partir do letramento crítico, o aluno tem consciência de que pode ser um agente de mudança com tomada de atitudes quando ele entende sua situação e o que é preciso fazer, com o conhecimento do gênero carta de solicitação, eles puderam expressar seus sentimentos e solicitar

respeitosamente suas necessidades entendendo o papel social da(s) pessoa(s) que pode(m) atender seus pedidos e que a argumentação é ainda complexa, em especial, o argumento de autoridade para esse nível em que se encontram, mas que algum grau e tipo de argumentação eles foram capazes de utilizar para convencer seu interlocutor.

1 OS LETRAMENTOS, A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E OS GÊNEROS: A AÇÃO PELA LINGUAGEM

Nesta seção, discorreremos brevemente sobre os conceitos de letramento e a visão dos novos estudos que consideram não existir “letramento” e sim “letramentos”, diversos, múltiplos.

Em especial, focamos, nas considerações de Street (2014), nos letramentos sociais e no letramento crítico como boa prática nas aulas de Língua Portuguesa para desenvolver nos alunos a autonomia e a criticidade por meio de textos de diversos gêneros.

Ainda nesta seção, discutimos sobre a Linguística Sistêmico-Funcional, os gêneros e as pedagogias explícitas de gênero e também caracterizamos a carta de solicitação.

1.1 LETRAMENTOS: VÁRIOS, MÚLTIPLOS

A palavra “letramento” apareceu pela primeira vez no livro *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística* de Mary Kato (SOARES, 1998) e na época, não tinha o sentido que tem hoje. No dicionário Caldas Aulete, há um século, era indicada como uma palavra antiga e fora de uso. Hoje, letramento é um exemplo de palavra “morta” que “ressuscitou” (SOARES, 1998) e tem hoje, novo significado.

Letramento, segundo Kleiman, é “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos para objetivos específicos.” (Kleiman, 2008, p. 18-19). A autora esclarece que não existe “método de letramento”, o que existem são formas de imergir a criança, o adolescente e o adulto em práticas de leitura e escrita tornando-os proficientes e independentes ativos na sociedade.

A ideia de que letramento é muito mais que alfabetização já está sedimentada. Um sujeito letrado é aquele que, imerso em uma sociedade letrada, consegue compreender um texto, compreender sentido em determinada situação (Kleiman, 2005) e agir usando a leitura e a escrita direta ou indiretamente para a realização de tarefas, em outras palavras, o sujeito letrado consegue participar de práticas de letramento.

A escola é uma, se não a mais importante instituição que pode proporcionar e os múltiplos letramentos e desenvolvê-los nos alunos. É uma verdadeira agência de letramentos, pois é lugar de acolhimento, entendimento de si, do outro, dos textos, das semioses, da coletividade, da sociedade e da política. Dessa forma, como disse Tfouni, (2005, p. 10), “...o letramento tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social.”

A BNCC destaca no campo das habilidades que deve ser trabalhado ao longo dos anos finais do Ensino Fundamental os novos letramentos, em especial, no componente de Língua Portuguesa. Vejamos o que é trazido no documento oficial

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (2017 p. 67-68).

A BNCC ainda orienta desenvolver e ampliar os novos letramentos dos alunos, sobremaneira, a cultura digital, os gêneros multissemióticos e hipermidiáticos afim de inserir o aluno e fazê-lo compreender a sociedade e atuar com autonomia nela.

Os letramentos são, acima de tudo, sociais. Consoante Bezerra e Lêdo (2022). Essa forma de definição reflete o modo como é necessário entender os múltiplos letramentos. Definitivamente não há de se pensar em letramento, pois sempre as sociedades criam modos de ler e de escrever, gêneros de textos, múltiplas semioses. Sendo assim, os letramentos são diversos, situados historicamente e todos convergem para a atuação na sociedade com a linguagem humana na modalidade escrita.

Street (2014) argumenta que não existe letramento, assim, no singular. O estudioso defende que os letramentos são sociais e diversos. Ele traz os termos “práticas de letramento” considerando que no cotidiano, numa sociedade letrada, o indivíduo se vê mergulhado em práticas de letramento ainda que não seja alfabetizado, mas que de algum modo, faz uso da leitura e da escrita nas ações sociais. O teórico define “letramento como uma abreviatura para práticas sociais de leitura e escrita.” (p. 18-19).

O indivíduo que faz uso proficiente da leitura e da escrita no dia-a-dia, sobretudo para resolver questões sociais, que consegue não só decodificar, mas

também escolher, manipular a linguagem é um indivíduo letrado que exerce o letramento, aliás, os múltiplos letramentos. É nessa perspectiva que os letramentos são tão importantes: a inserção do indivíduo em práticas de letramento o empodera e quanto mais ele participa dessas práticas, mais empoderado se torna e percebemos que os letramentos são processos contínuos, não uma atividade isolada e estática.

Sobre a pluralidade de letramentos e o possível limite deles, Ana Elisa Ribeiro argumenta

Não há um limite para o letramento, ele é infinito. A razão disso é que a humanidade sempre inventará formas novas de escrever, novos gêneros de texto, suportes de leitura, etc., de acordo com as infinitas necessidades que temos e teremos, fazendo com que nosso horizonte de letramento esteja sempre em expansão.” (Ribeiro, 2009, p. 19)

A professora destaca que sempre haverá usos e leituras diferentes da escrita e por estarem sempre em evolução as formas de uso da linguagem humana, haverá sempre motivos para desenvolver os diversos letramentos e claro, não há limites para o desenvolvimento deles.

Os múltiplos letramentos têm graus diferentes de complexidade, mas não é nisso que devemos nos apegar, o que é importante destacar são os usos de leitura e escrita que dada sociedade, em dado momento faz e o que deve ser analisado é o contexto sócio-histórico dos indivíduos envolvidos nas situações em que se é necessário fazer uso proficiente da leitura e da escrita, pois nas culturas sempre existem as pessoas que influenciam e ditam as regras para se manter no poder. É importante analisar as relações de subalternação e de autoridade para se entender os letramentos impostos numa dada sociedade.

Tfouni (2005, p. 21-22) argumenta “Em termos sociais mais amplos, o letramento é apontado como sendo produto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade crescente da agricultura.” Assim, as sociedades evoluem, as práticas que envolvem leitura e escrita mudam e o indivíduo precisa dominar os novos letramentos que surgem devido à evolução social e econômica.

De acordo com Street (2014), há de se reconhecer que o letramento autônomo, que avalia o grau de letramento dos indivíduos e não considera o social, é centrado no sujeito, não é o adequado para um desenvolvimento crítico e holístico do sujeito. Já o letramento ideológico – esse, ele defende - que delineia as práticas que usam a

leitura e a escrita conforme a cultura de uma sociedade e envolve política reconhecendo assim, seu caráter social e coletivo. O teórico propõe compreendermos os letramentos nas práticas sociais reais que envolvem leitura e escrita e uma pedagogização da linguagem (oral ou escrita) que mostre os letramentos sociais como consequência das relações de poder e de ideologia.

O teórico argumenta que a linguagem, na sua modalidade escrita, precisa ser ensinada não só no seu aspecto técnico, mas essencialmente na sua natureza ideológica e social e como o indivíduo faz os diversos usos dela, porque não basta saber fazer um comentário em um “post” ou mandar um “zap” para um amigo. O sujeito para agir em uma sociedade letrada, precisa ter ciência da importância da leitura, da escrita e que em certos contextos, ele terá de fazer uso de habilidades de maior complexidade por ser uma exigência situacional e social. Sendo assim, a escola não pode se privar de desenvolver os diversos letramentos.

Ainda consoante Street (2014), as práticas letradas estão em diversos contextos e variam de acordo com a cultura de cada sociedade. Ele defende que o letramento ideológico molda as práticas letradas dos indivíduos numa sociedade e reflete as relações de poder, as hierarquias sociais, dessa forma, as práticas de letramento além de culturais são também políticas, não sendo jamais neutras. Considerando o que diz o estudioso sobre os letramentos serem sociais, à medida que o tempo passa, novas tecnologias e modos de fazer a leitura e a escrita exigem de todos o aprimoramento no uso da linguagem. As práticas dos múltiplos letramentos das mais simples às mais complexas possibilitam buscar, reter e difundir informações, elas que nos tempos atuais são tão importantes.

Santaella (2004, p.19) afirma que “Informação não é uma qualidade conservada. Se eu lhe dou informação, você a tem e eu também. Passa-se aí da posse para o acesso”. Os letramentos sociais refletem o que o sujeito tem de informação de si, da sociedade na qual vive, das novas tecnologias de informação, para com essas “leituras de mundo” participar ativamente das ações do dia-a-dia se apropriando e praticando os diversos letramentos.

O sujeito participando de práticas de letramento usa o texto, em especial, o escrito e é importante o conhecimento de novas tecnologias de leitura e escrita. De acordo com Kress e Van Leeuwen (1998 *apud* Ana Elisa Ribeiro, 2021) todo texto é multimodal. Isso traz mais complexidade às práticas de letramento, pois se todos os textos são multimodais, a construção de sentido se dá pelo conjunto das semioses

que há nos textos, exigindo que cada indivíduo esteja capacitado à leitura dessas semioses e também dos contextos em que as práticas de leitura e escrita acontecem. Assim, quanto maior a complexidade dos textos, mais complexas são as práticas de letramento e daí a necessidade de a escola ser a agência capital e promotora dos letramentos, proporcionando aos alunos contato com a maior diversidade de gêneros possível, desenvolvendo neles o interesse em aprender a buscar conhecimento e a criticidade.

1.1.1 Letramento crítico

Paulo Freire, o educador maior do Brasil, citado mundialmente por seu trabalho e dedicação à educação, não mencionou o termo “letramento crítico” em suas obras, mas certamente é sua uma importante contribuição ao que chamamos hoje de letramento crítico - LC. Sua educação libertadora propôs problematizar temas sociais na sala de aula, na medida em que, segundo o mestre, “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1989, p. 9). Assim, podemos considerá-lo como precursor do letramento crítico.

Podemos considerar como definição de letramento crítico a leitura consciente e crítica que estimula o leitor a questionar, a refletir sobre as condições de produção do texto, as escolhas de abordagem e intenções do autor, os papéis sociais, as relações de poder, as desigualdades sociais, pois segundo Sardinha, (2018, p.01),

tem como objetivo a formação de cidadãos que se tornem agentes em um mundo mais justo por meio da crítica aos atuais problemas políticos e sociais mediante questionamentos das desigualdades, com incentivo de ações que visem a mudanças e soluções pautadas na justiça e na igualdade.

Assim, podemos dizer que o letramento crítico advém de uma leitura proficiente e para desenvolvê-la, a reflexão e os questionamentos são elementos importantes do processo e leitura de textos.

Segundo Rojo (2009, p. 114), “... são cruciais os letramentos críticos¹ que tratam os textos/enunciados como materialidades de discursos, carregados de

¹ A autora usa os termos no plural.

apreciações e valores, que buscam efeitos de sentido e ecos e ressonâncias ideológicas.”

A leitura sob a perspectiva do letramento crítico não propõe um método específico. O necessário é destacar junto aos estudantes a ideologia, o contexto fático e histórico do texto, os papéis sociais, as relações de poder, as desigualdades que se revelam nos diversos textos. Dessa forma, o leitor torna-se capaz de enxergar as intenções do autor, sua ideologia, o contexto; compreende sua escolha em relação aos termos e às palavras, seu público alvo etc.

Segundo Andreotti (2008, p. 43 *apud* Sardinha, 2018) “ler um texto sob a perspectiva do LC permite ao estudante “analisar e criticar as relações entre perspectivas, língua, poder, grupos sociais e práticas sociais”. Destarte, analisar a ideologia do autor, como ele manipula as formas linguísticas, seus argumentos, as relações de poder, os grupos e práticas sociais.

O LC é necessário porque com ele, o indivíduo consegue entender sua situação e de seus pares na sociedade, as relações entre subalternizados e poderosos. Com o LC, a língua, seja na modalidade escrita ou falada, torna-se instrumento de mudança social e poder e desenvolvê-lo deve ser uma das prioridades da escola, sobretudo nas aulas de Língua Portuguesa.

A BNCC (2017) orienta que é importante, entre outras habilidades, os estudantes desenvolverem a capacidade de perceber e analisar as condições de produção do texto e tudo o que envolve esse processo como está *ipsis litteris* na página 77 deste documento norteador transcrito a seguir:

Analisar as condições de produção do texto no que diz respeito ao lugar social assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo; ao leitor pretendido; ao veículo ou à mídia em que o texto ou produção cultural vai circular; ao contexto imediato e ao contexto sócio-histórico mais geral; ao gênero do discurso/campo de atividade em questão etc.

Consoante a BNCC, para promover o conhecimento de todos esses fatores que influenciam na linguagem, o LC torna-se uma importante prática de decolonialidade e maneira didática de se trabalhar nas aulas de Língua Portuguesa pois, para além das questões linguísticas e textuais, os alunos estarão aptos e movidos a agir em sociedade de forma crítica e autônoma, tendo uma visão mais realista de mundo como assevera Carboniere (2016, p. 16 *apud* Sardinha, 2018, p. 4)

o letramento crítico nos ajuda a examinar e combater visões estereotipadas e preconceituosas que por ventura surjam nas interações em sala de aula e fora dela. É uma perspectiva educacional que tem como propósito instigar o indivíduo a repensar sua realidade, auxiliando-o a tornar-se mais consciente e autônomo para transformá-lo, se assim o decidir. O letramento crítico interroga as relações de poder, os discursos, ideologias e identidades estabilizados, ou seja, tidos como seguros ou inatacáveis. Proporciona meios para que o indivíduo questione sua própria visão de mundo, seu lugar nas relações de poder estabelecidas e as identidades que assume. Alicerça-se no desafio incansável à desigualdade e à opressão em todos os níveis sociais e culturais. Nesse sentido, o letramento crítico só pode ser uma prática descolonizadora que busque interromper a colonialidade do poder ainda em curso.

Podemos concluir que o LC é um dos multiletramentos e ajuda a empoderar o indivíduo a não só refletir e questionar como também agir em sociedade na tentativa de reverter práticas seculares de desigualdade social, de preconceitos e de perpetuação no poder de uns poucos em detrimento da sociedade.

A seguir, vamos tratar da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985) e como essa teoria trata os gêneros.

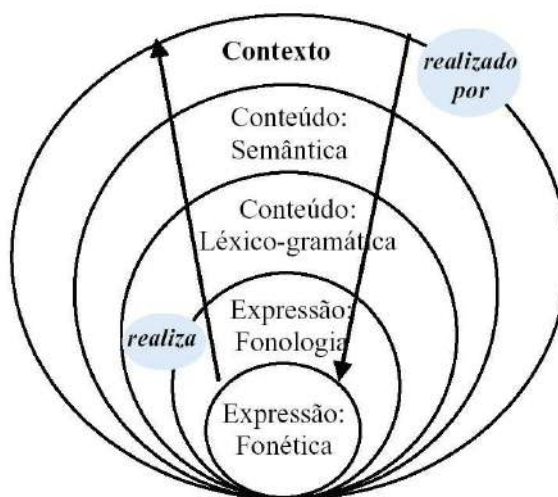
1.2 A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E OS GÊNEROS

A Linguística Sistêmico-funcional (LSF) é uma teoria sociossemiótica, dedicada ao letramento dos alunos, que descreve a língua em contextos de uso, pois a língua é um organismo vivo que sofre a influência de seus usuários devido a diversos fatores sociais, culturais, situacionais etc. Michael Alexander Kirkwood Halliday (1985), seu idealizador, entende a língua como um sistema de significados à disposição dos falantes. A língua também é funcional devido ao uso que os indivíduos fazem dela nos contextos de cultura e de situação.

A LSF também conhecida por Gramática Sistêmico-funcional - GSF – é uma teoria que considera que a linguagem é “sistêmica porque vê a língua como redes de sistemas interligados, das quais nos servimos para construir significados, fazer coisas no mundo.” (Fuzer, 2014, p. 19) e de acordo com Halliday, o *funcional* diz respeito ao uso. Nas palavras de Neves (2022, p. 25), “A pluralidade funcional constrói-se claramente na estrutura linguística formando a base de sua organização semântica e sintática, ou seja, lexical e gramatical.”

Vejamos uma figura de como o sistema é ilustrado de acordo com os estratos que o compõem.

Figura 1 - Realização dos estratos do sistema da linguagem (adaptado de Halliday; Matthiessen 2014, p. 24 *apud* Fuzer, 2018)



Fonte: Fuzer (2018, p. 274)

Pela figura, podemos perceber que o estrato mais material é a fonética realizada por meio da fonologia e o estrato mais abstrato é o contexto. No meio, temos dois estratos que são o conteúdo: o léxico-gramatical que realiza a semântica e assim, todo o sistema da linguagem está representado, havendo uma interdependência que configura a função da linguagem como mostram as setas. Por ser uma teoria sociossemiótica, prioriza a relação de léxico-gramática que tem ligação com a semântica e o discurso nos textos e instanciam os gêneros materializados neles.

A LSF trata os gêneros como processos sociais marcados sempre pelo contexto cultural, analisa a linguagem de forma holística, em uso, e considera seus elementos interdependentes. Assim os sistemas que compõem a língua, instanciam textos e produzem sentidos. Dessa forma, os sentidos decorrem da interação entre sistema e estrutura.

Conforme Bawarshi e Reiff, (2013, p. 47), a LSF “opera a partir da premissa de que a estrutura linguística está integralmente relacionada com a função social e o contexto”, em outras palavras, a LSF se atém às questões de estrutura linguística em razão da cultura de dada sociedade visto que a linguagem se organiza de acordo com a função social e o propósito que os indivíduos querem efetivar em dada situação, em

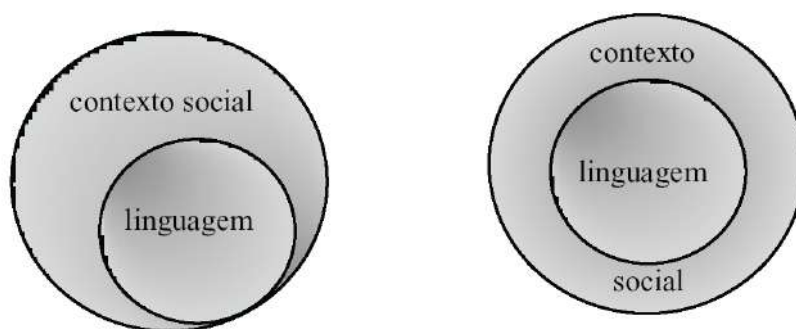
dada sociedade. Dessa forma, os gêneros são situados, nesta teoria, entre o contexto de situação e o contexto de cultura.

Nessa perspectiva, a LSF faz uma análise de gêneros situando-os em contextos de cultura e em contextos de situação levando em conta a efetividade da língua em situações de uso e os efeitos que os padrões linguísticos produzem. Analisa os gêneros materializados nos textos, a sua organização e as escolhas léxico-gramaticais para a produção e sentidos. Destarte, a análise de gêneros se dá muito mais pelo sentido que essas escolhas fazem em situações recorrentes do que pela análise pura e simples de regras.

A partir dessa ótica, a LSF também é uma teoria que envolve os letramentos justamente porque, em essência, os letramentos são o uso da leitura e da escrita em sociedades letradas pelos indivíduos que pertencem a elas, ainda que alguns deles não sejam alfabetizados, portanto, o trabalho de ler, analisar e escrever gêneros são práticas de letramento(s) que capacitam o sujeito a interferir na sua realidade e na sua comunidade.

Martin (1997; 2012 *apud* Fuzer, 2018 p. 277) amplia a noção de sistema da linguagem de Halliday ao considerar que o gênero está no contexto de cultura, acima do registro que fica no contexto de situação. Para Halliday, o contexto de cultura é o estrato mais abstrato, já na perspectiva de Martin, é *superveniente* e assim, o contexto é realizado pela linguagem como algo extralinguístico. “Porém, Martin (1997/2012; 2014) e seguidores veem a configuração do contexto numa perspectiva *circunveniente*” (Fuzer, 2018, p. 277). Vejamos a figura 2 cujo círculo da esquerda ilustra a perspectiva de superveniência e o círculo da direita ilustra a perspectiva de circunveniência do contexto extralinguístico.

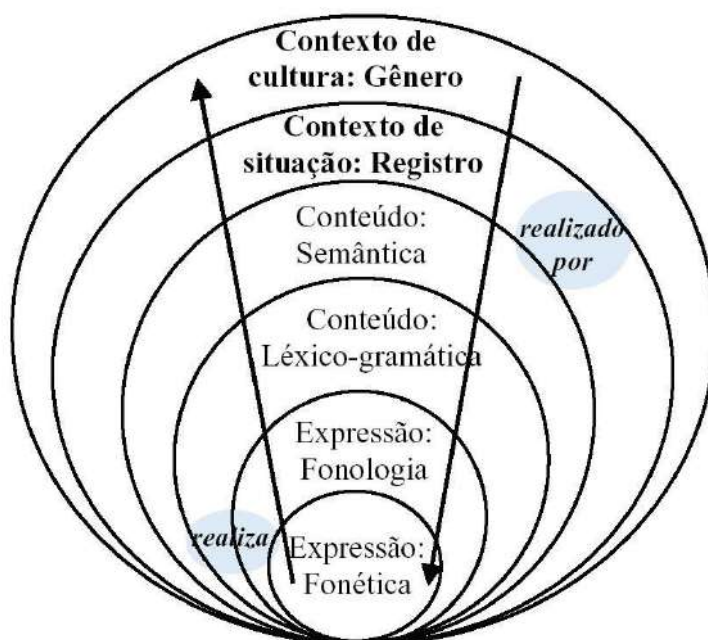
Figura 2 - Perspectivas superveniente e circunveniente sobre linguagem e contexto (traduzido de Martin 2014, p. 313 *apud* Fuzer, 2018)



Fonte: Fuzer, (2018, p. 277)

De acordo com Martin, é possível considerar fatores extralinguísticos, numa perspectiva que concorda, assim, com outros teóricos linguistas de outras abordagens (como Nova Retórica ou ESP – English for Specific Purposes – Miller, 1984; Bazerman 1988; Swales 1990), mas propõe (Martin, 1997; 2012) uma amplificação da estratificação do sistema de linguagem com a inclusão do gênero como instanciiação do contexto de cultura que vai além das metafunções² e nele se fazem as combinações entre campo, relação e modo que determina a cultura e traz frases e encenações de acordo com a intenção e os sentidos do discurso. Vejamos a figura 3:

Figura 3 - Ampliação da estratificação do sistema da linguagem na perspectiva superveniente – localização do gênero no contexto de cultura (adaptado de Martin 1997/2012)



Fonte: Fuzer (2018, p. 274)

Nessa perspectiva que a figura ilustra, registro³ e gênero se complementam e realizam o contexto de situação e de cultura havendo as variações adequadas às funções que a linguagem cumpre em dada sociedade e em dada interação. Nesse

² A metafunção ideacional está ligada à experiência do indivíduo, do mundo material ou do seu mundo interior; (Fuzer, 2014, p. 39); “à escolha do modo/modalidade liga-se a metafunção interpessoal” (Neves, 2022, p. 70); “à escolha do processo de tematização do enunciado liga-se à função textual. (Neves 2022, p. 70).

³ Registro, nas palavras de Silva (2018), “é uma variedade funcional da linguagem e é multifuncional.” (p. 307), que influencia e é influenciado pelo contexto de situação tendo em si as metafunções idealizadas por Halliday (1978).

sentido, na análise dos gêneros, é necessária a observação das escolhas léxico-gramaticais recorrentes que caracterizam cada gênero que circula na sociedade e em suas comunidades discursivas destacando que essas variações são responsáveis para que um gênero cumpra seu propósito comunicativo.

No quadro a seguir, Gouveia (2009, p. 28) detalha e esquematiza os fatores que devem fazer parte da análise de gênero considerando o que diz a teoria de Halliday e como o registro tem espaço importante na LSF.

Quadro 1 – As variáveis de registro e a relação com as metafunções

Descrição	Variáveis de registro	Metafunção
A acção social, o assunto sobre o que se fala, a natureza da acção	Campo	Ideacional
A estrutura de papéis, as pessoas e suas relações na situação de comunicação	Relações	Interpessoal
A organização simbólica, o canal (fala ou escrita) e o modo retórico da linguagem	Modo	Textual

(Gouveia, 2009, p. 28)

Com a descrição do quadro 1, depreendemos que o gênero é reconhecido como um instrumento pelo qual as atividades humanas que envolvem a linguagem se realizam, ou seja, o gênero como ação social têm determinado propósito e o registro varia também de acordo com fatores externos a ele. Nos termos de Gouveia

Toda a troca comunicativa ocorre num dado contexto situacional e em função de uma certa identidade genológica, culturalmente marcada. O gênero inclui, portanto, a ideia mais geral de que os interlocutores fazem coisas por meio da linguagem e de que organizam o evento linguístico, por forma a atingirem objectivos culturalmente apropriados. (Gouveia, 2009, p. 28)

Portanto, de acordo com Gouveia (2009) a LSF é uma teoria que segmenta o todo, explicando as partes que instanciam os textos. Esses textos pertencem a determinados gêneros e os adeptos da teoria analisa-os conforme seus elementos

léxico-gramaticais, de acordo com as metafunções da linguagem. Os gêneros são usados para que as ações humanas se realizem de acordo com a situação sociocomunicativa recorrente e o contexto de cultura.

Os gêneros estão presentes nas atividades mediadas pela linguagem e se realizam por meio de textos orais ou escritos. São eles situados e próprios de dada cultura, versáteis e caracterizados por serem eventos textuais com alta plasticidade (Marcuschi, 2010, p.19), mas que guardam em si uma certa estabilidade que nos faz reconhecê-los na superfície dos textos, embora de modo geral, sejam caracterizados muito mais pelas funções sociocomunicativas que por sua estrutura.

Marcuschi diz que é impossível fazer qualquer coisa que envolva a linguagem humana sem que também esteja fazendo escolhas léxicas e usos de gêneros discursivos, seja um comentário em rede social, um texto acadêmico, um contrato entre partes, uma carta de solicitação etc.

Da mesma forma que as atividades humanas são muitas e diversas, os gêneros também o são. Sobre a diversidade imensa de gêneros textuais e sua relativa estabilidade, Marcuschi argumenta:

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia-dúzia, os gêneros são inúmeros. (2010, p. 23)

Usamos os gêneros textuais/discursivos para praticamente tudo que envolve a linguagem nas atividades humanas que são sempre interativas. Consideremos o que diz Bakhtin (2016) a respeito do dialogismo dos enunciados que desencadeiam condições e finalidades nas interações que a linguagem medeia. Os três elementos, quais sejam: conteúdo temático, estilo e construção composicional, fazem parte da característica estável dos enunciados que se realizam em textos que pertencem ao que denominamos gêneros do discurso. (Bakhtin, 2016, p. 12).

A partir dos gêneros textuais/discursivos, conforme a BNCC, agimos em sociedade considerando as diversas situações sociocomunicativas nas quais participa e a consciência de seu papel em cada uma delas, a cultura, o papel dos outros envolvidos – uma vez que é necessário um conhecimento convencionalizado - e o propósito comunicativo, todos os fatores contribuem para a escolha da expressão

mais adequada, e do devido gênero para atingir esse propósito. Nas palavras de Bhatia

Uma boa e adequada compreensão da situação retórica típica leva à identificação do(s) propósito(s) comunicativo(s) mutuamente compartilhado(s) por participantes tipicamente associados uma comunidade discursiva⁴ em particular. Os propósitos comunicativos compartilhados estão, dessa forma, imbricados dentro do contexto retórico relevante. Levando isso um pouco adiante, em direção às formas linguísticas, é possível identificar as regularidades típicas de formas estruturais e organizacionais que frequentemente delineiam um construto genérico. (Bhatia, 2009, p. 161-162).

Marcuschi (2010 p. 20) asseverando o que diz Bhatia argumenta que os gêneros “Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais.” E ainda, “em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos serão suas funções” (Marcuschi, 2010, p. 22).

Os diversos gêneros que circulam nos diversos estratos e domínios sociais fazem tudo que é mediado pela linguagem acontecer. São os gêneros que, realizados em textos, proporcionam ao indivíduo o agir em sociedade e em situações sociocomunicativas situadas e recorrentes. Gêneros normativos, legais, narrativos, gêneros epistolares e mais uma diversidade de gêneros fazem parte da vida social e são usados em situações comunicativas específicas e situadas com propósitos comunicativos definidos.

Nessa perspectiva, Bhatia (2009, p. 162) nos diz:

A noção de propósito comunicativo parece ser mais central à teoria de gêneros, por um lado, por estar inserida em contextos retóricos específicos e, por outro lado, por determinar, invariavelmente, escolhas específicas de formas estruturais e de léxico-gramaticais.

Nesse sentido, Bezerra (2022, p. 81) argumenta que o propósito comunicativo está imbricado às ações que os indivíduos realizam por meio dos gêneros na sociedade não sendo únicos, abertos assim, à inovação.

⁴ “Swalles (1990, p. 9) define comunidades discursivas como ‘redes sociorretóricas que se formam a fim de atuar juntas em favor de um conjunto de objetivos comuns’.” (*apud* Barwarshi; Reiff, 2013, p. 65).

De acordo com o exposto, é corolário dos estudos de gêneros saber/estabelecer o propósito comunicativo em situações comunicativas reais para uma clareza sobre a análise de gêneros, de todos os seus elementos retóricos e de suas estruturas para se compreender cada vez melhor os gêneros que circulam em dada sociedade.

Para se compreender e analisar os gêneros na perspectiva da LSF, se faz necessário observar o registro que revela as escolhas léxico-gramaticais que produzirão certo sentido em dada situação sociocomunicativa, pois, por exemplo, uma narrativa de história infantil de uma vovó para seu neto é bem diferente da narrativa dessa mesma senhora sobre um assalto para um delegado de polícia. São as escolhas que o sujeito faz que produzirão sentido nas interações humanas com o uso da linguagem verbal e multissemiótica.

Parece bastante sedimentada a ideia de que é com os gêneros que o sujeito age em sociedade. Pode-se acrescentar que as instâncias de poder impõem alguns gêneros para que com eles as atividades humanas que envolvem a linguagem se realizarem e sendo assim, não há como fugir: a necessidade de entender e apreender os gêneros é cada vez mais útil e atual.

A seguir, vamos discorrer sobre as pedagogias explícitas de gêneros, quais sejam: O Ciclo de Aprendizagem da Escola de Sydney e o English for Specific Purposes.

1.3 PEDAGOGIAS EXPLÍCITAS DE GÊNEROS

Aqui, tratamos da metodologia escolhida para nosso trabalho, o Ciclo de Aprendizagem da Escola de Sydney, a abordagem de gênero ESP – English for Specific Purposes; as diferenças e convergências entre elas e o gênero carta de solicitação para conhecê-lo e caracterizá-lo.

1.3.1 A Escola de Sydney: o Ciclo de Aprendizagem

Nos anos 1980, pesquisadores e linguistas sistêmico-funcionais australianos desenvolveram programas de letramento visando a subsidiar professores do ensino fundamental com ferramentas de ensino de produção textual. O conjunto de estratégias baseado em gêneros ficou conhecido como pedagogia de gêneros.

Trata-se de uma pedagogia explícita de gêneros para a educação básica, idealizada por J. R. Martin e David Rose (2008), desenvolvida por pesquisadores da Universidade de Sydney, na Austrália, baseada no letramento de estudantes.

Numa primeira fase, os pesquisadores desenvolveram dois projetos: **Writing Project** (Projeto de Escrita) e **Language as Social Power** (Linguagem como Poder Social). Numa segunda fase, foi desenvolvido por eles um terceiro projeto: **Write it Right** (Escreva Certo) que consistia em descrever os gêneros que os alunos precisavam aprender a ler e a escrever. Numa terceira fase, desenvolveram o projeto **Reading to Learn** (Ler para Aprender) que propõe uma metodologia para a aprendizagem de leitura e escrita de gêneros que além da educação fundamental, também é indicada para o ensino superior.

Essa pedagogia considera os gêneros situados social e culturalmente e com eles, é possível ensinar leitura e produção textual. Por preconizar conceitos da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday), a pedagogia de gêneros da Escola de Sydney ensina o gênero sempre associado ao nível fonético, léxico-gramatical e semântico considerando o contexto de cultura e o contexto de situação. O ciclo de ensino-aprendizagem da Escola de Sydney deixa evidentes os traços estruturais e linguísticos dos gêneros e que esses traços estão intimamente ligados a funções sociais.

Na perspectiva da Escola de Sydney, a variável de registro está interligada ao Campo (foco na atividade), às Relações (interação entre os indivíduos) e ao Modo (papel da linguagem), por essa razão, a primeira etapa do ciclo original é justamente a “Desconstrução” – no termo de Bawarshi e Reiff (2013, p. 218), “Modelagem”. Ainda segundo os autores, o ciclo apresenta três momentos didáticos importantes para o aprendizado dos gêneros, quais sejam:

1.Modelagem: o professor evidencia as estruturas linguísticas prototípicas do gênero e alguns modelos dele e sua função social, sempre destacando o contexto.

2.Negociação conjunta do texto: baseados no conhecimento partilhado na etapa anterior da aprendizagem em relação ao contexto e a estrutura linguística do gênero, alunos e professor conjuntamente farão novo texto.

3. Construção independente do texto: os alunos escrevem seus próprios textos tendo em mente os conceitos da LSF, tais como contexto de cultura, contexto de situação e a função social do gênero e sua estrutura, elaborando, editando, reescrevendo. (Bawarshi e Reiff (2013, p. 218-219).

Com essas três etapas, o gênero é lido, estudado, discutido e apreendido pelos alunos com o destaque de além disso, os alunos terem ciência da função social e do propósito comunicativo do gênero.

A seguir, a figura 4 mostra como o processo de ensino e aprendizagem da Escola de Sydney é ilustrado de acordo com Rose e Martin (2012, p. 161 *apud* Ramalho, Vian Jr., Cooper, 2021, traduzido e adaptado).

Figura 4 - Ciclo de Ensino e Aprendizagem da pedagogia com base em gêneros da Escola de Sydney



Fonte: Rose e Martin (2012, p. 161 *apud* Ramalho, Vian Jr., Cooper, 2021)

A figura 4 mostra as etapas na versão original, são elas: i) Preparação para a leitura, leitura detalhada e criação de orações, pois a partir do gênero, há, na leitura, a desconstrução do gênero por meio da percepção das unidades das orações, observando que elas refletem as metafunções de Halliday, mostrando, assim, a língua em uso considerando as variáveis de registro (campo, relações e modo) de acordo com o contexto de situação. Essas ações constituem a primeira fase do ciclo que é a desconstrução do gênero.

Em seguida, temos: ii) a construção conjunta. Nesta fase, alunos e professor constroem (escrevem) um novo texto do mesmo gênero. Os alunos enfrentam juntos, com a ajuda do professor, a escrita conjunta e também fazem a reescrita do gênero. Também nesta fase, a soletração é importante para se verificar o léxico e a ortografia.

Para finalizar o ciclo, temos: iii) a construção (escrita) individual de um texto do mesmo gênero e a reescrita para aprimorá-lo, também dando atenção às orações.

Por se tratar de uma versão adaptada da Pedagogia de Gêneros da Escola de Sydney, abaixo, a figura 5 ilustra as etapas – do ciclo de ensino-aprendizagem que foi aplicado.

Figura 5. Ciclo de Aprendizagem adaptado e aplicado



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O ciclo original foi adaptado e, na nossa versão, tem 7 etapas. Destacamos aqui as etapas criadas e alteradas para nossa intervenção. A primeira etapa foi incluída para que os alunos pudessem rememorar o que os incomoda e originou nosso projeto de pesquisa e serviu para organizar ideias para as solicitações nos textos que foram produzidos. A terceira etapa ajudou os alunos na construção de argumentos e na modalização da expressão linguística. A quinta, tornou a correção mais “leve”, uma

vez que decorreu de uma construção conjunta na qual todos os participantes tiveram méritos e pontos a melhorar.

1.3.2 O English for Specific Purposes - ESP

O termo ESP – English for Specific Purposes (Inglês para Propósitos Específicos) - surgiu nos anos 1960 com o interesse de estudantes demandados a dominar o Inglês em áreas específicas para alavancar suas carreiras em diversos campos profissionais e acadêmicos em toda parte do mundo.

Pode-se definir o ESP como uma abordagem de ensino que une o interesse do aluno às suas necessidades linguísticas para situações específicas, conforme o dizer de Hutchinson & Waters (1987, p. 19, *apud* Vian Jr. 2003, p. 442)

ESP should be seen as an approach not as a product. ESP is not a particular kind of language or methodology, nor does it consist of a particular type of teaching material. Understood properly, it is an approach to language learning, which is based on learner need.⁵

Assim sendo, as atividades baseadas nessa abordagem além de atender essas necessidades e interesses, utiliza os gêneros como ação social e ajuda os estudantes a refletirem sobre as escolhas linguísticas que precisam fazer nas interações em que lhes é exigida uma performance sociolinguística adequada.

O ESP se consolidou e foi amplamente adotado em vários países como estratégia pedagógica para o ensino e aprendizagem do Inglês focado em situações e áreas específicas para atender ao interesse e à necessidade dos estudantes que vão além do ensino da gramática da língua.

Hoje, é possível que o ESP se desdobre em vários tipos justamente para atender à demanda de aprendizagem de determinada área de atividade em que os alunos precisam atuar com a linguagem, sendo o ESP uma pedagogia explícita de ensino de gêneros que facilita o entendimento e apreensão deles.

Destarte, o ESP é uma abordagem de ensino de língua que não se apega às dificuldades linguísticas dos alunos de modo geral, mas centraliza em habilidades

⁵ "O ESP deve ser visto como uma abordagem, não como um produto. ESP não é um tipo particular de linguagem ou metodologia, nem consiste em um tipo de material didático específico. Entendido corretamente, é uma abordagem de aprendizagem da linguagem, que se baseia na necessidade do aluno." Hutchinson & Waters (1987, p. 19, *apud* Vian Jr. 2003, p. 442). (Tradução nossa).

específicas de leitura e produção de textos afetos à área de atuação dos alunos, foca nos aspectos linguísticos importantes que eles devem saber e, claro, tem como base no ensino os gêneros.

A abordagem de gêneros do ESP é sempre refinada aos gêneros e vocabulário usados nas comunidades discursivas das quais os estudantes precisam dominar. Nos termos de Hyland

O ensino de gêneros chave é, conseqüentemente, um meio de ajudar os estudantes a obter acesso a modos de comunicação que já têm acumulado capital cultural em determinadas comunidades profissionais, acadêmicas e ocupacionais. Ao tornar visíveis e alcançáveis esses gêneros de poder, através do ensino explícito, as pedagogias de gênero buscam desmistificar tipos de escrita que aumentarão as oportunidades de carreira dos estudantes e proporcionarão acesso a um leque maior de opções de vida. (Hyland, 2003, p. 24, *apud* Bawarshi e Reiff, 2013, p. 63).

Consoante Hyland, o ensino de gêneros - neste trabalho, a carta de solicitação - é um meio de ajudar os alunos a alcançarem êxito nas comunicações em comunidades acadêmicas, profissionais e ocupacionais e as pedagogias explícitas de gêneros aumentam a compreensão dos gêneros e fomentam oportunidades aos estudantes.

Em consonância com a essência do ESP, as atividades da intervenção didática – sobretudo as que abordaram os pronomes de tratamento, o vocativo, as formas verbais que servem de modalização, foram elaboradas para que os alunos tivessem em evidência o que eles precisavam para apreender e para produzir o gênero carta de solicitação.

Na intervenção didática como veremos na seção 3, as atividades que abordam as formas de tratamento entre os interlocutores, a questão lexical - como por exemplo a escolha de termos mais polidos - e os elementos obrigatórios que compõem o gênero estudado, introduziram os participantes da pesquisa em uma comunidade discursiva⁶, ainda que apenas no momento de seu pedido, pois patrocinaram aos estudantes conhecimento do léxico.

⁶ De acordo com Swalles (1990), comunidade discursiva são “redes sociorretóricas que se formam a fim de atuar juntas em favor de um conjunto de objetivos comuns.” (*apud* Bawarshi & Reiff, 2013, p. 65).

1.3.3 LSF e ESP: convergências e divergências

Tanto o ESP quanto a LSF utilizam os gêneros como ferramenta de ensino, embora haja entre essas teorias diferenças, por exemplo, na abordagem de gêneros da LSF, os gêneros são localizados no contexto de cultura, já no ESP, a abordagem de gêneros fica localizada no contexto de situação.

De qualquer forma, a essência de utilizar gêneros autênticos considerando o contexto é uma das premissas das duas teorias e, no caso do ESP, os propósitos comunicativos são elemento capital para uma pedagogia de gêneros voltada às necessidades específicas dos estudantes de acordo com sua área de atuação, seja acadêmica ou profissional.

A LSF é uma teoria que preconiza a linguagem em uso e situa os gêneros no contexto de cultura e, a partir dela, os pesquisadores australianos elaboraram a metodologia de ensino explícito de gêneros por meio do ciclo de aprendizagem da Escola de Sydney com foco na educação básica. Da mesma forma, o ESP é uma abordagem explícita de ensino de gêneros, com foco em adultos que precisam aprender uma língua de forma mais focada, direcionada e instrumental.

Não obstante haver a divergência de público-alvo, ambas, a LSF e o ESP têm mais pontos em comum: a concepção fundamental de que os aspectos linguísticos são ligados ao contexto e à função social dos gêneros. Outro ponto de convergência a destacar é que ambas as teorias têm como objetivo pedagógico tornar claro aos estudantes desfavorecidos as conexões que os gêneros apresentam entre língua e função social e sobre o ESP a pesquisa mais recente (Bawarshi e Reiff, 2013) reconhece a natureza social dos gêneros.

Assim, aproveitando o que há em comum entre a LSF e o ESP, preparamos a intervenção didática, a adaptando ao nosso contexto escolar para nossos alunos partindo do pressuposto de que essa abordagem se foca no que o estudante precisa para determinado gênero e a LSF situa os gêneros no contexto de cultura e de situação “Porque ambas as abordagens ensinam explicitamente...” (Bawarshi e Reiff, 2013, p. 63).

O ciclo de aprendizagem da Escola de Sydney foi adaptado contendo essas duas correntes teórico-metodológicas para evidenciar os aspectos linguísticos, semióticos, situacionais e culturais de que os alunos precisavam para apreender de fato o gênero carta de solicitação.

1.4 O GÊNERO CARTA DE SOLICITAÇÃO

Conforme mencionamos na parte introdutória deste trabalho, encontramos cinco pesquisas relativas ao gênero carta de solicitação publicadas nos últimos anos (AMORIM, 2016; FREITAS, 2016; OLIVEIRA, 2019; PIMENTA, 2019; OLIVEIRA, 2019) que, de modo geral, abordam esse gênero unicamente ou em par com gênero carta aberta – em um deles -, com participantes diversos dos da nossa pesquisa e que adotaram os Estudos Retóricos ou o Interacionismo Sócio-Discursivo e o recurso teórico-metodológico da Sequência Didática, de modo que nos deixa lacuna interessante para nosso estudo sobre o gênero carta de solicitação sob outro viés científico.

Considerada por Bakhtin (2016) como um gênero secundário, a carta era um gênero textual discursivo muito utilizado na antiguidade. A carta pessoal desdobrou-se em vários tipos de cartas ao longo do tempo. Atualmente, temos uma variedade de cartas: carta ao leitor, carta aberta, carta de reclamação, carta de solicitação, as cartas comerciais de modo geral. Essa variedade demonstra que os gêneros evoluem, se transformam ao longo do tempo conforme a evolução das relações humanas e a evolução da linguagem. Assim, Marcuschi argumenta sobre essa possibilidade dos gêneros se transformarem

Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como nas relações com inovações tecnológicas, [...] (Marcuschi, 2010, p. 19)

A variação e a variedade dos gêneros se dão, conforme Marcuschi, justamente pela evolução e pelas necessidades das atividades socioculturais da sociedade e das inovações tecnológicas e a carta é um bom exemplo dessa característica dos gêneros. Ela que inclusive, além de se desdobrar em tantas ainda é “vizinha⁷” textual do e-mail.

Bazerman, nos seus estudos, também reflete sobre o gênero carta evoluir e se flexibilizar em outros gêneros e ser um bom instrumento de interação

A carta, com sua comunicação direta entre dois indivíduos dentro de uma relação específica em circunstâncias específicas (tudo que podia ser comentado diretamente), parece ser um meio flexível no qual

⁷ Termo utilizado por Zanotto (2005, p. 110).

muitas das funções, relações e práticas institucionais podem se desenvolver — tornando novos usos socialmente inteligíveis enquanto permite que a forma de comunicação caminhe em novas direções. (Bazerman, 2005, p. 127-128).

E ainda Bazerman esclarece “... as poucas evidências que encontrei na literatura secundária sugerem que as cartas podem ter exercido uma influência ampla e importante na formação de gêneros.” (2005, p. 127-128).

Continua bastante válido o uso da carta ainda hoje e ela contribuiu para a formação de outros gêneros. Aqui, focaremos no estudo da carta de solicitação considerando que o gênero é uma ação social e essa variação tem caráter argumentativo, portanto, pertinente ao indivíduo saber escrevê-la. Passaremos a detalhar as características da carta de solicitação.

Segundo Zanotto (2005, p. 62), “São usuais a indicação de local e data da expedição da carta, a invocação do destinatário, um fecho e a assinatura.”, sendo todos esses elementos usuais em cartas comerciais, fazendo parte, então de sua *arquitetura*⁸, por conseguinte, das cartas de solicitação, esses elementos estruturais devem ser destacados numa situação de ensino do gênero. Um outro elemento usual da carta é o vocativo que vem imediatamente antes do texto. Na carta de solicitação, desde o vocativo até a despedida, a formalidade está presente, haja vista não haver intimidade entre o emissor e o destinatário desta variação da carta.

De modo geral, a carta de solicitação tem a estrutura de uma carta comum, no entanto, nas estratégias retórico-discursivas, é importante a objetividade, o uso adequado de estruturas argumentativas e de palavras adequadas ao contexto para que exerça com sucesso seu propósito, sua função sociocomunicativa e até antes de conseguir o pedido, formalizá-lo.

Vale destacar que uma carta de solicitação, em geral, é usada em contextos de não intimidade, em situações formais, com baixo ou nenhum grau de afetividade e as relações de poder são desiguais. Já em contextos informais, seja oral ou escrita a modalidade da linguagem usada, em outras variações da carta, há certo grau de afetividade e, em geral, não há relação de poder superior um ao outro.

Outro ponto a salientar é a argumentação. Embora, em alguns casos, o sujeito tenha direito a algo, em outros, o seu pedido pode ser atendido pela adequação e pelo poder da argumentação utilizada pelo escrevente/solicitante por se tratar não de um

⁸ Termo utilizado por Zanotto (2005, p. 69).

direito, mas de uma concessão/gentileza da empresa, órgão público ou autoridade que pode fazê-la.

Consoante Schneuwly e Dolz⁹ (2004, p.52) a carta de solicitação é de natureza argumentativa, pois para defender a ideia de que merece ter sua solicitação atendida, o sujeito precisa argumentar. A linguagem formal e padrão é a que deve ser utilizada nesse gênero e a pessoa que o está redigindo precisa ficar atento ao modo adequado de tratar seu interlocutor, afinal, é ele a autoridade que pode atender o pedido constante na carta de solicitação e inclusive, o modo de tratar o interlocutor destinatário faz parte também da argumentação.

Em razão da Lei 9.296/1996 que alterou o inciso XII da Constituição Federal de 1988 e garante o sigilo das correspondências e comunicações telemáticas, não é possível a divulgação de cartas de qualquer natureza - exceto a carta aberta e a carta ao leitor - sem autorização judicial ou que a própria pessoa queira tornar público o conteúdo, conseqüentemente, são poucas as disponíveis na web, mas conseguimos alguns modelos para mostrar aos alunos cartas físicas digitalizadas reais. Recorremos, também à versão virtual, que encontramos no site consumidor.gov.br, pois nesse site, as pessoas que buscam resolução de suas demandas, aceitam os termos de uso permitindo a exibição pública dos casos tratados nas cartas de solicitação ou reclamação nele registradas. Veremos, a seguir, as cartas as quais demonstraremos sua estrutura semiótica e linguística.

Figura 6 – Carta de solicitação física digitalizada

⁹ Os autores não tratam especificamente da carta de solicitação; apenas fazem um agrupamento provisório de diversos gêneros em seus domínios, sendo a carta de solicitação agrupada no domínio do argumentar.



ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS, FUNCIONÁRIOS E PENSIONISTAS DO BANCO DO BRASIL-AAPBB
 Av. Rio Branco, 185, Sala 612 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-007
 Tel: (21)2232-7561/2509-0347 / Site: www.aapbb.org.br - E-mail: aapbb@aapbb.org.br

Rio de Janeiro(RJ), 03 de setembro de 2019.

PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
 Condomínio do Edifício Centro Empresarial Mourisco - 3º e 4º Andar
 Praia de Botafogo, 501 - Botafogo, Rio de Janeiro – RJ
 CEP 22250-040

Ilmo. Sr. José Maurício Pereira Coelho

Sr. Presidente da Previ,

Esta Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – AAPBB, fundada em dezembro de 1998, representando quase 2 mil associados, tem como objetivo primordial a defesa dos interesses dos aposentados, funcionários da ativa e pensionistas vinculados ao BB.

Sendo assim, no intuito de garantir que informações fidedignas cheguem ao nosso corpo social, pedimos a gentileza de nos esclarecer se há fundamento na notícia abaixo, que tem sido veiculada em redes virtuais de divulgação massiva:

“...um dos entulhos da Caixa-Preta que causa mais dispêndios à PREVI são os pagamentos de polpudos benefícios às milhares de filhas solteiras dos fundadores da PREVI.”

Agradeceríamos informar se de fato são oferecidos benefícios às filhas solteiras dos fundadores da PREVI e, se for o caso, qual a base regulamentar, em que condições e quanto isto implica de dispêndios para essa grandiosa Instituição, que tanto nos honra.

Certos de poder contar com a colaboração dessa Caixa de Previdência, e ciente da vontade mútua de manter o compromisso com a verdade, aguardaremos resposta.

Cordialmente,

AAPBB - Associação de Aposentados, Funcionários e Pensionistas do Banco do Brasil – RJ


WILLIAMS Francisco da Silva
 Presidente

Recebido em
 04/09/2019
franklin

Disponível em: [carta de solicitação física digitalizada - Pesquisar Imagens \(bing.com\)](#) Acesso em: 21/04/2024

Para além do papel timbrado, que acontece em cartas comerciais de modo geral, a estrutura organizacional de uma carta de solicitação traz a data, o local, o vocativo (nesse campo, há o destaque da função/hierarquia da autoridade à qual é dirigida a missiva, acompanhado do pronome de tratamento adequado), o corpo do texto, a despedida e a assinatura (também aqui, é possível a inclusão da função/hierarquia do interlocutor que escreve a carta de solicitação).

De acordo com Halliday (1985), as variáveis campo, relações e modo se refletem, respectivamente, nas atividades, interações entre os interlocutores e na

organização e função da linguagem de acordo com o contexto de situação. Todos esses fatores instanciam gêneros de acordo com o contexto de cultura.

Para destacar a estrutura do gênero, recorreremos a estrutura potencial do gênero – EPG - (Hasan, 1989). Segundo Hasan, A EPG é uma estrutura compartilhada com textos que pertencem a determinado gênero, assim, ela inclui elementos de organização textual, recursos linguísticos, características recorrentes e típicas. Conhecendo a EPG de determinado gênero, é possível reconhecê-lo como também produzi-lo em situações de comunicação. Os elementos que compõem a configuração de contexto - CC - são classificados como obrigatórios (devem ocorrer), opcionais (podem ocorrer) e recursivos (iterativos) e todos eles ajudam a definir a EPG.

O exemplar acima, apresenta na sua CC elementos obrigatórios tais como a data, o vocativo (interlocutor ao qual a carta de solicitação é dirigida), a despedida e assinatura (do interlocutor escrevente). Como elementos opcionais, apresenta o endereço e o próprio timbre da instituição no papel, pois, esses elementos não estavam presentes em todos os exemplares analisados. Como elementos recursivos, o nome da instituição PREVI.

A variável do **campo** está demarcada pelo interlocutor escrevente que deixa claro que tem outorgada para si - enquanto presidente da AAPBB (Associação de aposentados, funcionários e pensionistas do Banco do Brasil) – a defesa dos interesses dos seus associados. Já na variável das **relações**, mostra que não há intimidade entre os interlocutores, havendo formalidade do início ao fim da carta de solicitação, ou seja, do vocativo à despedida. O escrevente mantém seu discurso respeitoso com o destinatário. Por fim, na variável de **modo**, a linguagem apresenta formalidade, pronomes de tratamento adequados aos papéis sociais dos interlocutores.

De acordo com a CC, na EPG do exemplar acima, considerando-o como prototípico do gênero carta de solicitação, temos como elementos obrigatórios a data, o vocativo, a despedida e a assinatura (como já dissemos e reiteramos aqui). Já como elementos opcionais, temos a apresentação da entidade à qual o escrevente que a preside faz, destacando, inclusive, a quantidade de associados. Por ser um elemento opcional, não ocorre em 100% das cartas analisadas e quando ocorre tal elemento, aparece não somente no início do texto. Por fim, como elementos iterativos, temos o

termo que denomina a entidade questionada, a PREVI. Todos esses elementos instanciam o campo.

Para atender as funções retóricas do texto, instanciando tanto as relações quanto o modo, o exemplar apresenta a formalidade de tratamento entre os interlocutores, o uso de palavras e expressões respeitosas e uma linguagem objetiva.

Na argumentação, o argumento de autoridade está expresso com a citação da licitude e legitimidade da instituição AAPBB em poder solicitar a informação de interesse dos seus associados e a modalização está presente em algumas passagens do texto, como por exemplo, “pedimos a gentileza...” (2º parágrafo) e “Certos de poder contar...” (último parágrafo).

Outro exemplo:

Figura 7 – Carta de solicitação física digitalizada



Disponível em:

emM9MSZxPTk5JnNyYz1pbWcvbm90aWNpYXMvbm90aWNpYV8yNjAuanBnJnNIY3VyZT17YnVybn0=.jpg (1699×2800) (sindisaudecriciuma.com.br) Acesso em: 02/08/24.

Nesse segundo exemplar aqui apresentado, a variável do **campo** está demarcada pelo interlocutor escrevente com a necessidade de tratar sobre as condições de trabalho dos funcionários da farmácia interna do Hospital São José e ele, o interlocutor autor da carta de solicitação, é um representante legal, pois trata-se do presidente do sindicato desses trabalhadores. Já na variável das **relações**, é possível perceber que não há intimidade entre os interlocutores pela formalidade contida no texto. O escrevente mantém seu discurso respeitoso. Por fim, na variável de **modo**, a linguagem apresenta formalidade, pronome de tratamento adequado aos papéis sociais dos interlocutores (senhor).

A CC da EPG traz elementos obrigatórios tais como a data, o vocativo, despedida e assinatura, como é típico do gênero carta. Apresenta também, o cargo que ocupa o autor da carta de solicitação, além do papel timbrado, sendo esses elementos opcionais. A carta de solicitação acima apresenta uma linguagem bastante objetiva e a modalização ocorre nas passagens “solicitar o agendamento...”, “agradecemos a atenção...” e “sugerimos a data...” demonstrando o respeito e o pedido que pode ou não ser atendido, pois quem decide é o interlocutor destinatário, evidenciando a relação de poder. Vejamos a seguir a versão virtual de uma carta de solicitação.

Na versão virtual do site consumidor.gov.br – é necessário ter um cadastro na plataforma do Governo Federal (gov.br) -, podemos acessar um formulário para formalizar uma reclamação ou um pedido conforme os prints das telas a seguir.

Figura 8 – Tela inicial (após login) do site consumidor.gov.br

Protocolo	Fornecedor	Data	Prazo para Manifestação	Situação
2023.03/00007392410	Claro Fixo - Embratel	21/03/2023	02/04/2023	Finalizada avaliada
2023.02/00007213083	Tim	06/02/2023	14/02/2023	Finalizada avaliada
2022.07/00006469767	Caixa Econômica Federal	12/07/2022	06/08/2022	Finalizada avaliada
2021.05/00004576900	Neoenergia Pernambuco (Celpe)	04/05/2021	22/05/2021	Cancelada
2020.11/00003827028	Tim	12/11/2020	22/11/2020	Finalizada avaliada

Disponível em: [Consumidor](https://consumidor.gov.br) Acesso em: 15/05/2024.

Figura 9 – Tela do formulário para registro de reclamação/solicitação

https://consumidor.gov.br/pages/reclamacao/novo

Início | Sobre o Serviço | Empresas Participantes | Indicadores | Fale Conosco

Menu

IDENTIFIQUE A EMPRESA | RELATE O PROBLEMA | CONFIRME

Cadastrar Reclamação

Nome da Empresa:

Procurou a empresa para solucionar o problema? ☐ Sim ☐ Não

Como Comprou/Contratou:

Para facilitar o entendimento e resolução de sua reclamação, é necessário selecionar a área de atuação da empresa, o assunto e o problema relacionados ao seu problema com a empresa.

Área:

Assunto:

Disponível em: [Consumidor](https://consumidor.gov.br) Acesso em: 15/05/2024

Figura 10 – Tela do formulário para registro de reclamação/solicitação (continuação)

https://consumidor.gov.br/pages/reclamacao/novo

Para auxiliar na análise da sua reclamação, você pode anexar documentos, tais como nota fiscal, comprovante de pagamento, extratos, ordem de serviço, folheto de oferta, orçamento, etc.

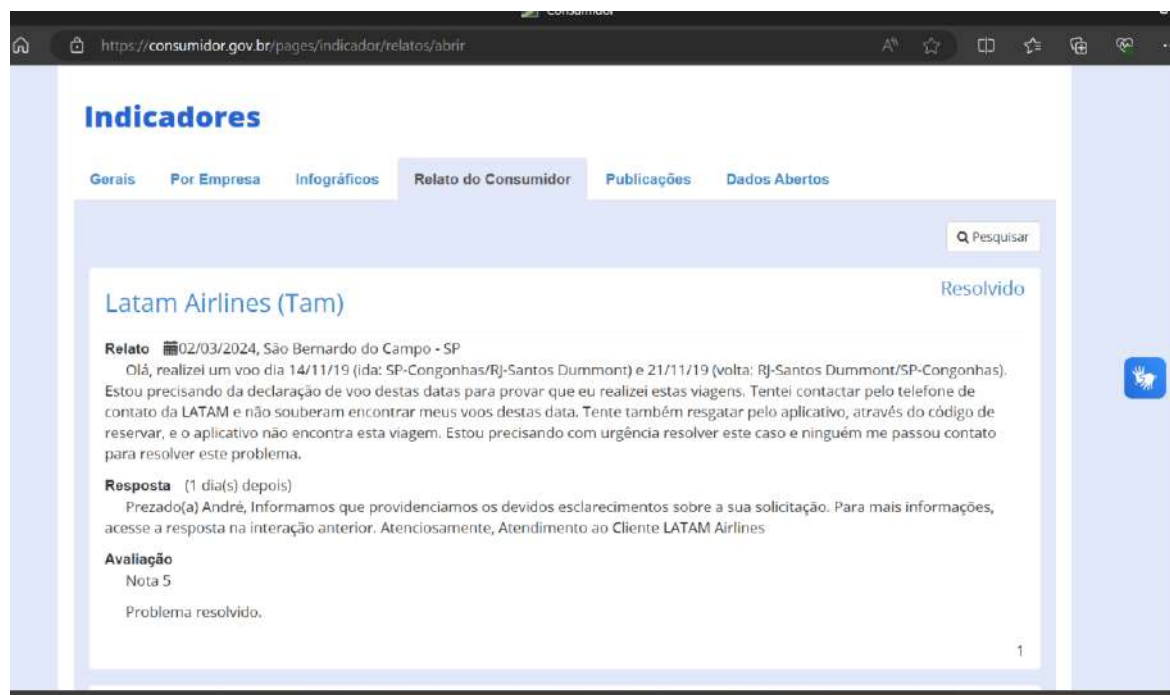
Preencha no mínimo mais 30 caracteres no máximo mais 3000 caracteres

Descreva seu Pedido à Empresa:

Informe aqui o seu pedido (por exemplo: devolução do valor pago, troca ou reparo do produto, cancelamento do contrato etc).

Disponível em: [Consumidor](https://consumidor.gov.br) Acesso em: 15/05/2024

Figura 11 - Carta de solicitação virtual do site consumidor.gov.br



Disponível em: [Consumidor](https://consumidor.gov.br) Acesso em: 4/3/2024.

Como na maioria das cartas, o modelo virtual apresenta a data e o local. A disposição do texto como um todo é um pouco diferente da carta de solicitação física digitalizada, mostrada anteriormente, pois, como foi apresentado de forma preliminar, no site consumidor.gov.br, há um formulário para registro da queixa ou pedido. No exemplo, podemos perceber que, instanciando o campo, temos a referência à empresa - a qual se destina carta - cuja atividade comercial é oferecer passagens aéreas para viagens de avião. Aqui, verificamos que não há uma pessoa específica como interlocutor receptor, mas sim a empresa como instituição demandada.

A linguagem objetiva é ainda mais presente, na medida em que em formulários de sites, há limite de caracteres para escrever textos e isso influencia tanto nas relações entre os interlocutores tornando mais ágil e objetivo o processo de interação e também no modo determinando a forma de registro do gênero.

Com todos esses elementos, temos a CC e a EPG do gênero carta de solicitação no suporte virtual com os elementos obrigatórios como já citamos – data e local. Como argumentação, não utiliza nenhum argumento de autoridade, o interlocutor escrevente apenas cita as vezes que tentou sem sucesso resolver sua demanda por telefone e pelo app e modaliza sua mensagem no trecho “Estou precisando...”.

Na seção seguinte, discutimos sobre noções de argumentação segundo Aristóteles, Olbrechts-Tyteca e Ducrot de acordo com os estudos Fiorin (2022), Koch (2011), Koch e Elias (2016) e Nascimento (2009).

SEÇÃO 2 ALGUMAS NOÇÕES DE ARGUMENTAÇÃO

Nesta seção, discorreremos sobre teóricos e filósofos que se debruçaram na argumentação e na retórica e até hoje são estudados, citados e seus estudos desenvolvidos. Trataremos da visão de Aristóteles, que valorizava a argumentação lógica e idealizava o auditório.

Discorreremos também sobre a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca que, a partir dos estudos de Aristóteles, direcionou o foco de abordagem da argumentação para persuasão e tratou da argumentação no aspecto verossímil das coisas. Os teóricos da Nova Retórica se dedicaram aos argumentos que recorrem aos sentimentos e emoções para alcançarem a meta do discurso.

Ainda nesta seção, para discussão, trazemos os estudos de Ducrot mostrando que, para ele, a argumentação é inerente à língua, além de o teórico afirmar que o sentido dos enunciados é polifônico e considerar que toda proposição tem um significado, mas que são as circunstâncias que realmente lhe dão um sentido talvez diverso e mais adequado para uma mesma proposição proferida em diferentes contextos.

Também nos dedicaremos a tratar da modalização na argumentação e dos argumentos de autoridade, justamente por serem esses os aspectos da argumentação que serão objeto de análise na nossa pesquisa.

2.1 ALGUNS DOS ENSINAMENTOS DE ARISTÓTELES

A antiga retórica teve em Aristóteles seu maior representante e até hoje ele influencia estudiosos da argumentação e da retórica. Conforme o filósofo, os argumentos têm dois tipos que ele chama de *necessários* e *preferíveis*. Os *necessários* têm uma conclusão decorrente das premissas, pois se estas são verdadeiras, a conclusão que decorre delas também o é, já os *preferíveis* têm uma conclusão não necessariamente verdadeira visto que as premissas não são logicamente verdadeiras. Vejamos o quadro de exemplos retirados da obra de Fiorin (2022, p. 19-20):

Quadro 2 – Tipos de raciocínios segundo Aristóteles

RACIOCÍNIOS NECESSÁRIOS	RACIOCÍNIOS PREFERÍVEIS
Todos os pernambucanos são brasileiros. Gilberto Freyre é pernambucano. Logo Gilberto Freyre é brasileiro	Todo professor é dedicado. Ora, André é professor. Logo, André é dedicado.

Fonte: Fiorin, 2022, p.19-20.

Nos exemplos dados por Fiorin, é possível entender como funciona os argumentos necessários: eles obrigatoriamente obedecem a uma lógica, pois temos que “Todos os pernambucanos são brasileiros.” (Fiorin, p. 19). Sabemos que Pernambuco é um estado do Brasil, portanto, qualquer pessoa que nasceu nesse estado é logicamente brasileira, com efeito, chegamos à conclusão verdadeira de que “Gilberto Freyre é brasileiro.”, afinal, ele nasceu em Pernambuco.

Já os argumentos preferíveis não necessariamente levam a uma conclusão verdadeira; não obedecem a uma lógica. No exemplo temos duas premissas - “Todo professor é dedicado.” - “Ora, “André é professor.” - e uma conclusão - “Logo, André é dedicado.” (Fiorin, p. 20). Sabe-se que existe uma variedade de características que as pessoas têm e devido a essa variedade, não se pode afirmar ser 100% verdade a conclusão que o exemplo apresenta. São justamente os argumentos preferíveis estudados pela retórica.

Conforme Fiorin (2022, p. 24), “a palavra *argumento*¹⁰ é formada com a raiz *argu-*, que significa ‘fazer brilhar, cintilar’...” e ainda “o argumento é o que faz brilhar uma ideia.” Quanto mais adequado o argumento, mais chance de sucesso terá numa situação de interação em que se tenta convencer e persuadir. No entanto, não é apenas com “enfeites” que se consegue argumentar e convencer. Caso seja opção do locutor apenas enfeites, este corre o risco de ter uma avaliação negativa da sua retórica, não conseguindo a adesão ao seu discurso.

“Aristóteles diz que a retórica é uma parte da dialética” (1991, I, 2, 1356a, *apud* Fiorin, 2022, p. 21), pois essa é a lógica do que é provável...” (Fiorin, 2022, p. 21). Os lugares-comuns são centrais na sua retórica, ou seja, é mais fácil convencer usando argumentos que são aceitos facilmente pela percepção da maioria. “A dialética conduz à tese de que a interação discursiva é a realidade em que se estabelecem as relações

¹⁰ Grifo do autor.

sociais.” (Fiorin, 2022, p.27). A retórica ocupou-se da construção dos argumentos e da dimensão da antifonia.

Devemos aos sofistas a elaboração de noções discursivas como, por exemplo, o princípio da antifonia. É o princípio da antifonia (discursos em oposição) uma das bases da nossa Constituição Federal (princípio do contraditório), ou seja, todo discurso pode ser desconstruído por outro discurso (Fiorin, p. 25). Esse princípio está presente em algumas interações discursivas. Seja por antifonia ou harmonia – as interações humanas por meio da linguagem são um dos fundamentos para se estabelecer as relações humanas.

Não obstante sua importância nos estudos do argumento e da retórica, Aristóteles dava muito valor à lógica dos argumentos, considerava a audiência, porém, de uma forma idealizada. Sua descrença nos meios não racionais de persuasão, embora compreensível no seu tempo, não foi defendida. A partir da Nova Retórica, isso mudou.

2.2 A NOVA RETÓRICA DE PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA

Contraopondo-se à razão absoluta e a lógica formal dos filósofos cartesiano-positivistas, Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca publicaram em 1958 a Nova Retórica voltando-se aos preceitos de Aristóteles, mas considerando que nas comunicações, a arte da persuasão se faz não só, mas também quando se considera fatores de várias ordens, sociais, psicológicos, culturais etc como elementos dos argumentos e da retórica. Nos termos dos teóricos:

Com efeito, conquanto não passe pela cabeça de ninguém negar que o poder de deliberar e de argumentar seja um sinal distintivo do ser racional, faz três séculos que o estudo dos meios de prova utilizados para obter a adesão foi completamente descurado pelos lógicos e teóricos do conhecimento. (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p.1)

Perelman e Olbrechts-Tyteca ancoraram sua dissidência rejeitando a lógica formal dos argumentos tão valorizada pelos filósofos da época, em especial, os positivistas lógicos e focaram nas técnicas discursivas que podem persuadir o auditório. Dessa forma, preocuparam-se com a estrutura da argumentação, valorizaram o encadeamento das ideias pelos marcadores linguísticos que dão a direção da argumentação. Os teóricos destacam que “O campo da argumentação é o

do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que escapam às certezas do cálculo.” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p.1).

Nesse sentido, para persuadir o auditório, é válido também se apoiar em argumentos que despertem sentimentos, como as emoções – positivas ou negativas – para se conseguir a meta do discurso, não só na modalidade oral, como Aristóteles se ocupava, mas sobretudo na modalidade escrita sendo a esta dedicada a obra já citada e os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

De acordo com Koch (2002, p.18), remetendo ao pensamento de Perelman (1970), “o **ato de convencer**¹¹ se dirige unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo, assim, capaz de atingir um ‘auditório universal’ [...]”, já

“o **ato de persuadir**,¹² por sua vez, procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um ‘auditório particular’”. (Koch 2002, p.18)

A argumentação para persuasão, como esclarece Koch, no trecho destacado acima, foi uma ideia de Perelman e Olbrechts-Tyteca na publicação de Tratado da Argumentação: a nova retórica, em 1958, na qual os teóricos esclarecem que o ato de persuasão com o uso dos recursos linguísticos busca a “adesão os espíritos” (Koch, 2002, p.18), para tanto, recorre-se à vontade e ao sentimento do auditório particular “por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis”.

Na argumentação, não se opera com falso ou verdadeiro, mas sim com o que parece verdadeiro, verossímil de acordo com a formação social de determinada época, pois em questões éticas, jurídicas ou pedagógicas, por exemplo, não há verdadeiro ou falso, por isso o que é verossímil e aceito socialmente é a base dos argumentos em tomadas de decisões e sustentação de teses.

Assim, a argumentação é imprescindível tanto ao ato de convencer tanto ao ato de persuadir, usando argumentos lógicos e verdadeiros para convencer, como argumentos verossímeis para persuadir tendo sempre em mente o auditório.

2.3 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA DE DUCROT

¹¹ Grifo da autora.

¹² Grifo da autora.

Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre desenvolveram a Semântica Argumentativa (na década de 60 do século XX) e posteriormente Ducrot e Marion Carel a aperfeiçoaram (a partir dos anos 90) estabelecendo assim a Teoria da Argumentação na Língua - TAL. O princípio da TAL é que a argumentação está na língua. Destarte, todo enunciado é argumentativo. Também podemos destacar que Ducrot, afirma que o sentido dos enunciados é polifônico (Ducrot, 1988, *apud* Nascimento, 2020, p. 116). Dessa forma, na TAL, a argumentação é investigada na própria língua pelos elementos que a constituem.

Segundo Ducrot (1989, p. 13), “A argumentação está na língua”, sendo assim, todo texto é argumentativo, ainda que traga em si sequências descritivas ou narrativas, pois que essas podem fazer parte dos argumentos e da intenção geral de um discurso persuasivo. Afinal, é válido usar todos os mecanismos adequados que a língua dispõe na interação para defender uma tese e persuadir um auditório. Isso envolve senso crítico para avaliar a situação, utilizar os aspectos léxico-gramaticais apropriados, a gradação de formalidade necessária, a cultura dos envolvidos, tom de voz, enfim, fatores linguísticos e extralinguísticos.

Ducrot estrutura da seguinte forma: propõe o *componente retórico* que se ocupa do sentido dos enunciados em uso e simultaneamente o *componente linguístico* (semântico) que se ocupa do sentido atribuído à proposição na língua, dessa forma, ele trata a retórica e a argumentação no domínio pragmático-semântico. Nesse sentido, retórica passa a ser sinônimo de pragmática (FIORIN, 2015, p. 18).

Como exemplo, Fiorin (2015, p. 17-18) traz o enunciado “*Está chovendo demais.*”. O componente semântico daria a esse enunciado o significado do momento da enunciação, porém, de acordo com a situação comunicativa, o componente retórico daria a esse mesmo enunciado a significação efetiva, pois ele poderia ser usado por um piloto de avião prestes a decolar, um juiz de futebol cogitando cancelar a partida, uma mãe a um filho que vai sair pelo seu cuidado e sua preocupação, enfim, considerando a situação, os dois componentes estariam presentes no enunciado e de acordo com este, assumiriam efetivamente uma certa significação. O componente retórico

pressupõe que as circunstâncias de enunciação são mobilizadas para explicar o sentido real de uma ocorrência particular e um enunciado, somente depois que uma significação tenha sido atribuída ao próprio

enunciado, independentemente de qualquer recurso ao contexto. (Ducrot, 1987, p. 16, *apud* Fiorin, 2022, p. 18).

Ducrot considera que a proposição tem um significado, mas as circunstâncias em que é proferida a proposição são elementos fundamentais para a real compreensão dela dentro do discurso.

Da mesma maneira que não se separa componentes linguísticos e componentes retóricos, no caso de modalização, Ducrot (1988, p. 50, *apud* Nascimento, 2009) afirma que os fenômenos da modalidade (intersubjetividade) e da modalização (subjetividade) não são separáveis nem nos processos de interação, nem na estrutura da língua.

Consoante Koch, as marcas linguísticas da argumentação - que interligam o texto ao evento que o constitui - são reveladas por alguns elementos que ela destaca listando

1. as **pressuposições**;
2. as marcas de **intenções**, explícitas ou veladas, que o texto veicula;
3. os modalizadores que revelam sua **atitude** perante o enunciado que produz (através de certos advérbios, dos tempos e modos verbais, de expressões do tipo: “é claro”, “é provável”, “é certo” etc.);
4. **os operadores argumentativos**, responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação discursiva;
5. **as imagens recíprocas** que se estabelecem entre os interlocutores e as **máscaras**¹³ por eles assumidas no jogo de representações ou, como diz Carlos Vogt, nas pequenas cenas dramáticas que constituem os atos e fala. (Koch 2011, p. 33).

Embora sejam muitos os elementos que interligam e marcam a linguagem, trataremos a seguir do fenômeno da modalização e dos argumentos de autoridade que serão também objeto de interesse para a intervenção.

2.3.1 A modalização¹⁴ como estratégia de argumentação

Nas palavras de Koch e Elias (2016)

¹³ Grifos da autora.

¹⁴ Assim como fez Nascimento (2009), baseado em Castilho e Castilho (1993), não faremos distinção entre os termos modalização e modalidade.

argumentar pressupõe **intencionalidade**¹⁵ e **aceitabilidade**, ou seja, de um lado, há aquele que constrói argumentos para influenciar o interlocutor e conseguir seu intento; e de outro, aquele que é alvo desse processo, o interlocutor, e que tem a liberdade de considerar ou não a validade dos argumentos, de aceitar ou não tese defendida, numa postura que em nada remete à ideia de passividade, nem simplesmente à emoção. (Koch e Elias, 2016, p.34)

Consoante as autoras, importante é considerar o auditório, o outro, alvo da argumentação, na medida em que ele não é passivo dentro da interação, pois ele tem a liberdade de aceitar ou rejeitar o discurso em parte ou como todo. Por isso se faz necessário considerar aspectos de intencionalidade e aceitabilidade.

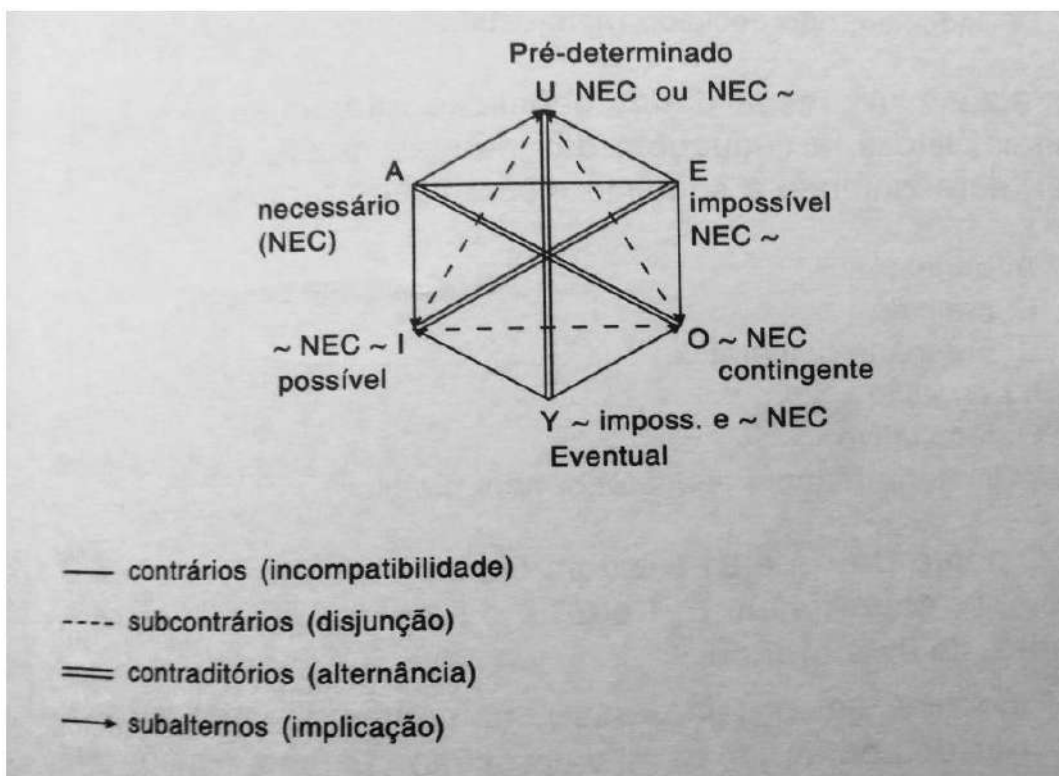
Os articuladores metadiscursivos com a função de modalizar a linguagem conforme a avaliação do enunciador são chamados de modalizadores discursivos. Eles ajudam a mostrar a relação entre os sujeitos da interação: em vez de focar na relação do enunciador com o objeto, passa-se a analisar a relação entre os sujeitos. Com a linguagem modalizada, o interlocutor passa a manipular, ou seja, a modalização expõe clara ou implicitamente a intenção, a ideia do que o enunciador quer que seja aceita.

Koch (2011, p. 73-74) apresenta o hexágono lógico elaborado por Blanché (1969) – que postula uma estrutura, a “tríade dos contrários” A-E-Y -, em que A é o necessário, E é o impossível e Y é o neutro, que se contrapõe a ambos, ele é o conceito parcialmente afirmativo e parcialmente negativo, rejeitando assim, a totalidade e a nulidade.

Em decorrência à tríade dos contrários, Blanché estabelece também a tríade dos subcontrários I-O-U. As duas tríades possibilitaram a criação do hexágono lógico representado a seguir:

Figura 12 - Hexágono de Blanché

¹⁵ Grifos das autoras.



Fonte: (Koch, 2011, p. 74)

Koch (2011, p. 84-85) esclarece que se o locutor utiliza argumentos que se situam na parte superior do hexágono de Blanché (A-E-U) - qualquer que seja o eixo – seu discurso torna-se autoritário, manifestando um saber, explícito ou implícito, (eu sei, portanto, é verdade) para obrigar seu interlocutor a aceitar seu discurso. Já se o locutor usa modalidades que se situam na parte inferior do hexágono (I-O-Y) deixa seu discurso indeterminado, polêmico, baseado no crer. Assim, o locutor não impõe ou finge não impor ao seu interlocutor sua opinião, ainda que seja uma artimanha discursiva.

De modo geral, são consideradas modalidades básicas o **necessário** e o **possível**¹⁶ (cf., p.ex., Benveniste, (1974), Geerts e Melis, (1976), Guimarães (1976) e outros *apud* Koch, 2011, p. 78). Já Greimas considera como modalidades básicas as do ser e do fazer (*apud* Koch, 2011, p. 78).

Para Alexandrescu (1966, *apud* Koch, 2011, p. 78), as modalidades básicas importantes são as do crer e do saber. O teórico destaca que o valor de verdade de uma proposição valida a modalidade do saber, mas não valida a modalidade do crer. O teórico sustenta que, mesmo no nível do posto ou no nível do pressuposto, embora

¹⁶ Grifo da autora.

explícitas outras modalidades (querer, desejar, dever, poder), as modalidades do saber ou do crer sempre existem em um enunciado. (*apud* Koch, 2011, p. 80).

Koch ainda demonstra uma primeira correspondência entre as modalidades e os tipos de frases: imperativa – deontica; interrogativas – epistêmica; assertivas – alética (2011, p. 82). A autora também traz as correspondências acrescentadas e sugeridas por Guimarães (1979 *apud* Koch, 2011, p. 82):

obrigação e permissão – modalidade imperativa (eu ordeno, eu permito); necessidade – modalidade alética (é necessário); obrigatoriedade e permissividade – modalidade deontica (é obrigatório, é permitido); afirmação – modalidade assertiva; probabilidade e certeza – modalidade epistêmica; possibilidade – modalidade cognitiva.

Porém, a estudiosa argumenta que para uma correspondência exata das diversas modalidades, seria necessário que se tivesse uma exaustiva tipologia dos atos de linguagem, embora Searle (1975) tenha feito “valiosa contribuição” a esse respeito (Koch, 2011, p. 83).

De forma didática, a professora explica que vários são os tipos de lexicalização possíveis para o uso das modalidades e cita alguns:

- a) performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito etc.;
- b) auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar etc.;
- c) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável etc.;
- d) advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente etc.;
- e) formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer etc. + infinitivo;
- f) modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos de subjuntivo; uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade etc.;
- g) verbos e atitude proposicional: e creio, eu sei, eu duvido, eu acho etc.;
- h) entonação: (que permite, por ex.: distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral);
- i) operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo etc. (Koch, 2011, p. 84).

Diante do exposto, nos remetemos à ideia de Halliday, citado por Koch (2011, p. 20), afirmando que “o texto é uma unidade da língua em uso, unidade semântica: não de forma e sim de significado”. Portanto, as escolhas lexicais, as conexões, as modalidades constroem esse significado na materialidade do texto e direcionam a

argumentação e as intenções do enunciador se mostram explícita ou implicitamente por meio das modalizações.

Nascimento (2009) afirma que a modalização extrapola a proposição e engloba o discurso como um todo. O estudioso afirma que, ao modalizar o discurso, o locutor além de imprimir seu posicionamento, o faz sempre pensando e agindo em relação a seu interlocutor, deixando, assim, sua marca de subjetividade.

Ainda segundo o professor, a modalização consiste em importante estratégia argumentativa em diversos gêneros. Ele salienta que a modalização (subjetividade) a modalidade (intersubjetividade) são fenômenos simultâneos e por isso justifica usar um termo como sinônimo do outro, baseando-se nos estudos de Castilho e Castilho (1993), pois quando argumentamos, fazemos isso sempre em função do outro.

Nascimento (2009), citando Lyons (1977) diz que o teórico afirma que o único tipo de modalidade que a lógica tradicional considera é a modalidade alética que encara a necessidade e a possibilidade relacionadas ao valor de verdade e falsidade das proposições, embora os lógicos relacionem a modalidade alética mais à necessidade do que à possibilidade.

O fato é, como elenca Nascimento (2009),

- i) modalização ou modalidade é uma estratégia argumentativa que evidencia no enunciado uma atitude, uma avaliação do locutor;
- ii) essa avaliação ou ponto de vista se dá sempre considerando o interlocutor, é feita em sua função;
- iii) sendo em função do interlocutor, não é produtivo separar os aspectos subjetivos e intersubjetivos, assim, também não é aconselhável separar modalidade de modalização, pelo menos quando tratarmos esses fenômenos como estratégias argumentativas e para esse viés, invoca Ducrot (1988, p. 50) que considera os aspectos subjetivos e intersubjetivos dos enunciados em um só aspecto que ele chama de valor argumentativo dos enunciados;
- iv) a modalidade ou modalização pode recair tanto em parte do enunciado, como em todo o enunciado, ou todo o texto ou todo o discurso, inclusive pode recair no discurso de outrem e por todas essas razões, trata-se, a modalização, de um fenômeno muito presente na linguagem humana, afeto à interação, constitui um ato particular de linguagem e que deve ser investigado em diversos gêneros.

A modalização enquanto estratégia semântico-argumentativa e pragmática acontece nos enunciados e no discurso com elementos linguísticos chamados modalizadores que, partindo de uma primeira distinção nos estudos sobre os advérbios modalizadores de Castilho e Castilho (2002), Nascimento e Silva (2012) os reformulam classificando a modalização e, por conseguinte, os advérbios em quatro grandes grupos: modalização epistêmica; modalização deôntica; modalização avaliativa e modalização delimitadora.

Na Modalização Epistêmica, o locutor expressa uma avaliação de verdade ou certeza do enunciado e é dividida em três tipos: Epistêmica asseverativa (o locutor considera um valor de verdade ou certeza do enunciado); Epistêmica quase asseverativa (o locutor considera quase certo o enunciado); Epistêmica habilitativa (quando expressa a capacidade de alguém fazer algo).

Na Modalidade Deôntica, assim como Koch (2011, p. 75) discorre, Nascimento e Silva (2012) a classificam explicando que esse tipo de modalização expressa as seguintes avaliações: de obrigatoriedade (o enunciado traz algo obrigatório), de proibição (o enunciado é expresso como algo proibido que deve acontecer), de possibilidade (o enunciado traz algo facultativo) ou de vontade (o enunciado expressa o desejo ou a vontade do locutor).

Na Modalização Avaliativa, excetua-se qualquer valor deôntico ou epistêmico, expressando o ponto de vista ou a avaliação do enunciado.

Na Modalidade Delimitadora, os limites dentre os quais se deve considerar o enunciado são estabelecidos.

Nascimento e Silva (2012), ao demonstrarem os tipos de modalidade, ainda destacam que pode ocorrer outro fenômeno: a coocorrência de modalidades quando mais de uma ocorre no mesmo enunciado, produzindo assim, diversos efeitos de sentido.

2.3.2 O argumento de autoridade como estratégia de argumentação

A argumentação tem por objetivo a adesão do auditório à uma tese do locutor. O sucesso da argumentação pode ser em menor ou maior intensidade, com o desenvolvimento dos argumentos. Nos termos de Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005, p. 51),

O objetivo de toda argumentação, como dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Dessa forma, é possível conseguir o objetivo da argumentação por meio de diversos tipos de argumentos, entre eles, o argumento de autoridade, que se trata de uma estratégia que ajuda o enunciador em sua argumentação a persuadir o seu interlocutor a aderir às suas teses - seu objetivo - conforme os teóricos mencionam na passagem citada.

O argumento de autoridade tem força justamente no conhecimento e no prestígio de um terceiro, ainda que seja uma falácia o que está sendo dito ou escrito, pois nessa estratégia se recorre à citação da pessoa de prestígio, ou de frases que esta tenha dito e que ficaram famosas ou registradas na literatura. Esse tipo de argumento está entre os argumentos embasados na estrutura do real.

O argumento de autoridade ou *argumentum ad verecundiam*, em retórica, é o argumento que apela e se baseia na reverência, no conhecimento ou no respeito que outrem alheio ao discurso detém. Esse tipo de argumento faz recorrência coerente ao discurso de terceiro quando esse terceiro tem respeitabilidade, honra ou conhecimento no campo ou assunto do qual trata o discurso a ser dito ou escrito. Vale ressaltar que a autoridade externa trazida ao discurso não é qualquer uma e sim a autoridade especializada.

Segundo Fiorin (2022, p. 185), foi o filósofo John Locke quem deu essa nomenclatura à estratégia de utilizar o discurso do outro, quando esse outro é autoridade em tal assunto ou tem conhecimento reconhecido em alguma área em que se defende uma ideia (tese) com argumentos, ainda que seja considerado um argumento frágil se o discurso e a argumentação se basear apenas no argumento de autoridade, conforme explicam Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005, p. 51) citando Locke:

Todo aquele, diz Locke, que sustenta suas pretensões por meio de tais autoridades, crê que deve, por isso, prevalecer, e está pronto para qualificar de imprudente qualquer pessoa que se atreva a opor-se a elas. Aí está, penso eu, o que se pode chamar de *argumentum ad verecundiam*.

Dessa forma, não é aconselhável, conforme o teórico Locke, citado por Perelman; Olbrechts-Tyteca, basear toda a argumentação apenas no *argumentum ad verecundiam* sob risco de não conseguir o objetivo: a adesão do auditório.

O argumento de autoridade ocorre com frequência no discurso científico e no discurso jurídico e é bastante usado no cotidiano, porém é importante destacar que, esse recurso argumentativo se não acompanhado de provas – a depender do assunto – é um argumento plausível, não necessariamente verdadeiro, assim sendo, pode tornar-se um argumento fraco.

Funcionando como uma ponte que liga aquilo que tem valor para certo auditório e o que o locutor procura promover, o argumento de autoridade é materializado com a invocação de instituições, pessoas ilustres, autoridades jurídicas ou políticas trazidas ao discurso, conforme explicam Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005, p. 350):

As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será “o parecer unânime” ou “a opinião comum”, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os Padres da Igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: a física, a doutrina, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome.

Dessa forma, é possível usar qualquer figura que tenha boa aceitação para utilizar o argumento de autoridade para dar força ao discurso, se atentando a invocar instituições ou pessoas com notável saber e especializadas.

SEÇÃO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS, ANÁLISE E RESULTADOS

Por juntar teoria à ação prática, na pesquisa-ação, o pesquisador e os participantes¹⁷ estão juntos em ajuda mútua e conforme Thiollent (2011), pretendem resolver ou minorar problemas na área de suas atividades. Esse estudioso pontua que, entre outras áreas, é bastante cabível e interessante a aplicação desse tipo de pesquisa na área da educação, sendo possível entender fenômenos humanos, não só com informações exatas tais como números e estatísticas, “mas pelos experimentos, contextos, análises e mesmo tendo um caráter empírico, nunca deixa de abordar referências teóricas.” (Thiollent, 2011, p. 15).

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, inserindo-se no campo da Linguística Aplicada. Fizemos uma versão adaptada do Ciclo de Aprendizagem da Escola de Sydney, incluindo algumas etapas a mais. As etapas incluídas serão detalhadas mais adiante, porém, esclarecemos que é necessária a adaptação devido ao nosso contexto brasileiro ser diferente do contexto australiano.

A pesquisa qualitativa é frequentemente utilizada com o intuito de “compreender, descrever, e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior de diferentes formas (Flick, 2002, p. IX, *apud* Paiva, p. 13). Nessa perspectiva, é nosso intuito descrever as atividades, o progresso na apreensão dos gêneros pelos alunos e os pontos de avanço com a aplicação do ciclo de ensino-aprendizagem da Escola de Sydney adaptado.

Antes de iniciarmos a aplicação da intervenção, explicamos nossa proposta para os alunos e frisamos que por se tratar de uma pesquisa, a adesão seria voluntária. Na concordância dos alunos, todos ficaram cientes de que os dados analisados seriam daqueles que participaram de todas as etapas da intervenção que teve atividades de discussão, reflexão, leitura, escrita e reescrita.

3.1 CONTEXTO DA PESQUISA

A Escola Municipal Paulino Menelau faz parte da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, área metropolitana da capital, Recife. Está situada à

¹⁷ Thiollent considera os envolvidos na pesquisa “participantes” (Thiollent, 2011).

Avenida Comercial, s/n, Candeias, Jaboatão dos Guararapes, PE, numa avenida paralela e próxima à avenida principal do bairro, que é área de praia.

A escola atende as comunidades circunvizinhas e o perfil socioeconômico dos estudantes é de classe média baixa. Tem um total de 370 alunos distribuídos nos turnos da manhã e da tarde. Desse total, 45,67%, ou seja, 169 são beneficiários do Programa Bolsa-Família¹⁸.

No ano de 2024, tivemos redução de 2 (duas) turmas no turno vespertino, talvez por melhora na condição financeira das classes C e D (atendidas pela escola), houve menor número de matrículas.

Embora pequena, a escola tem uma diversidade no perfil socioeconômico dos estudantes que dentre eles, há os que são egressos de escolas particulares e alunos que precisam fazer pequenos trabalhos para ajudar em casa.

Em sua estrutura, tem uma sala de música, que na verdade é um depósito, pois não há professor de música, não há ventilação e alguns instrumentos estão quebrados. Há sala da secretaria, sala dos professores, com banheiro único para professores e professoras e dois banheiros, um masculino e outro feminino, para os alunos e as alunas. Há também uma sala destinada à biblioteca que, na prática, é um depósito de livros, pois não há condição de levar os alunos até ela, haja vista não ter espaço físico para uma turma completa nem condições de temperatura (sala muito quente), não há nem mesmo dicionários atualizados pelo último acordo ortográfico. Não há laboratório de informática ou de ciências. A escola também dispõe de 7 salas de aula, ocupadas com turmas de alunos pela manhã e 5 turmas de alunos à tarde.

Infelizmente, aconteceram roubos das condensadoras dos aparelhos de ar condicionados por dois fins de semana consecutivos no mês de dezembro de 2024, o que piorou a situação e deixou os alunos bastante inquietos e inseguros.

¹⁸ Instituído pela Lei 14.601 de 19 de junho de 2023, o Bolsa-Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil que foi relançado pelo Governo Federal, sendo reconhecido internacionalmente. É gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, família e combate à fome e além de garantir renda às famílias em situação de pobreza, o programa busca integrar outras ações para promoção da saúde, cidadania e trabalho. Fonte: [Bolsa Família — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/bolsa-familia) Acesso em: 17/06/24.

Foto 1 - Sala de música



Fonte: a autora (2024)

Foto 2 - Escada de acesso à sala de música



Fonte: a autora (2024)

Foto 3 - Área externa de onde foram roubadas as condensadoras de ar-condicionado



Fonte: a autora (2024)

Foto 4 - Biblioteca



Fonte: a autora (2024)

Foto 5- Biblioteca



Fonte: a autora (2024)

3.2 PARTICIPANTES

Esta pesquisa foi aplicada numa turma de 6º ano do Ensino Fundamental que, tinha 36 alunos na faixa etária dos 10 aos 12 anos, mas muitos não quiseram participar da pesquisa como um todo, fazendo apenas algumas das atividades, embora tenha havido cuidado em relação à proteção da identidade dos participantes nas atividades, em especial, ao exibir na sala os textos produzidos por eles.

Outro entrave foi a não devolução do TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido) e do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) assinados pela maioria dos alunos e seus responsáveis.

Importante ressaltar que os dados, objetos de análise, são apenas os dos alunos que se dispuseram a participar efetivamente de todas as etapas da intervenção didática e que assinaram e devolveram o TALE e os seus responsáveis assinaram e devolveram o TCLE.

Devido às tantas carências que nossa escola apresenta, o trabalho em sala de aula foi (e é) bastante difícil não só durante a execução da intervenção didática como

também no dia-a-dia. Fizemos o possível para minorar os entraves com a compra de um projetor e impressão de atividades.

Não obstante tenham sido empregados esforços de esclarecimentos sobre a pesquisa, pessoalmente, por telefone e por aplicativo de mensagem Whatsapp com envio de vídeos explicativos. Houve até mãe que disse expressamente que não queria que o filho participasse da pesquisa para não perder o bolsa-família.

Diante do exposto, o *corpus* para análise reduziu-se a 8 participantes, pois foram esses que se dispuseram a participar de todas as etapas e atividades da pesquisa efetivamente.

3.3 INTERVENÇÃO DIDÁTICA

Com nossa proposta de intervenção, queremos que os alunos tomem consciência de como a linguagem, realizada em um gênero textual/discursivo intervém na realidade buscando mudá-la, demonstrando, assim, o gênero como instrumento das atividades humanas, de agir socialmente, analisando e aprendendo a produzi-lo nos seus aspectos estruturais, semióticos, semânticos e pragmáticos, explorando além do gênero, argumentação, modalização e criticidade. Para tanto, fizemos uso de textos legais, de vídeos, de poemas, de discussões e os alunos junto com a professora pesquisadora se ajudaram mutuamente para que, se não todos, a maioria deles possam exercer sua cidadania com a linguagem.

Utilizamos, durante as etapas da intervenção, textos sobre cidadania, como o poema de Bráulio Bessa, trechos de textos legais como a Constituição Federal do Brasil - CF/1988 -, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – 8068/90, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – 9394/96, o Código de Defesa do Consumidor – CDC – 8078/90. Também sobre esses temas (cidadania e leis) exibimos vídeos dos canais do You Tube Plenarinho e Smile & Learning para tornar lúdico o aprendizado sobre as citadas leis e também o vídeo de uma reportagem do G1 na qual conta como e por que, um menino de oito anos escreveu uma carta de solicitação para a juíza da comarca de sua cidade com um pedido, cujo link é <https://www.youtube.com/watch?v=DsHkQOP87YA&t=8s>. Acesso em: 19/3/2024.

Ainda na proposta de intervenção, contamos com atividades com tirinhas do site www.bichinhosdejardim.com e do conto “Conto de fadas para mulheres modernas” de Luís Fernando Veríssimo e para explorar a léxico-gramática, fizemos

atividades com palavras cruzadas, pronomes de tratamento, semântica, sinonímia, antonímia, interpretação de texto.

Nossa intervenção, baseada no Ciclo de Aprendizagem da Escola de Sydney, foi adaptada à realidade da escola e para adequá-la ao nosso propósito com as atividades, acrescentamos, ao ciclo original, 2 etapas que, a nosso ver, foram necessárias, quais sejam elas: as etapas 1 e 3. A etapa 1 é a motivação. Essa etapa foi incluída para lembrar aos alunos a reclamação feita no início do ano letivo: o calor na sala de aula e também para que os alunos avaliem o que é necessário mudar na escola para o bem de todos.

A etapa 3, subdividida em A e B, se tornou necessária para enriquecer o vocabulário, o letramento baseado no conhecimento sobre cidadania e leis e também nesta etapa, são trazidas informações que serviram para composição da argumentação e da modalização da linguagem usada no gênero carta de solicitação que os alunos produziram.

A seguir, uma tabela-resumo das etapas do nosso ciclo de aprendizagem adaptado e em seguida, as tabelas que detalham as atividades de cada etapa completando o panorama da intervenção didática que fizemos que ao todo teve 20 horas-aulas.

Quadro 3: quadro-resumo das etapas da intervenção didática

ETAPAS	TEMPO	TÍTULO	OBJETIVOS
1	2h/a	Motivação	Relembrar o que na escola incomoda nos alunos; Desenvolver criticidade.
2	6h/a	Desconstrução do gênero	Leitura e análise do gênero carta de solicitação quanto aos aspectos linguísticos, semióticos e a argumentação e a modalização utilizadas.
3A	2h/a	Leitura de textos e exibição de vídeos sobre cidadania	Construir repertório; Desenvolver criticidade.

3B	2h/a	Leitura de textos e exibição de vídeos sobre leis	Construir repertório; Desenvolver criticidade.
4	2h/a	Construção conjunta do gênero carta de solicitação	Incentivar os alunos à produção textual do gênero carta de solicitação de modo participativo, coletivo.
5	2h/a	Correção da construção conjunta	Tirar dúvidas e estimular os alunos à produção textual individual.
6	2h/a	Escrita individual: 1ª versão do gênero carta de solicitação	Promover a escrita individual
7	2h/a	Reescrita individual: 2ª versão do gênero carta de solicitação	Compreender a produção textual como processo; Melhorar seu próprio texto.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Quadro 4 - ETAPA 1

Motivação: identificando problemas e pensando soluções			
Atividade(s)	Objetivo(s)	Tempo	Material utilizado
Tour pelas áreas interna e externa da escola; Em cada ambiente, discussões sobre o que é possível reivindicar para melhorar na escola.	Despertar nos alunos criticidade referente à melhoria do espaço físico e dos recursos da escola; Refletir sobre as condições atuais da estrutura da escola.	2h/a	Cadernos ou folhas de papel e canetas para quaisquer anotações; Celular para os que preferirem tirar fotos ou anotar virtualmente suas observações.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nesta etapa, incluída no ciclo adaptado, rememoramos o problema de pesquisa: foram as queixas dos alunos sobre o calor nas salas de aula que nos motivaram ao presente trabalho. Sendo assim, fizemos com que eles tivessem uma visão holística dos problemas da escola que não se resumem ao calor.

Proporcionamos aos estudantes refletirem sobre o que eles podem fazer como conduta singular e coletiva para melhorar a permanência e a convivência na escola e como podem solicitar melhorias que não dependem deles. Para tanto, fizemos um passeio na área interna e na área externa da escola. Antes de iniciarmos o “tour”, todos foram orientados a levar caderno ou folhas de papel e caneta para anotar possíveis informações e observações que eles poderiam usar na escrita do gênero carta de solicitação.

Quadro 5 - **ETAPA 2**

Desconstrução do gênero carta de solicitação			
Atividade(s)	Objetivo(s)	Tempo	Material utilizado
Leitura de cartas de solicitação virtuais do site consumidor.gov.br; Leitura de cartas de solicitação físicas digitalizadas; Observação de aspectos estruturais, semióticos e linguísticos; Reconhecimento do gênero como meio de agir socialmente;	Apresentar o gênero carta de solicitação; Fazer análise de seus aspectos estruturais, linguísticos e semióticos; Construir conceitos sobre o léxico e a semântica a partir de exemplares reais do gênero e exercícios; Reconhecer seu propósito	6h/a	Projektor; Internet; Computador; Cópias; Dicionário; Quadro branco.

Observação da argumentação utilizada nas cartas de solicitação apresentadas, focando no argumento de autoridade (Fiorin, 2022) e na modalização (Koch, 2011).	comunicativo e sua função social; Observar a argumentação e a modalização usadas.		
---	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nesta segunda etapa do ciclo, fizemos a desconstrução do gênero aqui escolhido para exploração e análise detalhada da sua estrutura, dos seus aspectos linguísticos, da sua função social e dos seus propósitos comunicativos, apresentando duas cartas de solicitação físicas digitalizadas e duas cartas de solicitação virtuais, estas últimas, retiradas do site consumidor.gov.br¹⁹ e uma reportagem exibida no dia 06 de junho de 2021 no programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, também publicada no portal de notícias G1, inclusive, começamos por ela justamente por ter sido escrita por uma criança expressando seu pedido, exercendo sua cidadania. Após a desconstrução do gênero, também exibimos o vídeo da referida reportagem.

Nesta oportunidade, chamamos a atenção dos alunos quanto ao registro nas cartas (o modo de expressão, as palavras escritas e os interlocutores) destacando o efeito de sentido, as escolhas lexicais.

Também destacamos que no texto das cartas, por estrutura e semiose, a pessoa que faz o pedido assina a carta e a pessoa que tem o poder de atender ao pedido, está sempre no início do texto, no vocativo, sendo tratada com respeito. Com isso, foi possível demonstrar aos alunos as relações entre emissário e destinatário da carta, os interlocutores envolvidos na interação mediada pelo gênero carta de

¹⁹ O site consumidor.gov.br é administrado pela Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor –, do Ministério da Justiça, e é monitorado por diversos órgãos públicos, tais como Defensorias Públicas, Procons, Ministérios Públicos e, claro, pela sociedade em geral. Ele faz a mediação entre as empresas públicas e privadas participantes do site e o consumidor insatisfeito.

solicitação. Essas relações são objeto de estudo e destaque na LSF por interferir totalmente no modo da escrita. Ainda nesta etapa de desconstrução do gênero carta de solicitação, destacamos as diferenças visuais entre as cartas reais e as virtuais. Salientando os pontos em comum, elementos como data e destinatário, por exemplo que são comuns às duas versões.

A etapa aqui reproduzida do ciclo original reúne práticas de letramentos, pois envolve leitura e escrita. Nela, mostramos além do detalhamento acerca do gênero estudado, o acesso ao site consumidor.gov.br e explicamos sobre o canal de atendimento a clientes - nas empresas privadas - e aos cidadãos - quando órgão público - que é a ouvidoria que serve para várias manifestações, inclusive a de solicitar algo de interesse seu ou da coletividade. Também explicamos que, por lei²⁰, toda empresa ou órgão público deve ter uma ouvidoria, um canal de atendimento para sugestões, reclamações, solicitações, elogios ou qualquer outra manifestação que o cliente/cidadão queira e precise fazer. Mostramos aos alunos os sites da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes e do Ministério Público de Pernambuco, desenvolvendo em um contínuo os letramentos diversos que os alunos precisam.

Quadro 6 - **ETAPA 3 - A**

Leitura de textos sobre cidadania: construindo repertório			
Atividade(s)	Objetivo(s)	Tempo	Material utilizado
Leitura de textos sobre cidadania; Exibição de vídeos de canais do You Tube sobre cidadania; Discussões sobre direitos e deveres.	Conscientizar os alunos com questões sobre postura ética e pensamento no coletivo; Construir repertório de conhecimento para possíveis argumentos.	2h/a	Cópias dos textos; Projetor; Internet; Computador.

²⁰ Lei 10844 de 2018: "Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública", popularmente chamada de lei das ouvidorias.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A fim de construir repertório para a argumentação e também promover o letramento crítico dos alunos, trabalhamos com leituras e fizemos discussões sobre cidadania. Esclarecemos que o cidadão tem direitos, mas também deveres pautados na ética, consciência ecológica, direitos humanos, coletividade etc.

Fizemos a leitura do poema Diversidade de Bráulio Bessa e exibimos o vídeo dele próprio o declamando, fizemos questionamentos para provocar a reflexão e a manifestação oral dos alunos sobre conduta que podemos ter em sociedade para facilitar a convivência. Assistimos também a vídeos sobre bullying e PCD.

Todas as atividades feitas nesta etapa, ajudaram na reflexão crítica dos alunos em relação ao seu próprio comportamento para uma cultura de paz e boa convivência, despertando empatia, além de fomentar argumentos.

Quadro 7 - **ETAPA 3 - B**

Leitura de textos legais: construindo repertório			
Atividade(s)	Objetivo(s)	Tempo	Material utilizado
Leitura de trechos de textos Legais da CF/1988; CDC; ECA e LDBEN; Exibição de vídeos sobre trechos de leis no You Tube, tais como “O que é ECA?” e “Constituição da República Federativa do Brasil”;	Subsidiar os alunos com o conhecimento de textos legais que lhes garantem direitos e prescrevem posturas aos cidadãos para possíveis argumentos; Destacar o grau de formalidade de uma ou outra palavra e seu significado;	2h/a	Cópias dos textos; Dicionário; Projetor; Internet; Computador.

Reflexão sobre o que há na lei e o que temos na realidade; Consulta ao dicionário para eventuais dúvidas sobre alguma palavra.	Chamar a atenção sobre a grafia correta das palavras.		
---	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nas aulas desta etapa, dando prosseguimento ao nosso objetivo de subsidiar os alunos com informações legais (práticas de letramentos) para conhecimento e possivelmente servirem de argumentação, apresentamos vídeos com trechos de leis do canal Plenarinho, da Câmara Federal, no Youtube e trechos de textos legais, *Ipsis Litteris*, no formato do gênero lei, para familiaridade.

O intuito era despertar o interesse do aluno sobre textos legais de forma lúdica e fomentar comentários e discussões a partir da comparação do que temos de arcabouço legal e do que temos em termos efetivos na realidade.

Fazer o aluno refletir por meio de suas leituras e discussões em sala de aula sobre a disparidade do que está “no papel” e o que temos no dia-a-dia, consideramos importante. Essa conscientização desde jovem, acreditamos, fará com que os alunos possam se valer desse conhecimento em situações futuras na vida prática.

Em virtude do tempo e do nosso propósito, foram recortados trechos do título II, capítulo I, artigo 5º, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos” e do capítulo II, artigo 6º “Dos Direitos Sociais” da nossa Constituição Federal de 1988; da Lei 8.078 de 1990, do capítulo III, “Dos Direitos Básicos do Consumidor”, o Código de Defesa do Consumidor; da Lei 8.069 de 1990, do título II “Dos Direitos Fundamentais” Capítulo I “Do Direito à Vida e à Saúde” e do capítulo IV “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, e,

especificamente, o inciso IX²¹ do artigo 4º, título III da LDBEN, Lei 9394 de 1990, artigo que fala das garantias que o Estado deve dar a educação pública.

Textos de gêneros legais e normativos são indicação do Organizador Curricular²² de Jaboatão dos Guararapes para o Ensino Fundamental, além de ser interesse desta professora pesquisadora de que os alunos conheçam textos que prescrevem posturas e deveres aos cidadãos e lhes garantem direitos. Este era um desconhecimento dos alunos.

Quadro 8 - **ETAPA 4**

Construção conjunta do gênero carta de solicitação			
Atividade(s)	Objetivo(s)	Tempo	Material utilizado
Escrita do gênero todos juntos: os alunos com a ajuda da professora pesquisadora; Correção da construção conjunta do gênero.	Incentivar o aluno a produzir o gênero de forma conjunta e colaborativa; Dirimir quaisquer dúvidas sobre o gênero, a argumentação e modalização utilizadas.	2h/a	Quadro branco; Cadernos dos alunos;

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nesta etapa, nosso objetivo é encorajar os alunos na produção textual junto com os colegas e a professora pesquisadora. De modo coletivo e colaborativo, essa atividade ficou mais fácil. Assim, todos juntos fizemos a produção do gênero carta de solicitação de acordo com as situações propostas pela professora pesquisadora sobre os pedidos que eles mesmos escolheram. Enfrentamos esse desafio juntos:

²¹ Este artigo da lei, especificamente, foi incluído na intervenção por se relacionar diretamente com o problema de pesquisa. Fala do dever do Estado em garantir boas condições para o aprendizado dos alunos na escola pública.

²² Documento não disponível na web. Foi enviado via app de mensagem Whats App para os professores da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes.

professora e eles próprios a fim de facilitar o aprendizado e a desenvoltura de cada um.

Nesta oportunidade, ressaltamos que é necessário redigir na norma padrão, obedecendo a estrutura da carta de solicitação, além de lançar mão de uma argumentação adequada, para que o texto seja eficiente visando ao atendimento do pedido. Salientamos ainda que uma boa argumentação deve ser baseada em aspectos factuais, verossímeis (como por exemplo, o discurso político), lógicos, com uma linguagem articulada e para tanto, é necessário leitura, conhecimento de mundo, diversos letramentos.

Quadro 9 - **ETAPA 5**

Correção da Construção Conjunta			
Atividade(s)	Objetivo(s)	Tempo	Material utilizado
Correção do texto construído conjuntamente.	Tirar qualquer eventual dúvida sobre o gênero e questões linguísticas; Estimular os alunos a produzirem a escrita individual.	2h/a	Quadro branco; Projetor.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Aqui, após a escrita do que os alunos foram ditando e a professora pesquisadora sugerindo, fizemos a correção do texto da carta de solicitação construída conjuntamente. Questões gramaticais e eventual substituição de uma palavra ou outra se deu nesta.

Quadro 10 - **ETAPA 6**

Escrita individual: 1ª versão do gênero carta de solicitação			
Atividade(s)	Objetivo(s)	Tempo	Material utilizado

Produção textual do gênero carta de solicitação com tema das dificuldades que os alunos têm em relação à estrutura física e recursos da escola.	Promover a escrita após estímulos quanto à motivação, argumentação, modalização, gênero e norma padrão.	2h/a	Cadernos dos alunos.
---	---	------	----------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Incentivamos os alunos a fazerem sua própria carta de solicitação sobre algo que eles desejam que melhore na escola. De acordo com seu olhar, o aluno solicitou o que julgou ser bom não só para si, mas também para a coletividade.

Visando ao gênero como ação social, foi estimulado que os alunos construíssem o texto com o que fosse necessário - na sua argumentação – para o alcançarem o foi pedido, não esquecendo a EPG – Estrutura Potencial do Gênero.

Também aqui, fizemos a correção das cartas dos alunos que até então, participaram de todas as etapas anteriores, exibindo no projetor, aquelas que foram transcritas para evitar constrangimentos.

Quadro 11 - ETAPA 7

Reescrita individual do gênero carta de solicitação (2ª versão)			
Atividade(s)	Objetivo(s)	Tempo	Material utilizado
Rescrita individual do gênero.	Provocar reflexão sobre o processo de escrita: idas, vindas, substituições, edições etc. Incentivar os alunos a	2h/a	Quadro branco; Cadernos dos alunos;

	aprimorar os seus textos, sempre tendo em mente a perspectiva do gênero como ação social e a entrega ao interlocutor que pode conceder o pedido.		
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nesta etapa do ciclo, considerando os comentários da correção do texto deles, pedimos para os alunos reescreverem a carta de solicitação. Nessa oportunidade, relembramos aos alunos que a objetividade, a clareza e a argumentação adequada ajudam no alcance dos propósitos comunicativos do gênero e consequentemente facilitam o pedido ser atendido, ainda que não seja de imediato.

Com a escrita individual e a reescrita, destacamos para os alunos que escrever um texto é um processo de idas e vindas, de reflexão e substituição de palavras e expressões sempre tendo em vista os participantes da interação mediada pelo gênero, os papéis sociais de escritor e leitor, o contexto de cultura e de situação, elementos caros à LSF.

Na culminância, o que seria a etapa 8, a professora pesquisadora entregou a versão final de todas as cartas de solicitação produzidas pelos alunos (virtualmente via formulário Google) no endereço disponibilizado pela Prefeitura de Jaboatão para enviar demandas à Secretaria Municipal de Educação, pois devido à agenda, não foi possível entrega-las em mãos à Secretária de Educação. Alguns pedidos se repetiram, mas todas as cartas de solicitação foram enviadas, porque os pedidos que se repetem indicam a importância que têm para os alunos.

3.4 ANÁLISE DE DADOS: UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Nesta seção, nossos esforços são dedicados a explicar como se deu nossa intervenção didática na turma participante da pesquisa. Assim, ela está organizada

apresentando, em primeiro lugar, o contexto da pesquisa e o *corpus*, logo em seguida, os procedimentos metodológicos da pesquisa e a análise do *corpus*. Esta intervenção didática ocorreu entre os meses de novembro e de dezembro de 2024.

Antes de iniciarmos a pesquisa em si, explicamos aos alunos do que se tratava esta pesquisa, as atividades que faríamos e que todos poderiam ficar à vontade para participar ou não, salientando que a contribuição na pesquisa era muito importante e que é por meio de estudo e ciência que a humanidade avança, se desenvolve.

Conforme o ciclo de aprendizagem da escola de Sydney que nós adaptamos, iniciamos com o *tour* pela escola - etapa 1 - para expor aos alunos a precariedade da escola e assim dar ideias para futuras solicitações. Nessa primeira etapa, ficaram bastante empolgados em sair da sala de aula e “conhecer” a própria escola. Alguns levaram caderno, caneta ou lápis, mas a maioria levou o celular, que em alguns casos, serviu de distração²³ como muitas vezes acontece nas aulas comuns nas salas. Solicitamos diversas vezes atenção no que estavam fazendo para perceber cada cômodo visitado da escola.

Na etapa 2, desconstrução do gênero, fizemos a leitura e observação de cartas de solicitação físicas digitalizadas e virtuais para os alunos perceberem o léxico, a formalidade, as formas de tratamento, o papel social e o assunto do qual era tratado nas cartas. Alguns alunos apontaram diferenças entre as versões física digitalizada e virtual das cartas. Na atividade em que foram abordados os pronomes de tratamento mais frequentes no gênero carta de solicitação, todos participantes desta pesquisa acertaram a resposta identificando qual deles é empregado na formalidade ou na intimidade. Notadamente, na atividade lúdica de palavras cruzadas, houve 100% de êxito, nas demais atividades, algumas respostas incompletas, mas que traziam acerto parcial. As atividades estão ilustradas abaixo.

PRONOME	ABREVIATURA	COM QUEM USAR
VOCÊ	V.	ALGUÉM ÍNTIMO
SENHOR / SENHORA	Sr. / Sra.	PESSOAS MAIS VELHAS, QUANDO A CIRCUNSTÂNCIA EXIGIR FORMALIDADE E/OU RESPEITO

²³ Por conta do uso indiscriminado do celular pelas crianças e adolescentes e os danos causados por ele, já existia em Pernambuco a Lei 15.507/20215 que proíbe o uso do celular na sala de aula, exceto para uso pedagógico ou para inclusão, mas só fazia a restrição em sala de aula. Em 2025, a lei 15.100 de iniciativa do MEC restringiu o celular não somente à sala de aula como também em todo o espaço escolar visando à saúde mental das crianças e adolescentes. Em ambas as leis, a escola deve elaborar estratégias para tratar do sofrimento de abstenção do celular durante o turno letivo como também de guarda dos aparelhos enquanto os alunos estão na escola.

VOSSA EXCELÊNCIA	V. Exa.	PARA JUÍZES E AUTORIDADES POLÍTICAS E MILITARES DE ALTA PATENTE
VOSSA SENHORIA	V. Sa.	AUTORIDADES CÍVIS, COMO GERENTES, DIRETORES, CHEFES DE DEPARTAMENTOS, TRATAMENTO CERIMONIOSO.

A	V	O	X	U	J	Q	V
A	O	V	H	N	V	Ô	H
B	S	E	N	H	O	R	A
B	S	V	H	T	C	O	G
C	A	I	J	N	E	K	G
C	S	I	K	T	J	L	P
S	E	N	H	O	R	Ç	I
D	N	I	J	Y	N	R	Ç
D	H	X	K	Y	B	E	Á
E	O	T	Ç	X	V	W	Á
Ê	R	T	W	A	B	W	F
Ê	I	P	Ç	M	M	W	F
O	A	P	U	A	Q	V	P

Ainda nesta etapa, chamamos atenção dos alunos para que eles analisassem a linguagem (modo, de acordo com a LSF) empregada nas cartas reais e virtuais exibidas. Com consulta a dicionários²⁴, ainda que desatualizados conforme o último acordo ortográfico, foi possível os alunos identificarem o significado das palavras que estavam nas alternativas da questão e mais, perceberem que devido aos papéis sociais dos envolvidos, não havia intimidade e por isso se justificava a linguagem formal e a escolha de termos mais polidos na interação por meio das cartas de solicitação, e assim, seis dos oito alunos acertaram a resposta.

A atividade a seguir foi baseada na carta de solicitação de uma deputada federal.

Figura 13 – atividade da intervenção didática

- 1) Na carta acima, escrita por uma deputada federal, como você define a linguagem utilizada
- a) Formal e rebuscada b) Formal e desleixada
- c) Informal e desleixada d) Informal e caprichada

A atividade a seguir foi baseada na carta de solicitação do menino de 8 anos da reportagem publicada no portal de notícias G1 cujo link é [Garoto de 8 anos escreve](#)

²⁴ A escola não dispõe de dicionários. Foi necessário conseguir com outro colega de outra escola, ainda assim, os dicionários cedidos eram antigos, portanto, em desacordo com a grafia oficial atual.

[carta à juíza pedindo para ter sobrenome do padrasto, no Ceará: 'Pai de verdade' | Ceará | G1](#)

Figura 14 – atividade da intervenção didática

- 3) A modalização da linguagem com a palavra “encarecidamente” visa expressar
- a) desobediência na linguagem, adequada ao modo de pedir/solicitar.
 - b) linguagem apelativa, adequada ao modo de pedir/solicitar.**
 - c) linguagem soberba, adequada ao modo de pedir/solicitar.
 - d) linguagem emotiva, adequada ao modo de pedir/solicitar.

Em relação ao assunto tratado (campo, na LSF) nas cartas de solicitação físicas digitalizadas e virtuais apresentadas nas atividades, seis dos alunos apresentaram resposta parcialmente correta e dois conseguiram responder corretamente por inteiro. Conforme pode-se ver a seguir nas respostas parcialmente corretas de A1, A2, A3, A4, A7 e A8 respectivamente e inteiramente corretas de A5 e A6:

Figura 15 - atividade da intervenção didática

3) O que foi pedido na carta de solicitação? *carta 1*
ele pediu uma declaração que comprova
que ele pegou o voo

A1 Transcrição: Ele pediu uma declaração que comprova que ele pegou o voo.

Figura 16 - atividade da intervenção didática

3) O que foi pedido na carta de solicitação?
o juiz quer saber se: para que ela tenha os seus direitos

A2 Transcrição: O pedido que foi feito foi: para que ela tenha os seus direitos.

Figura 17 - atividade da intervenção didática

3) O que foi pedido na carta de solicitação?
1 carta - ele pede a declaração do voo
2 carta - ele quer que o CPF dele não fique em rubrica

A3 Transcrição: 1 carta – Ele pede a declaração do voo.

2 carta – Ele quer que o CPF dele não fique público

Figura 18 - atividade da intervenção didática

3) O que foi pedido na carta de solicitação?

Na 1ª ele está precisando da declaração de voo

A4 Transcrição: Na 1ª ele está precisando da declaração de voo

Figura 19 - atividade da intervenção didática

3) O que foi pedido na carta de solicitação?

Na 1 carta ele pede uma declaração pra comprovar que ele pegou o vôo

A7 Transcrição:

Na 1 carta ele pede uma declaração pra comprovar que ele pegou o vôo

Figura 20 - atividade da intervenção didática

3) O que foi pedido na carta de solicitação?

pedindo uma declaração,

A8 Transcrição: pedindo uma declaração,

Assim, os alunos conseguiram perceber o campo - o assunto, a atividade humana - sendo realizada pela linguagem considerando o contexto de situação e o contexto de cultura, apontando respostas corretas, ainda que, algumas, parcialmente.

Figura 21 - atividade da intervenção didática

3) O que foi pedido na carta de solicitação?

na 1 foi pedida uma declaração de voo já na 2 para tirar o seu nome da serasa

A5 Transcrição:

Na 1 foi pedida uma declaração de voo já na 2 para tirar o seu nome da serasa

Figura 22 - atividade da intervenção didática

3) O que foi pedido na carta de solicitação?

na primeira ele pediu uma declaração e o segundo a serasa

A6 Transcrição: Na primeira ele pede uma declaração e o segundo e para a serasa

Como vimos após leitura e análise das respostas à questão que trata do campo (atividade humana realizada) os alunos compreenderam o pedido das cartas de solicitação apresentadas. A LSF liga o campo à metafunção ideacional que diz respeito à visão de mundo que cada indivíduo tem. Sendo assim, nas cartas, os autores expressam o que é importante para si naquele contexto de situação e no contexto de cultura em que estão inseridos. Observando as cartas de solicitação apresentadas aos alunos, é possível ver que os estudantes foram capazes, ainda que parcialmente em sua maioria, de identificar o campo de cada carta.

Para identificar os papéis sociais (as relações, na LSF) entre os participantes da interação feita por meio das cartas de solicitação, algumas atividades foram aplicadas para os alunos reconhecerem os papéis sociais do emissário e do destinatário das cartas virtuais e físicas digitalizadas. Para exemplificar, temos as respostas de A1. Nessas questões, a totalidade dos alunos do *corpus* acertaram a identificação de quem enviou e de quem recebeu as cartas e conseguiram compreender que a pessoa que envia a carta, está em situação “mais fragilizada”, pois precisa de algo ou julga precisar de algo e não sabe se seu pedido será aceito pelo seu interlocutor que detém o poder de concedê-lo ou negá-lo, em outras palavras, o destinatário é a pessoa com “certo poder” na relação estabelecida pela carta de solicitação.

Figura 23 - atividade da intervenção

1) Quem é o destinatário do exemplar das cartas de solicitação?

latam e serasa

2) Quem é o emissário do exemplar das cartas de solicitação?

andré e rafael

Transcrição

1) resposta: latam e serasa

2) resposta: André e Rafael

3) Exibição de trecho do vídeo de sustentação oral no STF – Supremo Tribunal Federal, na qual os participantes empregam alguns dos pronomes de tratamento. Disponível em [Advogados levam bronca por tratar ministros do STF informalmente \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...) Acesso em: 08/06/24.

Na ocasião da exibição do vídeo em que um ministro do Supremo Tribunal Federal repreende os advogados, A4 e A5 disseram “Que besteira!”. Embora espontâneo, esse comentário revela que na prática, os alunos identificaram e entenderam que os advogados se fizeram entender pelos ministros, mas a cerimônia satisfaz muito mais o aspecto social que o prático de entendimento da mensagem. De modo geral, os estudantes da turma também consideraram um exagero, o ministro Marco Aurélio interromper a fala dos advogados para exigir a liturgia da sessão, mas para além das críticas, os alunos reconheceram o poder de um ministro do STF após explicarmos o que é um ministro e que o STF é a instância máxima do Poder Judiciário brasileiro. Assim, nessa atividade, os alunos avançaram no entendimento de que há grupos na nossa sociedade com mais ou menos poder.

A LSF considera as relações um componente indispensável da linguagem porque está ligada à modalidade/modo, de expressão gramatical com que os indivíduos usam a linguagem. Nas palavras de Neves, 2022, p. 41) “...o indivíduo dirige a inserção dos participantes no circuito de comunicação, selecionando: a) o modo de seu enunciado, e b) o próprio sujeito da estruturação.”. As relações é um componente da linguagem ligado à função interpessoal e as orações representam uma troca na interação.

Já a questão sobre a EPG - Estrutura Potencial de Gênero - (Hasan, 1989), a questão apresentada aos alunos exigiu deles a identificação de elementos que potencialmente fazem parte da composição da carta de solicitação. Ei-las, na sequência A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8:

Figura 24 - atividade da intervenção didática

6) Você percebe diferenças visuais entre as cartas de solicitação reais e virtuais? Cite algumas

sim, a carta virtual e mais perfeita, pontos, acentos e vírgulas.

7) Quais os elementos você percebe que ocorre nas cartas de solicitação reais e virtuais

as datas, horários, localidade, estado e país.

A1 Transcrição:

6) sim, a carta virtual e mais perfeita, pontos, acentos e vírgulas

7) as datas, horários (ilegível) estado ou país

Podemos ver que A1 não conseguiu acertar as duas questões que tratam da EPG, embora tenha apontado que data é um elemento que ocorre com frequência nas cartas.

Figura 25 - atividade da intervenção didática

6) Você percebe diferenças visuais entre as cartas de solicitação reais e virtuais? Cite algumas

Sim. Porque uma é folha e outra não

7) Quais os elementos você percebe que ocorre nas cartas de solicitação reais e virtuais

Virtuais: elas apresentam datas, não virtuais: apresentam datas que não tem na virtual

A2 Transcrição: 6) sim. Porque uma é folha e outra não

7) virtuais: elas apresentam (ilegível), não virtuais: apresentam (ilegível) que não tem na virtual

Na observação dos elementos das cartas de solicitação, A2 não conseguiu distinguir diferenças entre as cartas físicas digitalizadas e virtual além de uma ser “folha e a outra não”. Na questão seguinte, o trecho ilegível comprometeu nossa interpretação.

Figura 26 - atividade da intervenção didática

- 6) Você percebe diferenças visuais entre as cartas de solicitação reais e virtuais? Cite algumas
- Sim na data veri 04/11/24 (virtual) 04 de novembro de 2024 (física)
também pode se usar tudo na virtual mas algumas coisas não são permitidas na física
- 7) Quais os elementos você percebe que ocorre nas cartas de solicitação reais e virtuais
- nome e destinatários (quem escreve e quem recebe) a data etc.

A3 Transcrição:

- 6) Sim, na data 04/11/24 (virtual) 04 de novembro de 2024 (física digitalizada) também pode-se usar tudo na virtual mas algumas coisas não são permitido na física.
- 7) nome e destinatários (quem escreve e quem recebe), a data etc

A3, na questão 7, conseguiu apontar alguns elementos recorrentes nas cartas de solicitação como o destinatário e a data, além de perceber diferenças nas versões real e virtual, não observou mais elementos que fazem parte do gênero carta de solicitação nas suas versões físicas digitalizadas e virtuais.

Figura 27 - atividade da intervenção didática

- 6) Você percebe diferenças visuais entre as cartas de solicitação reais e virtuais? Cite algumas
- Sim. Virtuais e as coisas lá aparecem automaticamente - reais: a assinatura
- 7) Quais os elementos você percebe que ocorre nas cartas de solicitação reais e virtuais
- a rapidez

A4 Transcrição:

- 6) Sim, virtuais e as coisas já aparecem automaticamente reais: a assinatura
- 7) a rapidez

A4, embora não tenha dado a resposta esperada, foi além reconhecendo que as cartas de solicitação virtuais são mais rápidas no sentido do recebimento, mas não expressou os elementos que compõem as duas versões.

Figura 28 - atividade da intervenção didática

6) Você percebe diferenças visuais entre as cartas de solicitação reais e virtuais? Cite algumas

Sim, como as datas, as informações que normalmente nas cartas virtuais são informais e etc...

7) Quais os elementos você percebe que ocorre nas cartas de solicitação reais e virtuais

Leis, argumentos das vítimas, data etc...

A5 Transcrição:

6) sim, como as datas, as informações que normalmente nas cartas virtuais são informais e etc...

7) Leis, argumentos das vítimas, data etc...

A5 reconheceu nas cartas virtuais um grau de formalidade menor, chegando a dizer que são “informais”. Na questão 7, a resposta foi parcialmente correta, pois o comando era de indicar os elementos que ocorrem nas duas versões de cartas de solicitação.

Figura 29 - atividade da intervenção didática

6) Você percebe diferenças visuais entre as cartas de solicitação reais e virtuais? Cite algumas

O primeiro fala uma coisa e o de depois fala outra

7) Quais os elementos você percebe que ocorre nas cartas de solicitação reais e virtuais

eu não vejo muita diferença

A6 Transcrição: 6) o primeiro fala uma coisa e o de depois fala outra

7) eu não vejo muita diferença

A6 foi o estudante que não conseguiu perceber qualquer diferença entre as duas versões – físicas digitalizadas e virtual – das cartas de solicitação.

Figura 30 - atividade da intervenção didática

6) Você percebe diferenças visuais entre as cartas de solicitação reais e virtuais? Cite algumas

sim, as virtuais tem mais vírgulas, pontos e reticulas

7) Quais os elementos você percebe que ocorre nas cartas de solicitação reais e virtuais

as datas, horários, cidade, estados e país

A7 Transcrição:

6) sim, as virtuais tem mais vírgulas, pontos e vírgulas

7) as datas, horários, cidade, estados o país

A7 não identificou as diferenças visuais entre as cartas físicas digitalizadas e virtuais e respondeu parcialmente correta a questão sobre os elementos recorrentes nas cartas de solicitação.

Figura 31 - atividade da intervenção didática

6) Você percebe diferenças visuais entre as cartas de solicitação reais e virtuais? Cite algumas

a velocidade de ver a carta a virtual e mais rápida

7) Quais os elementos você percebe que ocorre nas cartas de solicitação reais e virtuais

a local, a cidade e a data

A8 Transcrição:

6) a velocidade de ver a carta a virtual e mais (ilegível)

7) a local, a cidade e a data

A8 também percebeu a “velocidade” da carta de solicitação virtual. Ele provavelmente compreende que uma carta virtual chega mais rápido ao seu destinatário, mas não identificou as diferenças visuais (comando da questão) entre as cartas físicas digitalizadas e virtuais. Respondeu parcialmente correta a questão sobre os elementos recorrentes nas cartas de solicitação, conforme sua resposta: “o local, a cidade e a data”.

Conforme a análise procedida, concluímos que os alunos perceberam que há alguns elementos constantes nas duas versões das cartas de solicitação: data, local/cidade, embora não tenham atentado para os demais elementos que constituem

a estrutura do gênero em destaque como por exemplo, o vocativo que indica o destinatário e a assinatura que indica a pessoa que faz o pedido/a solicitação.

Observamos que A1 e A7 extrapolaram apontando elementos como “estado” e “país”, ainda que esses não apareceram nos modelos apresentados aos estudantes.

A4 e A8 perceberam a rapidez com que a carta de solicitação virtual chega ao destinatário, comparando em relação à carta de solicitação física digitalizada (que ele chama de “física”). Isso aponta um conhecimento de mundo e um nível de letramento quanto à tecnologia e mídias digitais.

Entendemos que a EPG de uma carta de modo geral há elementos recorrentes (os iterativos), como nome da cidade e o vocativo. O vocativo ocorre, mas nem sempre acompanhado de adjetivos ou outros adjuntos e nesse caso, entendemos, os adjuntos como elementos opcionais assim como a despedida. Já como elementos obrigatórios, temos a data e a assinatura (no caso da virtual, o nome de quem faz a solicitação), além claro, do corpo do texto onde está a argumentação e o pedido.

Sobre a argumentação, as questões apresentadas aos alunos foram essas das 32 e 33 seguir:

Figura 32 - atividade da intervenção didática

- 3) A modalização da linguagem com a palavra “encarecidamente” visa expressar
- a) desobediência na linguagem, adequada ao modo de pedir/solicitar.
 - b) linguagem apelativa, adequada ao modo de pedir/solicitar.
 - c) linguagem soberba, adequada ao modo de pedir/solicitar.
 - d) linguagem emotiva, adequada ao modo de pedir/solicitar.

Explicamos aos alunos o que é um argumento e seguindo a linha de Ducrot, que considerava a língua - por sua essência - argumentativa, demonstramos por diversos exemplos que toda mensagem tem uma intenção do falante/escrevente convencer seu interlocutor da sua ideia expressa pela língua e, para tanto, utiliza os argumentos que forem adequados a esse intento.

A questão (3 acima) baseada na carta do menino de 8 anos foi respondida corretamente por A2, A4, A5, A6 e A8. Já A1, A3 e A7 erraram.

Figura 33 – atividade da intervenção didática

4) Quais os argumentos utilizados para conseguir o pedido?

5) No texto da 2ª carta virtual, foi inserido um artigo da Lei13.709/2018. Trata-se de

- A) argumento de autoridade B) argumento de comparação
C) argumento por exemplificação D) argumento falho

As questões baseadas nas cartas de solicitação do Sindsaúde e da Câmara dos Deputados (no apêndice desta dissertação) foram respondidas satisfatoriamente por A2, A3, A5, A7 e A8. Sobre estas últimas, vejamos as respostas:

Figura 34 - atividade da intervenção didática

4) Quais os argumentos utilizados para conseguir o pedido?
Ele utiliza leis para argumentar

5) No texto da 2ª carta virtual, foi inserido um artigo da Lei13.709/2018. Trata-se de
A) argumento de autoridade B) argumento de comparação
C) argumento por exemplificação D) argumento falho

A2 Transcrição da questão 4
Resposta: Ele utiliza leis para argumentar

Figura 35 - atividade da intervenção didática

4) Quais os argumentos utilizados para conseguir o pedido?
*1- Eles mandaram para o site
1 carta - Ele falou que precisa e que é importante
2 carta - Ele colocou a lei que permite isto CEP, etc*

5) No texto da 2ª carta virtual, foi inserido um artigo da Lei13.709/2018. Trata-se de
A) argumento de autoridade B) argumento de comparação
C) argumento por exemplificação D) argumento falho

A3 Transcrição da questão 4
Resposta:
1 Eles mandaram para o site
1 carta – Ele falou que precisa e que é importante
2 carta – Ele colocou a lei que permite isto CEP e etc.

Figura 36 - atividade da intervenção didática

4) Quais os argumentos utilizados para conseguir o pedido?
Leis e provas

5) No texto da 2ª carta virtual, foi inserido um artigo da Lei13.709/2018. Trata-se de
☒ A) argumento de autoridade B) argumento de comparação
☐ C) argumento por exemplificação D) argumento falho

A5 Transcrição da questão 4

Resposta: Leis e provas

Figura 37 - atividade da intervenção didática

4) Quais os argumentos utilizados para conseguir o pedido?
na 1ª carta ele usou palavras mais delicadas como argumentos
na 2ª carta ele utilizou um lei como argumento

5) No texto da 2ª carta virtual, foi inserido um artigo da Lei13.709/2018. Trata-se de
☒ A) argumento de autoridade B) argumento de comparação
☐ C) argumento por exemplificação D) argumento falho

A7 Transcrição da questão 4

Resposta: Na 1ª carta ele usou palavras mais delicadas como argumentos

Na 2ª carta ele utilizou um lei como argumento

Figura 38 - atividade da intervenção didática

4) Quais os argumentos utilizados para conseguir o pedido?
o primeiro ele pediu formal, no 2º pediu usando
da Lei ao seu favor.

5) No texto da 2ª carta virtual, foi inserido um artigo da Lei13.709/2018. Trata-se de
☒ A) argumento de autoridade B) argumento de comparação
☐ C) argumento por exemplificação D) argumento falho

A8 Transcrição da questão 4

O primeiro ele pediu formal, no 2º pediu usando a lei ao seu favor

Pela análise das respostas à questão 4 (subjetiva), concluímos que A2, A3, A5, A7 e A8 acertaram, mas não deixamos de observar que A3 acertou, embora tenha extrapolado e A4 deu uma resposta evasiva ao não definir o que foi usado como argumento na carta de solicitação que serviu de base para as questões. Isso nos revela que o entendimento destes alunos foi parcial. Os demais alunos participantes erraram, o que sugere uma necessidade de mais exercícios e explicações sobre

argumentos, o que não foi feito por questões de tempo para conclusão de coleta dos dados devido à programação do ano letivo da escola.

Em relação às questões objetivas, observamos que os alunos em sua maioria acertaram as respostas, pois em geral são mais fáceis de responder corretamente, visto que a resposta já está visível dentre as alternativas, porém questões discursivas tendem a um grau mais elevado de dificuldade. Isso demonstra que precisamos desenvolver nos alunos a habilidade de ler, interpretar e escrever respostas corretas e completas nas atividades que envolvem o aprendizado.

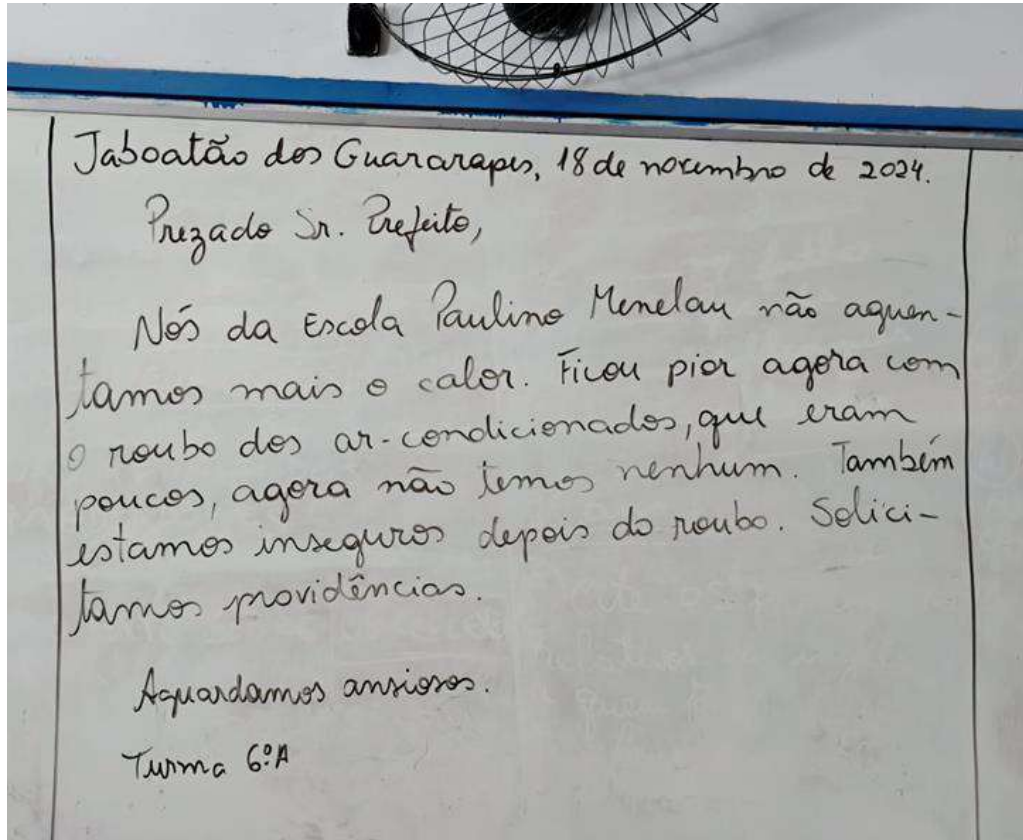
Sobre o argumento de autoridade, explicamos e exemplificamos com a carta de solicitação do menino e a da deputada federal, que embora todos os alunos tenham acertado a questão objetiva, não souberam fazer uso dessa estratégia argumentativa nas cartas de solicitação que eles produziram como veremos em breve.

No intuito de fomentar argumentos para os alunos, durante a etapa 3, que foi dividida em A e B, sendo a 3A dedicada ao tema cidadania e a 3B dedicada ao tema leis, no decorrer da fase A, foram exibidos vídeos sobre dicas de convivência com PCD (pessoas com deficiência), sobre bullying e também um vídeo no qual Bráulio Bessa declama o poema de sua autoria cujo título é “Diversidade” e do qual os alunos gostaram bastante. Discutimos que é direito de todos serem respeitados dentro da diversidade humana, destacando a importância da empatia e da consciência de que somos seres sociais.

Na mesma etapa, na fase B, apresentamos aos alunos trechos de algumas leis: da Constituição Federal de 1988, do ECA 8069/90, da LDBEN 9394/96 e do Código do Consumidor. Foi explicado aos alunos que as leis prescrevem condutas sociais para a organização da sociedade e que todo cidadão só o é se além de ter direitos, cumprir com seus deveres. Essas atividades promoveram um letramento aos alunos sobre temas que lhes eram desconhecidos. Os alunos de modo geral, compreenderam que as leis organizam a sociedade e devem valer para todos, mas alguns lembraram que “rico não fica preso”. Nessa linha de pensamento, A3 disse que na sua comunidade, os garotos têm medo da polícia porque ele já viu um “conhecido” apanhar em um “baculejo”. Esse comentário nos lembra que a Linguística Sistêmico Funcional com suas metafunções da linguagem que explica a função ideacional, ligada à visão de mundo do indivíduo, é comprovada por meio da própria linguagem e as relações se fazem entre indivíduos, uns com mais outros com menos poder social.

Na etapa 4, Construção Conjunta – CC – os alunos participaram sugerindo o tema, o destinatário, o modo de abordagem, as expressões. Ei-la:

Foto 6 – atividade da intervenção didática



Elaborado pela autora (2024)

Na CC -, a professora pesquisadora corrigiu pequenos desvios na grafia (pedia para os alunos soletrarem a palavra para confirmar se eles sabiam grafá-la corretamente), por exemplo, “nenhum” por conta do dígrafo “nh”, em ocasião anterior, percebemos dúvidas quanto a esse conteúdo; também a separação silábica, visto que alguns dos alunos não sabem ao certo como separar a palavra no final da linha.

Sobre o conteúdo da carta de solicitação que a linguagem nos revela, é notório que o calor é problema central para os alunos e além disso, por conta de nos fins de semana - anterior e seguinte - tivemos o furto das condensadoras de ar-condicionado, fato que motivou inquietude e insegurança nos alunos a ponto de eles citarem na CC.

Temos aí ilustradas as variantes de registro campo, (o assunto: o calor e a insegurança), as relações (os alunos, sabendo o que representa seu interlocutor, o

prefeito, o tratam com respeito (prezado, sr.) e o modo (a linguagem simples, objetiva e respeitosa).

Quanto À EPG da CC, a professora pesquisadora perguntou como podemos começar a escrever uma carta de solicitação e todos os alunos responderam que deveria começar pela data. Complementamos com a informação da necessidade de inclusão da cidade de onde ela parte para situar o destinatário no tempo e no espaço em que a missiva foi escrita. Além desse elemento, os alunos apontaram a assinatura como um elemento indispensável, pois foi explicado durante as aulas da intervenção que quem envia a carta de solicitação, assina uma vez que quem recebe a carta, precisa saber quem a escreveu, sendo, portanto, necessário esse elemento.

Conforme já foi dito, os gêneros circulam na sociedade e graças a eles muitas das atividades humanas se realizam. Os alunos, por meio da EPG (Hasan, 1989), identificaram e escreveram alguns dos elementos recorrentes nas cartas, em especial, na carta de solicitação e em todas as versões, a data esteve presente. Essencialmente, os alunos perceberam para que serve a carta de solicitação e a escreveram com a intenção de que elas cheguem aos destinatários: o prefeito da cidade de Jaboatão dos Guararapes e a Secretária de Educação do nosso município. Nessa identificação, os alunos, de modo geral, compreenderam que quem pede ou solicita algo, o faz se reportando a alguém que pode atender ao pedido/à solicitação, portanto, com algum poder social (relações, de acordo com a LSF). Reforçamos questões gramaticais sobre vocativo, pontuação e polidez na linguagem com modalizações e pronomes de tratamento, sempre enfatizando aqueles mais recorrentes no gênero carta de solicitação.

A etapa 5 consistiu em corrigir os desvios e tirar dúvidas dos alunos quanto ao uso dos pronomes, à ortografia, separação silábica (muitos apresentaram dúvidas quando na separação silábica no final da linha). Tais dúvidas, foram dirimidas com explicações durante as aulas. Também esclarecemos que, no campo lexical, algumas palavras são preferíveis a outras, por exemplo, “gostaria” em vez de “quero”, na despedida, “atenciosamente”, “agradecemos” em vez de “agradeço” (falar no coletivo em alguns casos soa melhor), ou seja, modalizar a língua, escolher a palavra mais adequada, faz parte da argumentação.

Passemos agora à análise de algumas cartas de solicitação produzidas pelos alunos nas suas versões 1 e 2 (reescrita) que compuseram a etapa 6 e a etapa 7 Construção Individual e Reescrita, respectivamente.

Figura 39 - A1 versão 1

Aluno: _____

GÊNERO CARTA DE SOLICITAÇÃO

Jaboatão dos Guararapes, 02 de dezembro de 2024

1 Presada Mônica Andrade,

2 Gostaria que você vinhesse aqui na minha escola

3 para nos li mostrar como é um dia aqui, nos

4 passamos muito calor e também não temos dicio-

5 nário para termos uma aula diferente e a

6 biblioteca não esta de bom ~~agrado~~ agrado.

7

8 A biblioteca esta muito quente e não tem esp-

9 aço para estudar, E também estamos sem ar condicionado

10 então o calor está de mata e porisso não da pra

11 se concentra nos estudos.

12

13 Espero ansiosamente sua resposta!

14

15 

16

17

18

19

Transcrição A1 versão 1

Jaboatão dos Guararapes, 02 de dezembro de 2024

Presada Monica Andrade,

Gostaria que você vinhesse aqui na minha escola para nos li mostrar como é um dia aqui, nos passamos muito calor e também não temos dicionário para termos uma aula diferente e a biblioteca não esta de bom agrado.

A biblioteca esta muito quente e não tem espaco para estudar, E também estamos sem ar condicionado então o calor está de mata e porisso não da pra se concentra nos estudos.

Espero ansiosamente sua resposta!

Podemos perceber que o que mais incomoda neste estudante é o calor, seja na sala de aula, seja na observação que fez quando ocorreu o “tour” pela escola, pois, como já foi mencionado, a biblioteca não recebe alunos e, atualmente, na prática, é um depósito de livros. Nela não há janelas, sendo imprescindível a instalação de aparelhos de ar condicionado.

O estudante apresenta desvios na grafia, provavelmente pela influência da oralidade²⁵, desvios esses totalmente sanáveis com atividades adequadas e específicas para ortografia ao longo do ensino fundamental.

Sobre a argumentação, notadamente existe, mas o argumento de autoridade, embora tenha havido aulas com foco em leis e cidadania para servirem de base para ele, não foi invocado, mas fica claro que a criticidade do aluno está em desenvolvimento uma vez que ele faz o convite à Secretária de Educação, Mônica Andrade, a vir à escola e sentir na pele o desconforto sofrido todos os dias pelos alunos.

Sobre a EPG, observamos que o aluno conseguiu reproduzir alguns elementos recorrentes nas cartas de solicitação, quais sejam: cidade, data, vocativo, despedida e a própria argumentação que faz parte do gênero em tela.

Figura 40 - A1 versão 2

Aluno: _____

GÊNERO CARTA DE SOLICITAÇÃO

1 Querida professora Maria Medeiros:

2

3 Eu queria pedir ~~atenciosamente~~ que mandassem um

4 mais ~~condicionamento~~ para toda a escola e mandassem a escola

5 pagando mais sala, fazendo um laboratório maior e mais salas

6 fazer uma sala de aula para que os instrumentos não fiquem

7 em muito pouco e a escola tem uma sala, uma sala de

8 música, uma biblioteca, uma sala de trabalho, uma sala

9 de experimentos, melhorou no lanche e as matemáticas mais ativas

10 para todos os alunos e todos os alunos com tipos de materiais

11 e todos os alunos com materiais.

12

13 Espero sua resposta atenciosamente!!!

14

15

16

17 At. Ulisses Mantovani 8/11

18

²⁵ Indicamos a leitura dos artigos relacionados abaixo.

KOCH, Ingedore G. Villaça. INTERFERÊNCIAS DA ORALIDADE NA AQUISIÇÃO DA ESCRITA. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 30, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639269>. Acesso em: 6 mar. 2025.

TENANI, L. A grafia dos erros de segmentação não convencional de palavras. **Cadernos de Educação**, n. 35, 11. UFPel, 2010. Disponível em: [A grafia dos erros de segmentação nãoconvencional de palavras | Cadernos de Educação](#). Acesso em: 6 mar. 2025.

Transcrição A1 versão 2

Jaboatão dos Guararapes 06/12/2024

Querido prefeito Mano Medeiros

Eu queria pedir atentiosamente que mandassem um novo arcondicionado para toda a escola e renovasse a escola fazendo novas salas trazendo um bebedouro maior e mas gelado, fisesi uma sala de musica por que os instrumentos estão pegando muita poeira e a escola tem uma sala de robótica, uma sala de experiências, melhora no lanche e as matérias mas atuais seria bom se o aluno podese escolhe um tipo de matéria e sim iria ser mas dinâmico.

Espero sua resposta atentiosamente!!!

XXXX

Av. Ulisses Montarroyos, S/N

Novamente o calor é tema central na produção da carta de solicitação de A1 que também lembrou da etapa do “tour pela escola” e citou outros pedidos na carta acima. Dessa vez, optou por mandar a destinatário diferente, sabendo que o prefeito é quem administra a cidade e, portanto, tem mais poder que a Secretária de Educação. As variáveis de registro estão presentes.

Nas duas versões, A1 não assinou, mas a disposição da escrita no papel, visualmente, se relaciona com os modelos de carta de solicitação apresentados nas aulas e com isso, A1 reproduziu, conforme modelos apresentados, alguns elementos da EPG. Cometeu desvios na grafia de algumas palavras, mas totalmente sanáveis.

Em ambas as versões, não necessariamente houve melhoria na argumentação, mas é possível concluir que A1 compreendeu os papéis dos envolvidos na interação (A1, Secretária de Educação e Prefeito) mediada pelo gênero em tela e as atividades de leitura e escrita contribuíram para desenvolvimento contínuo dos letramentos, em especial, o crítico. Em relação à troca de destinatário de sua carta, uma hipótese plausível é a de que, na ocasião em que eu explicava sobre os poderes sociais, legais e administrativos de uma autoridade, alguns dos alunos perguntaram a mim “quem ‘mandava mais em mim’, se a Secretária de Educação ou o Prefeito. Esclareci a pergunta inusitada que era o Prefeito.

Nas duas versões da carta de solicitação de A1, observamos as três variáveis de registro: o campo, a questão do calor e as carências da escola que implicam o desconforto dos alunos; as relações, embora a Secretária de Educação, o Prefeito e o aluno não tenham intimidade, no seu universo de pré-adolescente, ora os trata com certo grau de cerimônia, ora com afetividade “Querido” (versão 2); o modo, a

expressão linguística com respeito, afetividade, o uso da figura “o calor está de mata” (versão 1).

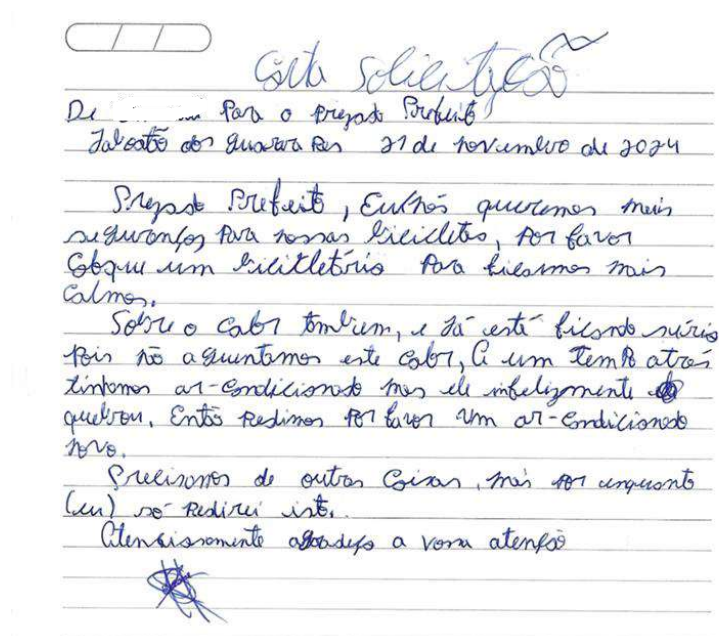
Ainda, a escolha de trocar o interlocutor, o Prefeito da cidade em vez de continuar com Secretária de Educação, demonstra, de acordo com a LSF, a metafunção ideacional presente, pois o aluno escolheu o interlocutor que, no seu entendimento, poderá atender sua solicitação e o trata com afetividade, provavelmente como estratégia de argumentação.

Da mesma forma, a metafunção interpessoal se mostra no texto da carta de solicitação, visto que, na saudação, o aluno demonstra seu entendimento de que é necessário tratar seu interlocutor, seja a Secretária de Educação, seja o Prefeito, com respeito e cerimônia por tratarem-se de autoridades da nossa cidade.

Ainda a metafunção textual na organização do texto, suas semioses, sua coerência. “O facto de existirem três dimensões de registo não é acidental. Cada uma delas corresponde a e remete para cada uma das três metafunções [...] (Gouveia, 2009, p. 27).

Vejamos a produção de outro aluno:

Figura 41 - A3 versão 1



Transcrição A3 versão 1

De: XXX para o prezado prefeito

Jaboatão dos Guararapes 21 de novembro de 2024

Prezado prefeito, Eu/nós queremos mais segurança para nossas bicicletas, por favor coloque um bicicletário para ficarmos mais calmos.
Sobre o calor também, e já está ficando sério, pois não aguentamos este calor, a um tempo atrás tínhamos ar-condicionado mas ele infelizmente quebrou. Então pedimos por favor um ar-condicionado novo.
Precisamos de outras coisas, mas por enquanto (eu) só pedirei isto.
Atenciosamente agradeço vossa atenção
XXX

A3 reproduziu elementos característicos de acordo com o gênero carta de solicitação (reproduzindo em parte a EPG), embora não tenha organizado adequada e visualmente a estética da carta conforme os modelos apresentados durante as aulas, manteve linguagem respeitosa e objetiva e assim como seus colegas. Citou a problemática do calor nas salas de aula e para complementar sua argumentação, argumentou que devido ao calor, o desconforto “já está ficando sério”, mostrando assim que é uma preocupação a alta temperatura na sala de aula e isso, sem dúvida, compromete seu desempenho e modaliza a linguagem “infelizmente” demonstrando sua insatisfação com o calor excessivo devido à falta de aparelhos de ar-condicionado. Por fim, reconhece que há outras necessidades, mas por ora, só faz essa solicitação.

Figura 42 - A3 versão 2

Aluno: _____

GÊNERO CARTA DE SOLICITAÇÃO

1	Jaboatão dos Guararapes 25 de novembro de 2024
2	Senhor Prefeito Mano Medeiros
3	Pedimos educadamente ar-condicionado para
4	nós porque os que fumos a sala
5	Também precisamos de um bicicletário pois
6	ficamos a sala que ficamos, e temos medo de
7	ficarmos com as bicicletas.
8	Precisamos também mais de nossa sala, tem
9	uma de português, tem de história com livros e de
10	matéria (de inglês e português).
11	Atenciosamente agradeço a atenção
12	Aluno G A Silva
13	
14	

Transcrição A3 versão 2

Jaboatão dos Guararapes 25 de novembro de 2024
Senhor Prefeito Mano Medeiros

Pedimos encarecidamente ar-condicionados novos pois furtaram os que funcionavam.
 Também precisamos de um bicicletário pois tiraram o único que tínhamos, e temos medo de furtarem nossas bicicletas.
 Precisamos bastante sair da nossa rotina, ter aulas de robótica, ter biblioteca com livros e dicionários (inglês e português).
 Atenciosamente agradecemos a atenção.
 Alunos 6ª manhã

Já na versão 2, A3 optou por manter o mesmo destinatário, citou o fato que intrigou os alunos - o furto das condensadoras de ar-condicionado – e também mostrou que foi influenciado pela carta de solicitação do menino de 8 anos da reportagem do G1 apresentada nas aulas da intervenção com o uso da modalização “encarecidamente”. É perceptível a EPG da carta de solicitação na versão de A3 e sua argumentação se situa na realidade da escola apelando ao prefeito providências para resolver o desconforto do calor. Também podemos ver a criticidade desse aluno quando ele cita que precisa de aulas de robótica, pois durante o “tour pela escola”, eles viram alguns equipamentos para aulas de robótica, livros ainda empacotados, sentiu falta de dicionários e eles sabem que quem deve prover tudo isso na escola é a prefeitura na pessoa do prefeito. As variáveis de registro estão presentes: (campo) o assunto tratado na carta - calor e necessidades dos alunos em relação a equipamentos e estrutura da escola -, (relações) os interlocutores na situação comunicativa que acontece por meio do gênero carta de solicitação, (modo) forma da expressão linguística – considerando o assunto, o interlocutor e as escolhas léxico-gramaticais. A criticidade do aluno está em desenvolvimento e podemos perceber pelo seu comentário de que precisa sair da rotina sugerindo as aulas de robótica, equipamento da biblioteca, o que indica que o aluno percebe que pode se desenvolver mais e melhor com o investimento sugerido.

Vejamos a produção de outro aluno:

Figura 43 - A8 versão 1

L M T W T F S S
 Carta de Solicitação
 21 de novembro de 2024, Jaboatão dos
 Guararapes
 Para o prefeito de Jaboatão dos Guararapes
 sr. Mano Medeiros.
 Sr. prefeito queria com gentileza pedir
 que instalassem ar condicionado, nas sa-
 las de aula, pois sei que a lei "diz"
 que os alunos devem ter conforto na
 sala de aula, muitos alunos sofrem
 com o calor e não prestam atenção na aula.
 Então vim aqui fazer um pedido a
 vossa senhoria.
 - Obrigado pela atenção.
 Aluno: XXX
 Escola: Paulino Menelau.

Transcrição A8 versão 1

21 de novembro de 2024, Jaboatão dos Guararapes
 Para o prefeito de Jaboatão dos Guararapes, sr. Mano Medeiros.
 Sr. prefeito queria com gentileza pedir que instalassem ar condicionado, nas salas
 de aula, pois sei que a lei "diz" que os alunos devem ter conforto na sala de aula,
 muito alunos sofrem com o calor e não prestam atenção na aula.
 Então vim aqui fazer um pedido a vossa senhoria.

Obrigado pela atenção.

Aluno: XXX

Escola: Paulino Menelau

Na primeira versão, A8 apresentou elementos da EPG da carta de solicitação.
 Na sua argumentação, assim como os colegas, fez menção ao calor pedindo a
 instalação de aparelhos de ar-condicionado, também menciona como argumento de
 autoridade leis que protegem os estudantes sem saber especificar quais. Manteve
 objetividade na linguagem e tratou seu interlocutor com respeito. Apresentou alguns
 desvios na ortografia das palavras.

Este aluno foi capaz de modalizar a linguagem quando diz "queria pedir com
 gentileza" demonstrando sua linguagem polida ao se dirigir ao seu interlocutor, o
 prefeito. Ele foi o único a usar o argumento de autoridade na figura de "leis", mas não
 apontou qual, sendo compreensível devido à sua tenra idade. Assim, podemos afirmar

que tanto elementos da EPG como a argumentação, em específico, o argumento de autoridade estão presentes na sua carta de solicitação. Da mesma forma, podemos observar que os letramentos sociais estão sendo exercidos, visto que além de todas as atividades de leitura e escrita que os alunos fizeram, este aluno conseguiu usar o argumento de autoridade devido ao conhecimento de que existem leis para ampará-lo no seu pedido e é conhecendo cada vez mais coisas que a formação cidadã se efetiva.

Figura 44 - A8 versão 2

1 solicitação do Guararapes 25 de novembro de
2 2024
3
4 Para o Sr. prefeito Mano Medeiros
5
6 Senhor prefeito quero lhe pedir, que
7 vossa senhoria estale ar-condicionado
8 nas salas de aula, pois os alunos
9 estão com dificuldades de pre-
10 star atenção nas aulas então quero pedir
11 isso. Eu sei que tem leis que "diz"
12 que temos que ter, um bom ambiente
13 de estudo.
14
15 Agradeço pela atenção
16
17 Aluno: . . .
18 escola: Paulino Menelau
19

Transcrição A8 versão 2

Jabotão dos Guararapes, 25 de novembro de 2024

Para o Sr. prefeito Mano Medeiros

Senhor prefeito quero lhe pedir, que vossa senhoria estale ar-condicionado nas salas de aula, pois os alunos estão com dificuldades de prestar atenção nas aulas então quero pedir isso. Eu sei que tem leis que "diz" que temos que ter um bom ambiente de estudo.

Agradeço pela atenção

Aluno: XX

Escola: Paulino Menelau

Na versão 2, podemos perceber que A8 evoluiu reformulando o formato da data de acordo com os modelos apresentados durante a intervenção e trazendo elementos da EPG. Este estudante manteve o mesmo interlocutor, o prefeito, para dirigir suas solicitações. Quanto ao tratamento, assim como os colegas, entendeu que o

interlocutor tem poder para atendê-lo e o trata com respeito como deve ser em qualquer interação e na sua argumentação, justifica que o calor atrapalha a concentração e cita leis, sem dizer ao certo quais, mas há aí um reflexo de que ele compreendeu que existe um arcabouço de leis no qual pode se apoiar para solicitar demandas e exigir direitos. As variáveis de registro campo, relações e modo estão presentes respectivamente, o pedido por conta do calor na sala de aula, os interlocutores aluno e prefeito - este com poder de atender à solicitação, como faz o pedido – expressão e escolhas linguísticas e gênero discursivo.

É importante salientar que ao longo das aulas da intervenção, a adesão dos alunos foi abaixo do esperado e acreditamos que isso se deveu pela influência do uso indiscriminado do celular, pois a todo momento, eles queriam utilizar o aparelho, desviando assim, sua atenção.

Para finalizar, o que consideramos uma última etapa da nossa intervenção (8), mas que feita pela professora pesquisadora foi a de tentamos, por várias vezes, entregar em mãos as cartas redigidas pelos alunos à Secretária de Educação, mas por motivo de agenda, não foi possível, dessa forma, não tivemos alternativa que não a de entregarmos via formulário padrão virtual conforme figura abaixo.

Figura 45 – print de tela de um dos envios virtuais das cartas de solicitação dos alunos à Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, PE.



Fonte: a autora (2024)

Nesta sessão, vimos 3 dos textos do *corpus* que compõe esta pesquisa. Textos esses que refletem a maioria e nos mostra que o estudo foi proveitoso, e pode ser um ponto de partida para continuidade de estudos que envolvem a LSF, o ESP, os letramentos e os gêneros de modo geral.

Aqui tivemos oportunidade de conduzir os alunos ao conhecimento de diversas formas de expressão, considerando o contexto de situação e o contexto de cultura em que eles estiveram envolvidos.

Tiveram a oportunidade de conhecer sua escola e meios de como ponto de partida de desenvolver letramentos, a argumentação, o pensamento crítico e a escrita do gênero carta de solicitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar Língua Portuguesa na sua densidade, atualmente, é um desafio cada vez maior diante de tantas versões dos acontecimentos e das novas formas de ler e escrever textos. Considerando os desafios de ensinar e de aprender, a Linguística Sistêmico-Funcional - LSF - desenvolvida por Halliday (1985), que aborda a língua em uso, é possível compreender os textos em seus inúmeros gêneros orais e escritos justamente porque eles se estanciam no uso da língua considerando o contexto de cultura e o contexto de situação, isso se reflete nas variáveis de registro – campo, modo, relações.

A LSF é uma teoria adequada e aberta à diversidade e às inovações do estudo da língua (Silva; Espíndola, 2013, p. 268) em nossos tempos e que pode ser aplicada ao nosso contexto desde que com adaptações. Na nossa pesquisa, adotamos essa teoria sociosemiótica e o Ciclo de Aprendizagem da Escola de Sydney proporcionando aos estudantes aulas e atividades para desenvolvimento das competências linguística e crítica buscando fomentar neles o senso coletivo, o conhecimento de práticas cidadãs, o reconhecimento dos papéis sociais que cada um tem em nossa sociedade e o gênero carta de solicitação como forma de agir socialmente argumentando.

Nosso objetivo de investigar como o ensino do gênero carta de solicitação e da argumentação pode subsidiar os alunos a produzi-lo, ampliando suas competências linguística e crítica foi alcançado com a maioria dos alunos o que demonstra que a escolha de todo o nosso percurso teórico-metodológico foi adequado à consecução.

Na nossa intervenção didática, nos baseamos na LSF para compor as atividades, utilizando também o English for Specific Purposes - ESP - considerando que precisamos, enquanto professores, nos amparar em uma teoria adequada ao nosso propósito para os alunos – que nesta pesquisa, foi ensinar o gênero carta de solicitação – um gênero da vida prática, recorrentemente usado nas esferas pública e privada da nossa sociedade. Com nossas atividades, buscamos mostrar aos alunos que interessa refletir a quem, como e para que nós escrevemos, pois é considerando tudo isso que temos condições de entender e escrever os gêneros e facilitar a comunicação usando a língua no cotidiano.

O gênero carta de solicitação, como dito antes, é um gênero da vida prática que frequentemente precisamos usar. Trata-se de um texto objetivo, por conseguinte,

curto, mas que deve conter uma argumentação adequada a fazer um pedido. Com o intuito de ajudar os alunos a produzi-lo, mostramos modelos que refletiam a Estrutura Potencial do Gênero - EPG - (Hasan,1989).

Também exploramos os letramentos, visto que permeiam a sociedade e quanto mais diversidade de letramentos os alunos tiverem, melhor eles vão se desenvolver. Para tanto, fizeram atividades de visitar sites que eles nem sabiam que existiam, como o site do MPPE e da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes e também do Consumidor.gov e ainda tiveram acesso a informações sobre leis e convivência com PCDs. Destacamos que o letramento crítico é indispensável e se desenvolve com o pensamento crítico de entender seu papel e o de outros na sociedade. A reflexão e o entendimento sobre a sociedade a qual pertence, as relações e o porquê das coisas tornam o indivíduo muito mais consciente do seu papel como agente de mudança.

A argumentação foi um interesse nosso de desenvolver nos alunos, visto que o teórico e estudioso Ducrot asseverou que a argumentação está na língua, não obstante há textos narrativos e descritivos, não se pode negar que todos os textos visam ao convencimento de outrem sobre algo. Os alunos demonstraram, ainda que minimamente, certo grau de entendimento sobre a argumentação. Compreenderam que para fazer um pedido, é necessário argumentar coerente e educadamente usando tudo que for adequado, especialmente se não houver algo que obrigue seu interlocutor a atender ao seu pedido. Eles argumentaram com afetividade, mas também expressando sua insatisfação com a temperatura alta na sala de aula e mostrando também o impacto que o calor causa no comportamento e aprendizado deles.

Outro interesse nosso foi o desenvolvimento da criticidade e com algumas das atividades da intervenção didática, propusemos aos alunos refletirem sobre as condições da nossa escola – Paulino Menelau -, os papéis sociais deles – alunos -, do prefeito, da secretária de educação, dos gestores da escola, dos professores. Com criticidade, é possível se criar motivação para a ação e as ações de cidadãos se realizam com a leitura e escrita de gêneros.

Conforme a análise das respostas dos alunos às atividades e mais a análise das produções textuais 1 e 2 (reescrita), podemos concluir que:

Os participantes da pesquisa de modo geral apreenderam a estética e a estrutura do gênero carta de solicitação e em quais ocasiões podem fazer uso de sua escrita;

Não foram capazes de usar o argumento de autoridade, ainda que tenham compreendido do que se trata, mas levou-nos a pensar nas hipóteses: a) os alunos ainda serem imaturos para o aprendizado de gêneros legais, não obstante, durante a intervenção didática, termos apresentado vídeos lúdicos sobre esse conteúdo e trechos básicos de textos do gênero lei; b) o tempo de exploração para esse conteúdo ter sido curto devido ao respeito ao calendário de atividades da escola. De qualquer forma, conseguiram em alguma medida argumentar;

A modalização da linguagem utilizada por 2 dos estudantes foi influenciada pela carta do menino de 8 anos (reportagem do G1), visto que alguns perguntaram durante as aulas o significado da palavra “encarecidamente” (usada na carta que o menino escreveu para a juíza) demonstrando o interesse dos alunos por algo que chamou a atenção deles;

A criticidade foi aflorada no reconhecimento de que as carências da escola influenciam na inquietude, segurança e aprendizado dos alunos e que seus interlocutores têm poder social, administrativo e legal de atender aos pedidos, de acordo com os textos produzidos;

Os diversos letramentos foram discutidos em sala de aula e os alunos compreenderam a necessidade da leitura e da escrita, pois nossa sociedade é letrada e muitas das atividades humanas envolvem os gêneros;

A nossa escola é carente de muitos aparatos imprescindíveis ao aprendizado dos alunos e eles reconhecem isso em seus textos ao solicitar melhorias de acordo com suas próprias avaliações;

Importante destacar que os alunos fizeram atividades de leitura e escrita, assistiram a vídeos sobre atitudes comportamentais e de valorização da diversidade entre os seres humanos, fizeram perguntas e comentários, refletiram sobre o que é ser cidadão e o que cada um pode fazer para melhorar o coletivo.

Remetendo ao nosso objetivo geral, os alunos, com a produção do gênero carta de solicitação e todas as atividades prévias do ciclo adaptado que fizemos baseado no Ciclo de Aprendizagem da Escola de Sydney, conseguiram produzi-lo de forma a expressar seu pedido respeitosa e formalmente considerando seu próprio papel social e de seu interlocutor, exercendo alguns letramentos sociais e argumentando de forma simples e objetiva.

Por fim, embora muitos desafios como a falta de dicionários atualizados, falta de projetor, sala inadequada à projeção, ausência de conforto devido ao calor na sala

de aula, insegurança devido ao roubo das condensadoras - o que fez os alunos ficarem bastante inquietos - estamos felizes em concluir a pesquisa, porque ainda que poucos, os alunos compreenderam que estudar é importante, conviver bem depende de nossa consciência de bem-estar coletivo, valorizar o outro e a si torna a convivência saudável e que a criticidade precisa de permanente exercício para impulsionar ações.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claire; ROSE, David. **Reading (and writing) to learn in the middle years of schooling**. Primary English Teaching Association, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARBOSA, Jacqueline Peixoto. **Carta de solicitação e carta de reclamação**. São Paulo. FTD, 2005. (Coleção trabalhando com os gêneros do discurso: argumentar).

BAWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary Jo. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**. São Paulo. Parábola, 2013.

BERNARDO, Ana Flávia Ferro. **ENSINANDO PRODUÇÃO TEXTUAL ATRAVÉS DE CARTA ABERTA: movimentos retóricos, argumentação e tessitura textual**. Dissertação de mestrado. Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Garanhuns, 2016. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](https://plataforma.sucupira.capes.gov.br) Acesso em: 16/03/2024.

BEZERRA, Benedito Gomes. **O gênero como ele é (e como não é)**. São Paulo. Parábola, 2022.

BEZERRA, Benedito Gomes; LÊDO, Amanda Cavalcanti de Oliveira. **A produção acadêmica oral e escrita: um ciclo mediado por gêneros**. In: Cadernos de letramentos acadêmicos: caminhos na educação básica, travessias no ensino superior e experiências na extensão universitária. Vol. 1. BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes (Org.). Editora Parábola. Pá de Palavra. São Paulo, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revisada e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, 2017. Disponível em:

<basenacionalcomum.mec.gov/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em 17/08/2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**: Disponível em:

<portalmeec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02> Acesso em: 16/08/2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Orgs. CORRÊA, Angela M. S. e MACHADO, Ida Lúcia. 2ª ed., São Paulo. Contexto, 2019.

COSTA, Michelle Campêlo et al. **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Língua Portuguesa e a criticidade na práxis pedagógica: do (s) Letramento (s) Críticos aos Multiletramentos**. Caletrosópio, v. 9, n. 2, p. 16-31, 2021.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2022.

FREIRE, Paulo. **A Leitura do Mundo Precede a Leitura da Palavra. A importância do ato de ler, em três artigos que se completam**. São Paulo. Cortez, 1989.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2014.

FUZER, Cristiane. **Realizações linguísticas e instanciação de gêneros na perspectiva sistêmico-funcional**. Revista D.E.L.T.A. nº34. (269-304), 2018.

FUZER, Cristiane; GERHARDT, Carla Carine; VIAN JR, Orlando. **Abordagem de gênero da Escola de Sydney e seu uso no contexto educacional brasileiro: uma discussão terminológico-conceitual sobre estórias e histórias**. Organon, v. 36, n. 71, p. 235-256, 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. (2014). **Argumentatividade e argumentação**. *Revista Desenredo*, 9(2). Recuperado de <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/3847> . Acesso em: 31/12/2023.

KLEIMAN, Angela B. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP. Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso ensinar letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? Coleção Linguagem e letramento em foco. Cefiel/IEL/Unicamp, 2005-2010.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever estratégias de produção textual**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **interferências da oralidade na aquisição da escrita. Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 30, 2012.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639269>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In: **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **A modalização como estratégia argumentativa**: da proposição ao texto. In: **IN: Anais do VI Congresso Internacional da Abralín. João Pessoa, Editora Idéia**. 2009. p. 1369.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; BESSA, Clécida Maria de Bezerra (orgs.). **Polifonia e modalização na ata administrativo-acadêmica**: marcas de subjetividade e de evocação da voz alheia. In: **A argumentação nos gêneros científicos e acadêmicos: a construção de sentidos e o uso da palavra alheia**. João Pessoa, Editora UFPB, 2020.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Janaína Melo da. **Modalizadores discursivos e argumentatividade no gênero procuração**. In: EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. n. 22, v. 1, 2022. Disponível em: [\(PDF\) Modalizadores discursivos e argumentatividade no gênero procuração \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 10/05/2024.

PEREIRA, Maria Ladjane dos Santos. **A carta de reclamação na escola: o processo de reescrita**. 2016. Dissertação de mestrado. Universidade de Pernambuco. Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, Garanhuns, 2016. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](#) Acesso em: março de 2024.

RAMALHO, Heryzânia Alves; VIAN JR. Orlando; COOPER, Jennifer Sarah. **Gêneros de texto na bncc: um diálogo com a pedagogia com base em gêneros da Escola de Sydney**. In: *Organon*, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p. 217-234, jan./jun. 2021.

REBOUL, Olivier. Tradução BENEDETTI, Ivone Castilho. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Multimodalidade, textos e tecnologia: provocações para a sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2021.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital: um tema em gêneros efêmeros**. Revista ABRALIN, [S. l], V.8, N.1, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1002>. Acesso em: 3 abr.2024

RODRIGUES SILVA, W., & ESPINDOLA, E. (2013). **Afinal, o que é gênero textual na linguística sistêmico-funcional?**. *Revista Da Anpoll*, 1(34), 259–307. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i34.672>

ROJO, Roxane; CORDEIRO, Glaís Sales. **Apresentação: gêneros orais e escritos como objetos de ensino: modo de pensar, modo de fazer**. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ., Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. 3ª ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROSSI, A. M.; FARENCENA, G. S. **A estrutura esquemática de gênero e as relações lógico-semânticas em um exemplar de gênero da família do argumentar**. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 27, n. 55, p. 185-207, 13 dez. 2017.

SARDINHA, Patrícia Miranda Medeiros. **Letramento crítico: uma abordagem crítico-social dos textos**. *Linguagens & Cidadania*, v. 20, p. 01-17, 2018.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino**. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ., Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. 3ª ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça**

(Francófona). In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. 3ª ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

SILVA, Edna Cristina Muniz. **Ciclo de aprendizagem baseado em gêneros**. Linguagem: Estudos e Pesquisas, v. 19, n. 2, 2015.

SILVA, Gabriela Belo da; LEITÃO, Poliana Dayse Vasconcelos; BARROS, Webert Cavalcanti. **Sugestão para construção do desenvolvimento do TCC**. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes (org). Entre conversas e práticas de TCC. João Pessoa, PB: Ideia, 2019.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2023

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo. Parábola Editorial, 2014.

TENANI, L. **A grafia dos erros de segmentação não convencional de palavras**. Cadernos de Educação, n. 35, p. 11.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

VIAN JR. Orlando. **Linguagem em (Dis)curso**. Palhoça, SC, v. 9, n. 2, p. 387-410, maio/ago. 2009

VIAN JR, Orlando. **Inglês instrumental, inglês para negócios e inglês instrumental para negócios**. D.E.L.T.A.: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 15, p. 437-457, 1999.

APÊNDICE

ETAPA 2 Desconstrução do gênero carta de solicitação

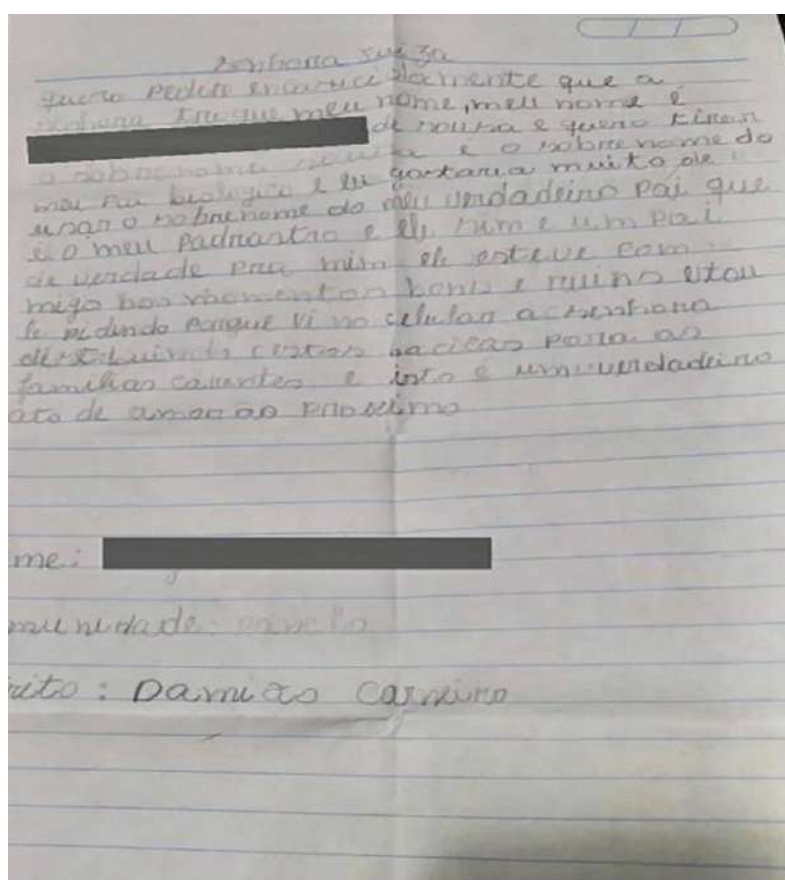
ATIVIDADE 1

Conhecendo a carta.

A carta é um gênero bastante utilizado no passado e ainda hoje também. É um gênero com desdobramentos como por exemplo a carta pessoal, a carta aberta, a carta de apresentação, a carta de reclamação, a carta de solicitação etc.

Existem alguns elementos que são comuns e obrigatórios aos desdobramentos do gênero carta e outros opcionais. Nas atividades seguintes, faremos especificamente o estudo do gênero carta de solicitação nos seus aspectos semióticos e linguísticos.

Vamos agora fazer a leitura de alguns exemplares do gênero carta de solicitação.



Carta de solicitação escrita de próprio punho pelo menino de 8 anos contida na reportagem cujos links seguem abaixo:

Transcrição da carta de solicitação do menino de 8 anos da reportagem.

senhora juíza
 quero pedir encarecidamente que a senhora troque meu nome, meu nome é xxxxx de souza e quero tirar o sobrenome Sousa é o sobrenome do meu pai biológico e eu gostaria muito de usar o sobrenome do meu verdadeiro pai que e o meu padrasto e ele sim é um pai de verdade pra mim ele esteve com migo nos momentos bons e ruins estou te pedindo porque vi no celular a senhora distribuindo cestas bacicas para as famílias carentes e isto é um verdadeiro ato de amor ao proximo

Link da reportagem com a foto da carta de solicitação escrita de próprio punho exibida no portal de notícias G1.

Disponível em: [Garoto de 8 anos escreve carta à juíza pedindo para ter sobrenome do padrasto, no Ceará: 'Pai de verdade' | Ceará | G1 \(globo.com\)](#) Acesso em: 19/3/2024

Link do vídeo da reportagem exibida no Fantástico 06/06/2021 (You Tube).

Disponível em: [Por amor ao padrasto, menino de 08 anos pede troca de nome em carta à juíza de Quixeramobim. \(youtube.com\)](#) Acesso em: 19/3/2024

1) Na carta de solicitação do menino de 8 anos que pediu a inclusão do sobrenome do padrasto na sua certidão de nascimento, aponte quais foram os argumentos que ele utilizou.

2) Vamos construir o conceito de campo léxico.

Na carta de solicitação escrita pelo menino de 8 anos, acima transcrita, observe as palavras e marque na tabela a palavra intrusa.

PAI	NOME
PADRASTO	SOBRENOME
JUÍZA	SOUSA
FILHO	AMOR

3) A modalização da linguagem com a palavra “encarecidamente” visa expressar

- a) desobediência na linguagem, adequada ao modo de pedir/solicitar.
- b) linguagem apelativa, adequada ao modo de pedir/solicitar.
- c) linguagem soberba, adequada ao modo de pedir/solicitar.
- d) linguagem emotiva, adequada ao modo de pedir/solicitar.

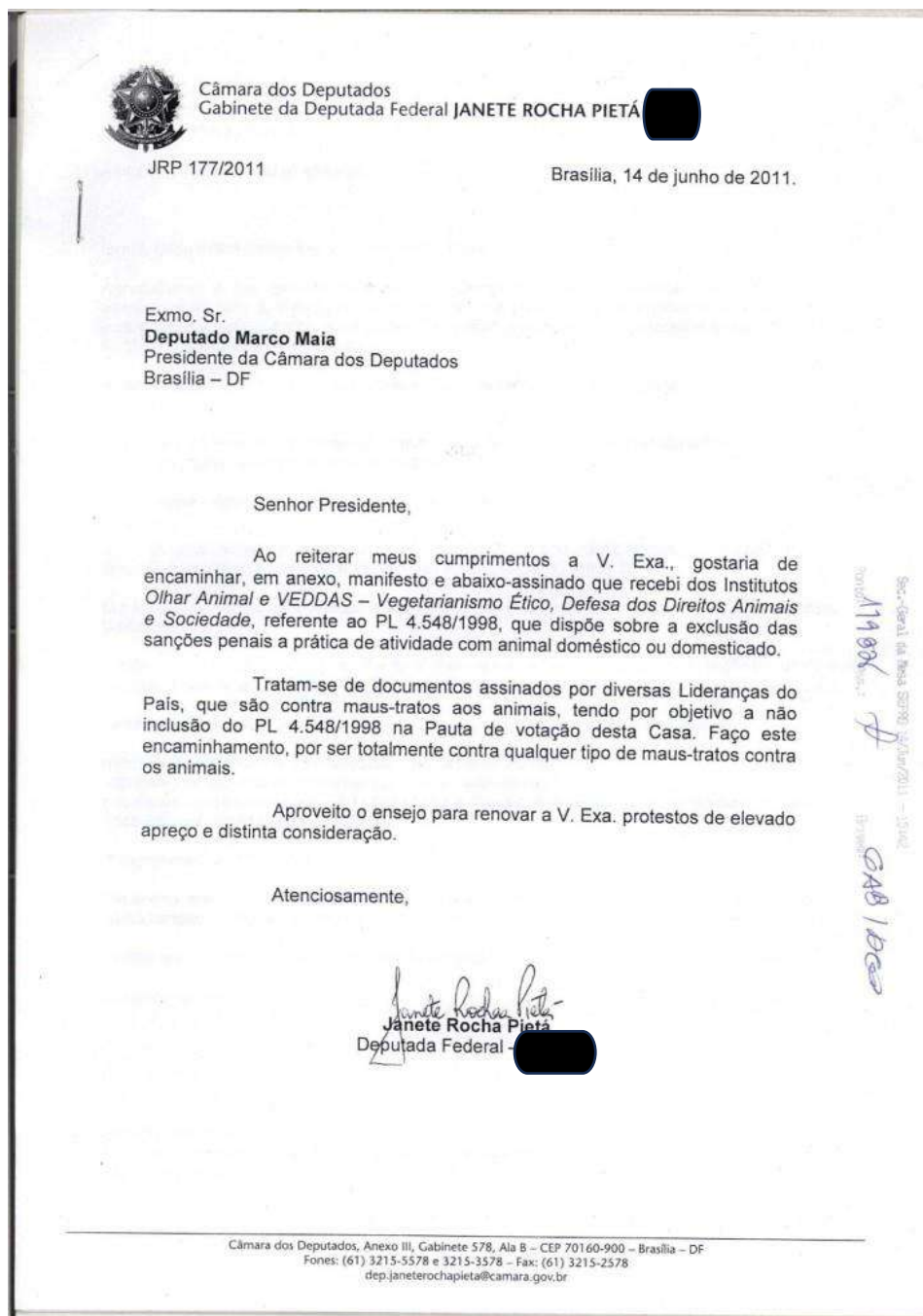
ATIVIDADE 2

Nesta atividade, continuaremos a leitura do gênero carta de solicitação com exemplares reais e virtuais e apontamento das suas características semióticas e linguísticas.



Disponível em:

<emM9MSZxPTk5JnNyYz1pbWcvbm90aWNpYXMvbm90aWNpYV8yNjAuanBnJnNIY3VyZT17YnVybn0=.jpg> (1699x2800) (sindisaudecriciuma.com.br) Acesso em: 02/08/24.



Disponível em: oficiadeplanetepieta1.jpg (722x1024) (wp.com) Acesso em: 22/05/24.

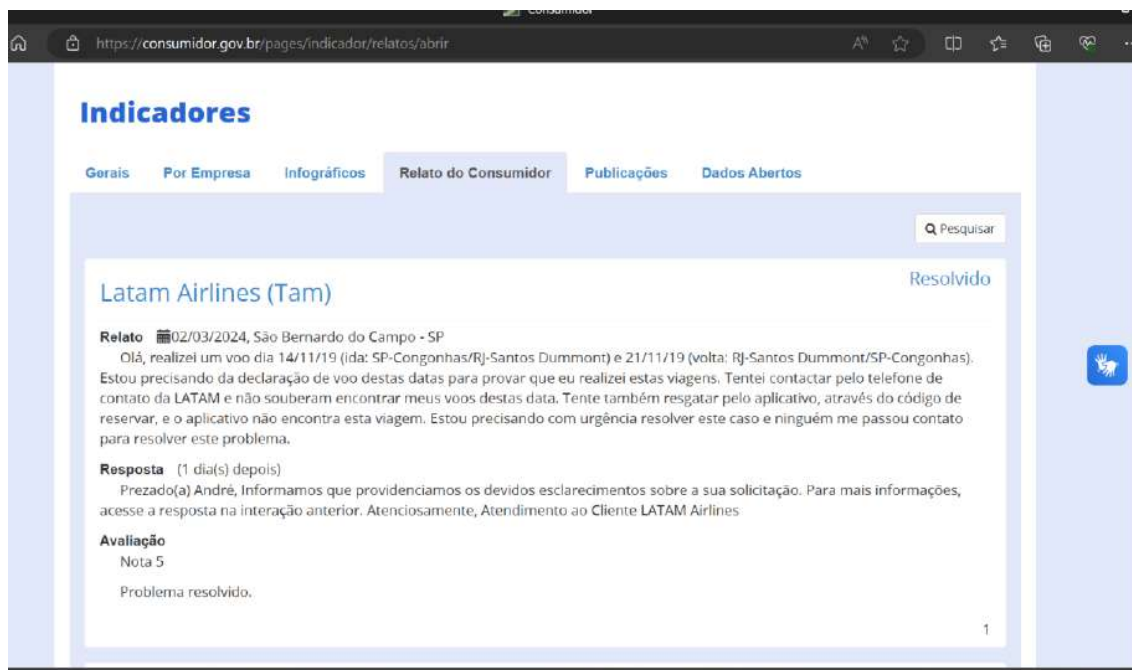
1) Na carta acima, escrita por uma deputada federal, como você define a linguagem utilizada

- | | |
|--------------------------|--------------------------|
| a) Formal e rebuscada | b) Formal e desleixada |
| c) Informal e desleixada | d) Informal e caprichada |

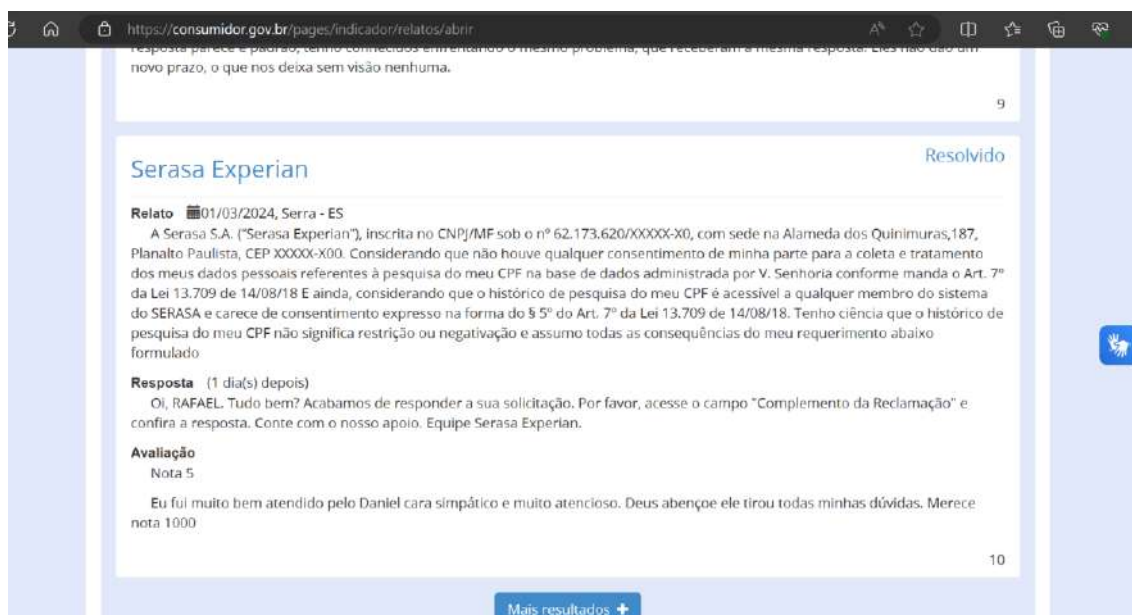
2) Entre as duas cartas de solicitação (Sindsaúde e Câmara dos Deputados), quais os elementos que ocorrem nas duas?

ATIVIDADE 3

Veja abaixo exemplos de cartas de solicitação virtuais.



Carta de solicitação no site e-consumidor disponível em: [Consumidor](https://consumidor.gov.br) Acesso em: 4/3/2024.



Carta de solicitação no site e-consumidor disponível em: [Consumidor](https://consumidor.gov.br) Acesso em: 4/3/2024.

Faremos agora trabalho em grupos.

Cada grupo terá disponível uma folha de exercício para juntos responderem e depois socializarem as respostas com os demais.

1) Quem é o destinatário do exemplar das cartas de solicitação?

2) Quem é o emissário do exemplar das cartas de solicitação?

3) O que foi pedido na carta de solicitação?

4) Quais os argumentos utilizados para conseguir o pedido?

5) No texto da 2ª carta virtual, foi inserido um artigo da Lei13.709/2018. Trata-se de

A) argumento de autoridade

B) argumento de comparação

C) argumento por exemplificação

D) argumento falho

6) Você percebe diferenças visuais entre as cartas de solicitação reais e virtuais? Cite algumas

7) Quais os elementos você percebe que ocorre nas cartas de solicitação reais e virtuais

ATIVIDADE 4

PRONOMES DE TRATAMENTO

PRONOME	ABREVIATURA	COM QUEM USAR
VOCÊ	V.	ALGUÉM ÍNTIMO
SENHOR / SENHORA	Sr. / Sra.	PESSOAS MAIS VELHAS, QUANDO A CIRCUNSTÂNCIA EXIGIR FORMALIDADE E/OU RESPEITO
VOSSA EXCELENCIA	V. Exa.	PARA JUÍZES E AUTORIDADES POLÍTICAS E MILITARES DE ALTA PATENTE
VOSSA SENHORIA	V. Sa.	AUTORIDADES CIVIS, COMO GERENTES, DIRETORES, CHEFES DE DEPARTAMENTOS, TRATAMENTO CERIMONIOSO.

1) De acordo com a tabela acima, encontre os pronomes de tratamento nas palavras cruzadas para:

- A) pessoas mais velhas, tratamento de respeito de ambos os gêneros (feminino e masculino);
 B) autoridades civis, diretores, chefes, tratamento cerimonioso;
 C) tratamento para alguém íntimo.

Dica: Estão contidos nas palavras cruzadas 4 pronomes.

A	V	O	X	U	J	Q	V
A	O	V	H	N	V	Ô	H
B	S	E	N	H	O	R	A
B	S	V	H	T	C	O	G
C	A	I	J	N	Ê	K	G
C	S	I	K	T	J	L	P
S	E	N	H	O	R	Ç	I
D	N	I	J	Y	N	R	Ç
D	H	X	K	Y	B	E	Á
E	O	T	Ç	X	V	W	Á
Ê	R	T	W	A	B	W	F
Ê	I	P	Ç	M	M	W	F
O	A	P	U	A	Q	V	P

2) Os pronomes de tratamento acompanham certos termos que se referem ao destinatário de cartas de solicitação, conforme você viu nos exemplos exibidos anteriormente. Qual a função desses termos?

3) Exibição de trecho do vídeo de sustentação oral no STF – Supremo Tribunal Federal, na qual os participantes empregam alguns dos pronomes de tratamento. Disponível em [Advogados levam bronca por tratar ministros do STF informalmente \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...) Acesso em: 08/06/24.

4) Conforme a tabela com os pronomes de tratamento, aponte os pronomes e justifique o uso deles nas duas tirinhas.



Disponível em: [7826e42ffff627c00757e16e3969454f.jpg](https://www.pinterest.com/pin/7826e42ffff627c00757e16e3969454f/) (1316x540) (pinimg.com) Acesso em: 16/05/24

5) De acordo com os diálogos, depreendemos que Leloca é uma

- A) boa aluna, sempre com notas boas.
- B) aluna regular, ora notas boas, horas notas ruins.
- C) aluna que não se dedica aos estudos e frequentemente tira notas baixas na escola.

Observe e leia a tirinha abaixo.



Disponível em: [PRONOME+DE+TRATAMENTO+O+SENHO+FELIZ.jpg](https://www.blogsdeatendimento.com.br/wp-content/uploads/2019/05/PRONOME+DE+TRATAMENTO+O+SENHO+FELIZ.jpg) (650x195) (bp.blogspot.com) Acesso em: 20/05/24.

6) Embora educado, o atendente conseguiu satisfazer o cliente? Por quê?

7) É necessário delegar a outra pessoa, ou a uma máquina ou a qualquer coisa a nossa felicidade pessoal? (resposta pessoal)

ETAPA 3A - Leitura de textos sobre cidadania: construindo repertório

DIVERSIDADE - Bráulio Bessa

Seja menos preconceito, seja mais amor no peito
Seja amor, seja muito amor.
E se mesmo assim for difícil ser
Não precisa ser perfeito
Se não der pra ser amor, seja pelo menos respeito.

Há quem nasceu pra julgar
E há quem nasceu pra amar
E é tão difícil entender em qual lado a gente está
E o lado certo é amar!

Amar para respeitar
Amar para tolerar
Amar para compreender,
Que ninguém tem o dever de ser igual a você!

O amor meu povo,
O amor é a própria cura, remédio pra qualquer mal.
Cura o amado e quem ama
O diferente e o igual
Talvez seja essa a verdade
Que é pela anormalidade que todo amor é normal.

Não é estranho ser negro, estranho é ser racista.
Não é estranho ser pobre, estranho é ser elitista.
O índio não é estranho, estranho é o desmatamento.
Estranho é ser rico em grana, e pobre de sentimento.
Não é estranho ser gay, estranho é ser homofóbico.
Nem meu sotaque é estranho, estranho é ser xenofóbico.

Meu corpo não é estranho, estranha é a escravidão, que aprisiona seus olhos nas grades de um padrão.

Minha fé não é estranha, estranha é a acusação,
que acusa inclusive quem não tem religião.

O mundo sim, é estranho, com tanta diversidade
Ainda não aprendeu a viver em igualdade.

Entender que nós estamos percorrendo a mesma estrada.
Pretos, brancos, coloridos
Em uma só caminhada
Não carece divisão por raça, religião
Nem por sotaque
Oxente!

Sejam homem ou mulher
 Você só é o que é
 Por também ser diferente.

Por isso minha poesia, que sai aqui do meu peito
 Diz aqui que a diferença nunca foi nenhum defeito.
 Eu reforço esse clamor:
 Se não der pra ser amor, que seja ao menos RESPEITO!

Dica: O eu lírico é a voz do poema.

[PCD: Dicas de Convivência - Com Libras \(youtube.com\)](#) vídeo sobre a convivência com PCD. Canal Plenarinho do You Tube. Acesso em 1/3/2024.

[Chega de bullying! \(youtube.com\)](#) vídeo sobre bullying. Canal Plenarinho do You Tube. Acesso em 1/3/2024.

<https://www.youtube.com/watch?v=rbLOm8L9b9o> vídeo do poema de Bráulio Bessa “Diversidade” Acesso em 8/3/2024.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- | |
|--|
| 1) De acordo com os vídeos sobre convivência com PCD, sobre bullying e sobre a diversidade de que o poema trata, liste algumas atitudes que podem melhorar a convivência entre a diversidade de pessoas. |
| 2) O que pessoas típicas ²⁶ podem fazer para ajudar pessoas atípicas? |
| 3) Explique com suas palavras o que é cidadania? |

ETAPA 3B - Leitura de textos legais: construindo repertório

Direitos e deveres <https://www.youtube.com/watch?v=6BBT2l67enc>
 Vídeo do canal Smile and Learn do You Tube. Acesso em 06/08/2024

[Constituição da República Federativa do Brasil \(youtube.com\)](#) vídeo sobre bullying. Canal Plenarinho do You Tube. Acesso em:01/03/2024

[O que é o ECA? \(youtube.com\)](#) vídeo sobre o ECA. Canal Plenarinho do You Tube. Acesso em 01/03/2024.

[Turma da Mônica - Estatuto da Criança e do Adolescente | ECA \(youtube.com\)](#) Acesso em: 06/08/2024

²⁶ Aqui, típica/atípica têm sentido amplo: tanto em relação a ser uma pessoa considerada ao padrão aceito na sociedade quanto em relação ao TEA – transtorno do espectro autista.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; [\(Regulamento\)](#) [\(Vide Lei nº 12.527, de 2011\)](#)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015\)](#)

[...]

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

[...]

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; ([Vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943](#))

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm3>
 acesso em: 25/02/2024. [Constituição \(planalto.gov.br\)](#)

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC (Lei 8.078 de 11/09/1990)

CAPÍTULO III Dos Direitos Básicos do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

[...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; ([Redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012](#)) [Vigência](#)

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

[...]

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

[...]

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

[...]

Parágrafo único. A informação de que trata o inciso III do **caput** deste artigo deve ser acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento. ([Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015](#)) [Vigência](#)

Disponível em: <[L8078compilado \(planalto.gov.br\)](http://L8078compilado.planalto.gov.br)> acesso em: 02/03/2024.

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA –
(Lei 8.068 de 13/07/1990).**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

[...]

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

[...]

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

[...]

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 02/02/2024

LDB Lei 9394 de 1990

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; ([Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022](#))

Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://L9394.planalto.gov.br) Acesso em 23/03/2024